

# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXIV

FLORIANÓPOLIS, 30 DE ABRIL DE 2015

NÚMERO 6.817

## MESA

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Aldo Schneider  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Leonel Pavan  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Valmir Comin  
**1º SECRETÁRIO**

Pe. Pedro Baldissera  
**2º SECRETÁRIO**

Dirce Heiderscheidt  
**3º SECRETÁRIO**

Mário Marcondes  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Silvio Dreveck

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Jean Kuhlmann

**BLOCO SOCIAL PROGRESSISTA  
(PSDB E PP)**  
Líder: José Milton Scheffer

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Luciane Carminatti

**BLOCO FRENTE RENOVAÇÃO  
(PR, PSB E PPS)**  
Líder: Cleiton Salvaro

**PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL**  
Líder: César Valduga

**DEMOCRATAS**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Rodrigo Minotto

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mauro de Nadal - Presidente  
Silvio Dreveck - Vice-Presidente  
José Nei Alberton Ascari  
Ricardo Guidi  
Narcizo Parisotto  
João Amin  
Marcos Vieira  
Valdir Cobalchini  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente  
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Cleiton Salvaro  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Neodi Saretta - Presidente  
Patrício Destro - Vice-Presidente  
Maurício Eskudlark  
José Milton Scheffer  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Serafim Venzon - Presidente  
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Natalino Lázare  
Manoel Mota  
Fernando Coruja  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
Gean Loureiro - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Narcizo Parisotto  
Serafim Venzon  
Luiz Fernando Vampiro  
Luciane Carminatti

### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Rodrigo Minotto - Presidente  
Neodi Saretta - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Ricardo Guidi  
Silvio Dreveck  
Antonio Aguiar  
Valdir Cobalchini

### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Patrício Destro  
Rodrigo Minotto  
José Milton Scheffer  
Antonio Aguiar  
Gean Loureiro  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Natalino Lázare - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
Mauro de Nadal  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente  
Cleiton Salvaro - Vice-Presidente  
Darci de Matos  
Rodrigo Minotto  
Luiz Fernando Vampiro  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch

### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gean Loureiro - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Cesar Valduga  
João Amin  
Maurício Eskudlark  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Dirceu Dresch - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Natalino Lázare  
Marcos Vieira  
Dalmo Claro  
Luiz Fernando Vampiro

### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Kennedy Nunes - Presidente  
Marcos Vieira - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Romildo Titon - Presidente  
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente  
Ricardo Guidi  
João Amin  
Antonio Aguiar  
Ana Paula Lima  
Rodrigo Minotto

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Gabriel Ribeiro  
Natalino Lázare  
Rodrigo Minotto  
Serafim Venzon  
Gean Loureiro

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Cesar Valduga - Presidente  
Patrício Destro - Vice-Presidente  
José Milton Scheffer  
José Nei Alberton Ascari  
Patrício Destro  
José Milton Scheffer  
Romildo Titon  
Manoel Mota  
Neodi Saretta

### COMISSÃO DE SAÚDE

Ana Paula Lima - Presidente  
Doutor Vicente - Vice-Presidente  
Cleiton Salvaro  
Cesar Valduga  
José Milton Scheffer  
Fernando Coruja  
Dalmo Claro

### COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Patrício Destro - Presidente  
Ana Paula Lima - Vice-Presidente  
Jean Kuhlmann  
Doutor Vicente  
Fernando Coruja  
Romildo Titon  
Narcizo Parisotto

### COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Doutor Vicente - Presidente  
Ricardo Guidi - Vice-Presidente  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Romildo Titon  
Neodi Saretta  
Cesar Valduga

### COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Natalino Lázare  
Doutor Vicente  
Dalmo Claro  
Fernando Coruja  
Ana Paula Lima

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela revisão dos documentos digitados, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roger Luiz Siewerdt</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Carla Silvarina Bohn</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/>  <p><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIV</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 36 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 011ª Sessão Ordinária realizada em 03/03/2015 ..... 2 Ata da 012ª Sessão Ordinária realizada em 04/03/2015 ..... 13</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa DL..... 25</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Ata de Comissão Permanente.. ..... 25 Aviso de Cancelamento de Pregão ..... 26 Extratos ..... 26 Mensagem Governamental .. 26 Ofícios ..... 29 Portarias ..... 29 Projeto de Emenda Constitucional ..... 30 Projetos de Lei ..... 32</p>
--	--	---

## P L E N Á R I O

# ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2015 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarí - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Gean Loureiro, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

Antes, porém, solicito ao deputado Aldo Schneider que retome a condução dos trabalhos da Casa.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Geralmente, neste momento em que o país está vivendo, vimos a esta tribuna trazer problemas, dificuldades, e me consola ter a oportunidade, deputada Luciane Carminatti, de trazer um exemplo positivo de voluntariado e de resultado social. Muitas vezes a sociedade civil organizada traz um resultado superior até ao que o poder público deveria fazer e realizar.

Na noite de ontem tivemos a oportunidade de visitar a Escola Estadual Oscar Conceição, no bairro do Rio Tavares, onde foi realizada a aula inaugural do curso pré-vestibular comunitário gratuito, especialmente direcionado à população de baixa renda, carente, com um histórico a ser apresentado.

Eu quero cumprimentar o Instituto Educação Jovem Popular, que coordena este trabalho, através da professora Janete Teixeira, lá do sul da ilha, que está presente aqui, participando conosco dessa sessão, e trago um pouco do histórico deste trabalho que é realizado, do apoio e do resultado positivo, deputada Dirce Heiderscheidt, que isso pode atingir.

Nós tivemos um auditório completamente lotado de alunos que não têm dinheiro para ir até a escola de ônibus, alunos que nunca tiveram dinheiro para comprar um livro para estudar, que nunca sonharam em ter a oportunidade de ter um professor além do currículo tradicional das escolas, ensinando

algo direcionado ao vestibular da UFSC e outras universidades públicas, que são sua grande conquista. Nós tivemos ontem mais de 140 alunos que foram selecionados dentre os mais de 300 alunos que se inscreveram, mas a capacidade era atender 150 alunos carentes naquela comunidade.

Lá podemos ver, através da simplicidade das pessoas, o depoimento de ex-alunos aprovados na UFSC, muitos deles, hoje, como professores voluntários. Lá temos 22 professores voluntários que vão lecionar num curso pré-vestibular extensivo no ano de 2015. E ainda mais, no segundo semestre deve-se dobrar o número de alunos e ampliar o número de professores voluntários que vão trabalhar naquela escola, naquele projeto. Nesses dez anos que eles realizam esse trabalho já foram aprovados mais de 1.200 alunos até o vestibular de 2013 nas universidades públicas sediadas na Grande Florianópolis. De maneira especial a UFSC, a Udesc e o Instituto federal de Santa Catarina. Esse grupo surgiu liderado pela professora Janete Teixeira, através da associação de moradores que entendeu que tinham que tirar os jovens da área de risco e demonstrar a eles a verdadeira possibilidade de ingressar numa universidade pública que, na visão da grande maioria, é para o rico. Lá estão os que verdadeiramente precisam.

E, obviamente, temos que destacar um projeto com 22 professores voluntários numa instituição como o Instituto Educação Jovem Popular, que não recebe um único

recurso público e não tem o apoio com relação ao material didático. O grande pedido dos alunos e dos professores é apoio para produzir o material didático. Eles não têm apostila, usam materiais copiados quando conseguem.

Conversei a respeito com o deputado Romildo Titon, que preside a Escola do Legislativo, e vou levar essa informação à comissão de Educação na tarde de amanhã para que possamos conhecer e estar juntos num projeto que atinge uma grande gama de alunos que não têm nenhuma condição. Esse projeto realizado por eles já conquistou o reconhecimento de diversos setores do governo federal, do ministério da Comunicação e do ministério da Educação. A ADVB já premiou como empresa cidadã o trabalho realizado em 2009. Receberam o prêmio Amaral Gurgel de Ética e Negócios em 2010.

Tinham o apoio de uma empresa da Eletrosul, que depois, com a crise da energia, não continuou participando. Esse projeto já atingiu a comunidade em São José, na região continental, no norte da Ilha, e hoje está limitado ao sul da ilha, mas sem nenhum tipo de apoio. Abrigam lá 140 alunos carentes, com o sonho de passar no vestibular.

Ontem pudemos assistir alguns depoimentos. E lá estava o vereador Vanderlei Farias. Pudemos assistir o depoimento de professores que diziam assim: "Eu, que estudei em universidade pública, tenho obrigação de dar o meu retorno." E um professor traz outro professor. Alguns já foram alunos ali. E aí temos um exemplo de organização civil. Temos a obrigação de agir politicamente para incentivar tanto as empresas privadas, como as públicas a efetivamente participar desses projetos.

Neste momento, quero cumprimentar a comunidade do Rio Tavares, do Campeche, os 22 professores que estavam lá animados e dispostos, que fazem um trabalho até de psicólogo, pois os alunos vêm de famílias carentes. E é um consolo saber que uma parte da sociedade pode apoiar aquele projeto.

Quicá, deputado Antônio Aguiar, esta Casa Legislativa possa estar junto desses bons projetos. É importante trazer esse modelo, deputado Neodi Saretta, que pode crescer, que pode se ampliar e que pode despertar no poder público uma alternativa de poder colaborar, efetivamente, na diminuição das desigualdades sociais.

Quando se observa uma aluna carente falando que foi aprovada no curso de administração de empresas da Udesc, na Esag, que não tinha expectativa de fazer nem um vestibular, e outros, que passaram em vários cursos da Universidade Federal, vemos que ainda há esperança de poder buscar essa igualdade.

Então, espero poder contar com o apoio desta Casa Legislativa, nesse projeto que é um exemplo para muitos outros, que pode ser ampliado, que pode permitir que o nosso investimento em educação possa ser cada vez mais direcionado. E quando, deputado Leonel Pavan, toda a sociedade civil participa, dispõe-se voluntariamente a fazer esse trabalho, temos que acreditar ainda mais.

Por isso, parabéns à professora Janete pelo trabalho, parabéns a todos os voluntários do Instituto de Educação Jovem Popular. Que o curso pré-vestibular comunitário gratuito do sul da ilha possa trazer um bom exemplo e contagiar muitos outros voluntários, e que o poder público possa participar ofertando mais esse serviço a toda a nossa sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Obrigado, deputado.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, aproveitando a presença de algumas pessoas do *trade* turístico, quero dizer que tivemos há pouco um encontro com o governador Raimundo Colombo, a quem quero estender os meus agradecimentos e cumprimentos por ter garantido que irá iniciar, nos próximos dias, o processo da construção do Centro de Eventos que fica em Balneário Camboriú. Um recurso que o governo federal já tem garantido, mais de R\$ 50 milhões; outro; em contrapartida, do governo do estado; e outro, do governo municipal.

Quero agradecer ao governador que nos recebeu para conversar sobre esse assunto, já que tantas vezes usei a tribuna falando desse Centro de Eventos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu gostaria de fazer coro ao deputado, principalmente cumprimentando o pessoal do *trade* turístico de Balneário Camboriú, exatamente por uma luta contínua e duradoura, parece-me que diante dessa audiência com o governador as coisas começam a caminhar.

Parabéns a v.exa.! Parabéns ao *trade* de Camboriú!

Santa Catarina ganha com essa decisão.

O Sr. Deputado João Amin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Somente para cumprimentar o vereador Luis Carlos Spenger Filho, de Gaspar, que se encontra na Assembleia Legislativa, juntamente com diversos agentes de trânsito do estado inteiro, mas de uma maneira especial ele acompanhando os agentes de Gaspar e do alto vale do Itajaí.

Gostaria de cumprimentar também os jovens do Partido Progressista, diversos vereadores que preparam um evento para os dias 17 e 18 de abril, na cidade de Balneário Camboriú. Acabaram de fazer a apresentação do projeto da juventude com a liderança do Partido Progressista. Quería, de maneira muito especial, cumprimentar todos que estão presentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado João Amin.

O próximo orador inscrito é o eminente deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. parlamentares, quero, primeiramente, registrar a presença dos agentes de trânsito e dizer que recebi uma correspondência do Sindicato dos Agentes de Trânsito de Santa Catarina solicitando a derrubada de veto do governador ao projeto n. 271.0/2014. Eu irei olhar com atenção essa solicitação do veto porque não conheço o projeto e não estava aqui quando foi votado.

Eu venho à tribuna, hoje, para falar sobre algumas questões relativas à região serrana, que represento aqui na Assembleia do estado. O país vive, sem dúvida nenhuma, um momento difícil do ponto de vista macroeconômico e isto é demonstrado pela queda da receita pública. A receita pública federal vem caindo, a estadual e as dos municípios também, consequentemente, a administração da atividade econômica, que depende de vários fatores, segundo os economistas, sofre influência dessa crise internacional, como o resto do mundo.

Demorou a reconhecer, veio o processo eleitoral, não se corrigiu os rumos do país e, hoje, enfrentamos uma situação difícil.

E mesmo as vozes mais otimistas dizem que este ano vai ser muito complicado, o desempregado vai aumentar, a receita pública vai cair e ano que vem, talvez, não seja diferente. É provável que apenas em 2017 comece a haver uma retomada do crescimento econômico no país. Isso se as coisas andarem bem, se houver uma política econômica adequada e o país caminhar no rumo certo.

Nós atravessamos outro turbilhão, o social, vamos ter manifestações agora dia 15 e já uma contramanifestação programada para o dia 13. Esperamos que o Brasil não entre num conflito, que não se torne um país bipartido que agrave ainda mais a nossa situação econômica. É preciso num momento de dificuldade, de crise ética, de operações da Polícia Federal importantes no Brasil, como a Lava-Jato, encontrar um caminho.

E a nossa região serrana está sofrendo, com as obras que estão sendo realizadas nos últimos dois anos, as consequências da falta de investimentos. O governo federal já anuncia menos recursos para o PAC, menos recursos de investimentos do BNDES, um arrocho, e não é diferente do governo estadual. E uma série de obras que estão em andamento na região serrana, ou que eram para começar, e quero citar algumas delas, precisam ser olhadas com atenção.

Eu falo de algumas rodovias como no trecho de Capão Alto e Campo Belo do Sul, que está sendo revitalizado, é um trecho da SC-390, cuja obra está capenga, muito devagar, há críticas na qualidade; temos outro trecho da SC-390, que é o trecho entre Anita Garibaldi a Celso Ramos, que está dependendo de implantação; o trecho de Otacílio Costa, deputado Aldo Schneider, que v. exa. conhece bem, onde houve uma grande manifestação nesse final de semana, o povo foi à rua no embalo do movimento dos caminhoneiros, questionando o início da obra. O trecho está muito ruim, ocorrem acidentes graves com muita frequência. Temos também o trecho entre São Joaquim e Painel na mesma situação, a obra é lenta, vagarosa, param um pouco a obra, depois continuam e questiona-se a qualidade da obra, e muitas outras obras.

Há um trecho ligando São José do Cerrito a Curitiba, uma obra que está em implantação; uma obra na rodovia da Coxilha Rica; o Aeroporto Regional em Correia Pinto, na região serrana, que está parado, é uma obra antiga, agora foi feita a pista com 1.800m, mas falta a implantação do acesso, a implantação da obra relacionada à energia elétrica. Então, a serra como um todo está preocupada com todas essas questões.

Nós reconhecemos, e comecei falando sobre isso, as dificuldades que se têm hoje do ponto de vista macroeconômico do país. Também reconhecemos as dificuldades que se têm do ponto de vista macroeconômico do estado, mas algumas questões dependem de atenção maior. Nós vamos repassar essas preocupações ao secretário estadual de infraestrutura, para que ele dê uma olhada especial e com atenção a essas obras, e que veja, principalmente, as questões mais emergenciais, o que é preciso fazer. Queremos também atenção especial ao andamento das obras, porque houve manifestação na região de Otacílio Costa, que prometem continuar se essas obras não forem retomadas ou não andarem no cronograma previsto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradecemos a manifestação do eminente deputado Fernando Coruja.

Com a palavra o próximo orador inscrito deputado João Amin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Sr. presidente, deputado Aldo Schneider, deputado Mario Marcondes, deputadas Ana Paula Lima, Luciane Carminatti, Dirce Heiderscheidt e demais deputados. Venho usar o tempo em Breves Comunicações para relatar às pessoas que acompanham a Rádio Alesc Digital, que assistem a TVAL, com satisfação, também aos deputados estaduais que não fazem parte da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, sobre o relatório do encontro da viagem que contou com as presenças dos deputados Cleiton Salvaro, Cesar Valduga, Mario Marcondes, Ismael dos Santos e da deputada Luciane Carminatti. Estivemos todos na cidade de Chapecó em um encontro com diversos caminhoneiros e, se pudéssemos resumir, apontar uma liderança, seria a do caminhoneiro Volnei.

Queremos justificar a nossa ausência no Fórum Parlamentar Catarinense, pois já tínhamos uma reunião pré-agendada com o governador no mesmo dia, segunda-feira, às 10h, no Palácio da Agrônômica, para tratar sobre o aeroporto, sobre as obras de ampliação e acesso.

O deputado Leonel Pavan também justificou sua ausência por motivo particular, ou seja, uma enfermidade na família. Torcemos para que tudo seja resolvido o mais rápido possível.

Tivemos a ausência também do representante dos caminhoneiros da região sudeste do Brasil, o sr. Ivar Schmidt, que se encontrava sexta-feira, quando tive o primeiro contato com ele, no gabinete do deputado federal Covatti Júnior, do Rio Grande do Sul, tratando sobre as demandas dos caminhoneiros.

A pauta de reivindicação dos caminhoneiros já do conhecimento da maioria dos srs. parlamentares e os pontos que foram mencionados pelo Volnei e pelo grupo que se encontrava no trevo de Chapecó, foi o preço do óleo diesel, a necessidade da confecção de uma tabela de preços do frete; o custo tanto do IPVA quanto do pedágio. Foi também mencionado, o que nos causou certa estranheza, a diferenciação do preço do ICMS com relação ao estado do Paraná. Inclusive fui estudar esse assunto e agora, no dia 01 de abril, no Paraná, o valor do ICMS também vai a 12%. Então, com relação a essa questão ficou um ponto de interrogação na pauta de reivindicações dos caminhoneiros.

Outros pontos destacados foram as condições das rodovias e o Programa Pro-Cargas. Ao mesmo tempo procuramos o sindicato dos transportadores e uma cooperativa de logística de Chapecó que falou sobre os seis anos de carência dos financiamentos sem cobrança de juros, na redução da carga tributária para as empresas de transportes; aposentadoria integral para os motoristas com mais de 30 anos de contribuição; passe livre nas praças de pedágio para quando os caminhões estão vazios; estradas com condições seguras de trafegabilidade, prezando sempre pela vida de todos os usuários, não só dos caminhoneiros; a redução do preço do óleo diesel - e o governo federal já se manifestou no início das negociações que não iria ceder sobre esse item, mas já sinalizou

que pelo menos por seis meses não fará reajustes; respeito aos motoristas; mecanismos para balizar o preço do frete, também a confecção da tabela que realmente é o ponto mais importante para o caminhoneiro autônomo, e mecanismos de viabilidade para o uso de veículos com equipamentos.

Vimos com muita positividade que ontem a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei dos caminhoneiros, comunicando o pedágio gratuito para os eixos suspensos, para os caminhões vazios; o perdão das multas por excesso de peso recebidas nos últimos dois anos; os contratantes do frete e os não motoristas serão responsabilizados pelo excesso de peso e transbordamento de carga. Esse e outros pontos são aspectos da lei sancionada pela presidente Dilma, ontem.

Então, quero fazer o relato dessa ação da comissão de Transportes e Desenvolvimento desta Casa, até provocada pelo deputado Coruja, que me antecedeu na tribuna, que este assunto deveria ser tratado pela comissão. Os membros da comissão foram a Chapecó e logo após a viagem estivemos juntos com o governador Raimundo Colombo, com os deputados Dirceu Dresch, Valdir Cocalchini e Manoel Mota, integrantes da comissão, e pudemos também ouvir uma boa notícia: até antes de ontem oito pontos de rodovias estaduais estavam com paralisações, com algum tipo de bloqueio.

E ontem, quando estávamos em conversa, o governador foi informado pela Polícia Rodoviária que esses oito pontos já haviam sido desbloqueados, somente nas BRs do estado de Santa Catarina ainda havia algum tipo de bloqueio.

Então, queria agradecer a presença dos colegas da comissão de Transporte, dos demais deputados, e dizer que daqui a pouco, às 17h, teremos a primeira reunião, ocasião em que esse relatório de encontro vai ser debatido, as demandas vão ser encaminhadas para as pessoas que participaram tanto na cooperativa quanto no sindicato e também com o próprio governador, recebendo esse documento oficial por parte da referida comissão.

Querida, mais uma vez, cumprimentar os agentes de trânsito que se encontram na Assembleia Legislativa e comunicar que o veto não está mais na pauta da Ordem do Dia, mas é muito importante que vocês venham aqui fazer as suas reivindicações, pois estaremos sempre à disposição, como já estávamos semana passada no gabinete.

Muito obrigado e boa-tarde a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço ao eminente deputado João Amin pelas manifestações.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, do prefeito Jacob Junges e do vereador Arno Arnt, todos os dois do município de Santa Teresinha do Progresso.

É com satisfação que registro a presença deles em nossa Casa.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZERE - Sr. presidente, quero cumprimentar os agentes

de trânsito que estão aqui solidários ao seu projeto, quero cumprimentar o vereador Célio Dias, de Blumenau, e o suplente de vereador Diogo Santos, também de Blumenau.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Registradas as suas manifestações, concedo agora a palavra ao deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, queria cumprimentar, de forma especial, os agentes de trânsito que estão aqui também e dizer que estamos juntos e que apoiamos as suas reivindicações. Podem contar com o meu apoio neste sentido.

Quero cumprimentar outras lideranças que estão aqui acompanhando esta sessão e também os que acompanham pelo sistema de comunicação da Assembleia Legislativa, especialmente a TVAL.

Gostaria também de relatar, nesta tribuna, algumas ações que nós participamos e fizemos na busca de uma solução para a grave situação que vivia aqui não somente o estado de Santa Catarina como, de forma especial, o sul do Brasil e partes do nosso país em relação à paralisação e às reivindicações dos caminhoneiros.

Nos últimos dias, como outros parlamentares também têm feito, fizemos intensas conversações com lideranças estaduais, federais, com caminhoneiros, com autoridades, na busca, na tentativa de auxiliar de alguma forma, a fim de se encontrar uma solução.

Eu queria citar e destacar, de forma positiva, uma ação feita a partir da região de Concórdia, pelas lideranças, pelo prefeito municipal, pela associação comercial, pela Câmara de Dirigentes Lojistas e outras entidades, em que nós também pudemos participar, no sentido de conversarmos a respeito deste assunto com as lideranças regionais. Isso levou, inclusive, que no sábado estivéssemos na BR-153 conversando diretamente com os caminhoneiros, onde assumimos o compromisso de tentar abrir canais de conversações e alguma alternativa que levasse à solução desse problema. Um dos encaminhamentos foi o de realizarmos o encontro e também o apoio do governo do estado.

Estivemos, ontem à tarde, com uma comitiva composta por lideranças da região de Concórdia, caminhoneiros, empresários, algumas lideranças de Iporã do Oeste, junto com o governador, o sr. secretário da Agricultura, deputado Celso Maldaner, que lá esteve por cerca de duas horas dialogando e conversando com o governo também, para buscar a participação do estado nessa intermediação, deputado Natalino Lázare, e uma solução para esse conflito.

É claro que alguns encaminhamentos foram importantes, como aqueles pontos, inclusive, anunciados pelo deputado presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa, relatando sobre a sanção da lei dos caminhoneiros que traz, deputado João Amin, como v.exa. se referiu, alterações importantes, alguns avanços nesse sentido. Mas alguns pontos que estão pendentes e estavam ontem na conversação, nesse sentido precisamos colocar também o governador do estado nesse circuito para ajudar a fazer essa intermediação, compromisso do governo Raimundo Colombo de articular, deputado Ismael dos Santos, como o governo do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Também uma frente de governadores para buscar a solução, mecanismos que possam trazer o atendimento, pelo menos dos pontos especiais e essenciais, da pauta dos caminhoneiros para poder atender as suas reivindicações para que eles continuem na atividade, mas também para aquelas outras atividades que são solidárias ao movimento, mas que precisam também dos caminhos abertos para sobreviver, como é o caso de forma muito especial dos agricultores, do agricultor que precisa entregar o leite, do avicultor que precisa receber a ração para as aves, para os suínos, as agroindústrias que também tem todo esse compromisso na produção de alimentos.

Então, nesse sentido, participamos também ativamente dessas conversações, continuamos participando, como também esta Casa, tem que se registrar, da aprovação de moções, da conversação. Citei aqui as ações que fiz, e sei que diversos deputados poderiam vir à tribuna neste momento também citar as ações que fizeram, ou seja, percebe-se que há um engajamento, uma busca da solução dessa questão. E nós continuamos também à disposição para abrir canais, conversações, diálogos com as autoridades estaduais, nacionais, já que grande parte da pauta é uma pauta nacional.

Temos apelado com frequência para que o governo olhe realmente com os olhos de quem quer uma solução para esta causa e possa resolver ainda as questões pendentes nessas novas negociações e que possa estabelecer um mecanismo de voltar à normalidade, não só para voltar à normalidade, mas para que as atividades econômicas possam se manter: os caminhoneiros, as agroindústrias, os agricultores, enfim, o país seguir o seu curso normal.

Por fim, sr. presidente, eu não poderia também, antes de encerrar, de fazer uma manifestação sobre essa polêmica estadual envolvendo a Medida Provisória n. 198.

Quero dizer que sei que o governo do estado, as suas alternativas, as suas ações também precisam ser feitas, tenho defendido muito nesta tribuna, e uma emenda constitucional, inclusive nesse sentido que o governo tem que investir mais em educação, falo dos governos em geral. Em Santa Catarina há uma proposição pretendendo elevar de 25% para 30% o gasto com a educação.

Por isso, não vejo como uma justificativa plausível aprovar uma medida provisória que teoricamente traria R\$ 40 milhões de economia por ano na área da Educação, cerca de R\$ 3 milhões por mês, numa área, deputado Rodrigo Minotto, que tem um investimento muito grande. Penso que esses R\$ 3 milhões fariam pouca diferença, quando, na verdade, acho que o problema principal não é diminuir o gasto na educação, mas, sim, aumentar. Nós entendemos que tem que aportar mais recursos para essa área, que é prioritária.

Portanto, coloco essa posição também, quem sabe o governo do estado ou retira essa medida provisória ou faz uma negociação com a categoria para que possa se chegar a bom termo, já que, tenho certeza, todos vemos a educação, de fato, como prioridade.

Assim, não podemos usar como justificativa a economia de recursos na área da Educação. Esta é uma área que precisa de recursos, de uma boa estrutura, e se não tivermos o professor satisfeito, com certeza, não teremos uma boa educação.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Hoje, terça-feira, os primeiros minutos estão destinados ao Bloco Social Progressista, composto pelo PP e PSDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do Bloco Social Progressista, os próximos minutos estão destinados PMDB.

(Pausa)

Não havendo oradores do PMDB, os próximos minutos estão destinados ao PSD.

Com a palavra, o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha.

Saúdo os vereadores, as lideranças que estão presentes na Casa, o prefeito Jacó, de Santa Terezinha, o Arno e todos os nossos amigos. Saudamos a Vanusa e a todos os integrantes, ela que representa, junto com os colegas do município de Lages, todos os integrantes das Guardas Municipais, que estão na busca dos justos pleitos da categoria.

Hoje o assunto que vou falar não poderia ser outro, sras. deputadas, a não ser a greve dos caminhoneiros, e até pela importância do fato, do pleito, das reivindicações da categoria, que passaram a ser, nesses dias de mobilização, um pleito de todos os brasileiros, já que há um descontentamento geral com o governo, com a classe política, agravado, deputado Ismael dos Santos, por algumas ações impensadas, como aquela do presidente da Câmara querer dar passagem para mulher de deputado, para esposa de deputada, e esses absurdos. A sociedade brasileira, já cansada desses abusos, desses desmandos, num momento de crise, num momento de reivindicação, ainda vê o presidente da Câmara dos Deputados sair com uma ideia totalmente contrária aos princípios da moral, da ética, do respeito, da dignidade.

Enquanto temos brasileiros vivendo com dificuldade, não ganhando um salário mínimo, enquanto vemos o produtor de leite não recebendo o valor devido, que poderia ressarcir as despesas na produção e dar um pouco de aconchego e de retribuição ao trabalho que a família faz, ao criador de frango, de suíno, enfim, enquanto a economia enfrenta uma série de dificuldades, a sociedade brasileira vê, infelizmente, de alguns políticos, gestos, ações, porque falar muitas vezes é bonito, fazer discurso é populista, mas as suas ações são totalmente contrárias àquilo que acabam falando.

Então, tenho que falar sobre esse assunto, até porque acompanhei uma região que ficou quase que sitiada, o extremo oeste, o oeste catarinense, quem esteve lá viu o desespero das famílias, sem ter mais combustível, sem ter gás de cozinha, as escolas fechando porque não tinha como atender os alunos com a merenda escolar, e as pessoas, mesmo que fossem para casa, a maioria das casas já no limite de produtos, e até, também, do gás de cozinha, de produtos essenciais.

Os hospitais da região suspendendo o atendimento por falta de medicamentos, os medicamentos que havia davam para atender os internados, não podiam mais trazer novos pacientes, realizar cirurgias, então é uma situação grave.

Eu quero dar um exemplo dessa questão. A população quis mostrar com esse protesto o seu descontentamento e pedir respostas ao governo federal e à classe política. Mas o que aconteceu foi o mesmo que alguém fazer mal para outra pessoa. Ao invés de cobrar de quem está fazendo o mal, puniu mais ainda quem já foi agredido e quem já foi prejudicado, porque, na verdade, a greve prejudicou e puniu ainda mais o produtor de leite que perdeu milhares de litros, porque não podia entregar. E ainda tem os produtores de frango, de suínos, que foram prejudicados. Tivemos até a suspensão das aulas, causando pânico na população. O certo não é punir quem já está sendo punido, o certo é fazer um comboio e ir a Brasília para buscar soluções com uma audiência com as autoridades competentes responsáveis, com o governo federal.

Essa é uma situação preocupante e a minha posição sempre foi pela justiça dos pleitos, mas não dessa forma, porque não adianta mais punir ainda mais a nossa população. Nós temos que buscar o pleito com quem tem o poder, a possibilidade de resolver.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Parabéns por essa leitura de cenário. E aproveito para cumprimentar os agentes de trânsito, na pessoa do vereador Célio Dias, que foi meu colega em Blumenau. Quero dizer da nossa disposição de encaminhar juntos esse projeto.

Sobre esse tema que v.exa. aborda, quero dizer que estivemos neste último final de semana no oeste, juntamente com outros deputados, e fomos parados três vezes em barreiras. Conseguimos conversar, mas sentimos a tensão. Visitei também pequenos agricultores que nos disseram estar muito preocupados com a situação, pois já haviam jogado 1.200 litros de leite fora. Assustou-me ainda mais chegar a Chapecó e ver centenas e centenas de veículos esperando para abastecer em postos. De fato, uma situação de guerra. E quero lamentar, inclusive, a pouca cobertura que a imprensa nacional deu ao que está acontecendo aqui no sul do Brasil. Eu não assisti ao Fantástico, mas disseram que foi 30 segundo para dar a matéria sobre algo tão importante e crucial para a economia de Santa Catarina e do Brasil.

Acho que a classe política também deve estar atenta. A palavrinha chave para tudo isso é bom senso da classe política, do judiciário, dos caminhoneiros e por parte da população, para que possamos de fato ter dias melhores neste país.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Obrigado, deputado! Esse movimento começou em São Miguel d' Oeste e lá a situação era mais grave. inclusive. Precisou o Ministério Público intervir para que não faltassem os itens básicos para a população ser atendida.

Até quero reconhecer o empenho do Ministério Público, já que algumas pessoas não tinham consciência da gravidade do que estava acontecendo. A reivindicação é justa, mas realmente a região já está correndo o risco de um sério colapso.

O Sr. Deputado Mario Marcondes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Mario Marcondes - Também, em caminhada por 19 municípios neste final de semana no oeste catarinense, deparamo-nos com essa situação dos pequenos agricultores e o que mais nos chama atenção é abrir o Diário Catarinense e ver a sanção da Lei dos Caminhoneiros, como se isso fosse a solução do problema que está vivendo toda sociedade brasileira, esquecendo de falar em planejamento, ferrovias. Veem mais uma vez dar as coisas no conta-gotas.

Ontem, junto com outros deputados, vimos o desespero dos caminhoneiros que pedem coisas bem básicas e não estão apenas falando no aumento do diesel ou no aumento do frete. Eles estão pedindo a melhoria nas estradas, a possibilidade de parar em postos de gasolina, porque não conseguem parar nas BRs pela falta de segurança. Então a coisa é muito ampla. Precisamos de uma força tarefa pilotada pelo governo federal.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Realmente, os ânimos estão exaltados e algumas pessoas estão no extremo do seu nervosismo. Inclusive na conversa que tivemos com os caminhoneiros, vários deles disseram que foram pegos de surpresa e pediram para serem liberados e saírem do movimento. Um caminhoneiro estava com a esposa nos últimos dias de gravidez e estava com receio de ficar preso no movimento. Outro caminhoneiro estava com a família e até com animais de estimação no caminhão e quando houve a tentativa de argumentarem no trevo de São Miguel para que pelo menos esses fossem liberados, um dos líderes do movimento se exaltou. Então, vimos que as condições psicológicas de entendimento são preocupantes.

Volto a dizer que todos lá são atingidos pelas questões. Fico preocupado com a situação do produtor de leite, de suíno, de frango do extremo oeste. Será preciso um acompanhamento com os sindicatos para que tudo volte ao normal, porque as empresas deixaram de receber a produção, de exportar, e mesmo parando o movimento teremos ainda um período de adaptação para a economia catarinense.

Já pelos ajustes fiscais do governo federal se prevê momentos mais difíceis na economia nacional, com certeza, momentos mais difíceis para essas regiões que foram atingidas pelos movimentos de reivindicações.

Então, vamos ter que olhar com muita atenção, com muito carinho, com muito trabalho para que Santa Catarina e, principalmente, o oeste do estado não sofra ainda outros problemas decorrentes da paralisação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra, a sra. deputada Ana Paula Lima, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quem nos acompanha pelos meios de comunicação. Um cumprimento especial também aos agentes de trânsito do estado, que se fazem presentes nesta sessão ordinária, e às pessoas que vêm da minha cidade, que se fazem presentes nesta Casa no dia de hoje e que desde o ano passado, quando debatemos esse tema tão importante para essa categoria, fazem um trabalho significativo em cada município onde residem.

Falo em nome de Blumenau porque a Guarda Municipal de Trânsito de Blumenau já foi referência no estado de Santa Catarina e para o Brasil também, ela que foi referência, vereador Célio Dias, para fazer a guarda municipal em outros municípios do estado, que hoje estão aqui presentes.

Também já foi palco de ganhadores de grandes projetos quando na nossa cidade, na época do prefeito Décio Lima, quando tínhamos um tratamento diferenciado com a nossa população, onde a humanização do trânsito era muito importante, com várias campanhas educativas, não punitivas para o povo de Blumenau. Eu acredito que a luta de vocês seja para isso também, para função de vocês dessa organização tão importante. É importante vocês estarem aqui para conversarem com os demais parlamentares desta Casa.

Nós, do PT, já temos um posicionamento sobre o projeto que aqui se encontra, pela derrubada do veto do governador do estado, a respeito dessa luta que vocês vêm travando há muito tempo e também da luta em nível federal, em que o deputado federal Décio Lima apresentou no dia 25 de fevereiro um projeto para alteração do inciso II, do art. 193, da CLT, para incluir os agentes de trânsito nas atividades perigosas.

É dessa forma também que, debatendo vários temas, acredito que temos que estar atentos também, srs. parlamentares, sobre temas específicos do estado de Santa Catarina como é dos agentes de trânsito e também à questão da Medida Provisória n. 198, que diz respeito ao Magistério Público Catarinense. Sobre esses dois temas, em que essas categorias estão reunidas nesta sessão, nesta Casa, não podemos voltar no tempo. Porque parece, sr. presidente, que parlamentares desta Casa estão se referindo somente às questões nacionais, quando temos as questões estaduais para resolver, como a questão dos agentes de trânsito, que é um projeto desta Casa; e a questão do Magistério que, neste momento, está em assembleia ali, na praça, discutindo essa MP que, a meu ver, o governo do estado, senhor líder, deveria retirar de pauta, porque o combinado com o sindicato daquela categoria é que o secretário de estado da Educação, Eduardo Deschamps, iria fazer um processo de negociação, e não foi isso que aconteceu.

O Sinte, srs. parlamentares, que é o Sindicato dos Trabalhadores da Educação, realiza desde a semana passada atos de mobilização da categoria, quanto à Medida Provisória n. 198, enviada para análise destes parlamentares.

Essa medida provisória, na prática, desvincula os professores e as professoras em caráter temporário, da carreira do Magistério. Não é isso que defendemos! O professor contratado e a professora contratada tem que ter o mesmo direito do servidor público de carreira. Estamos falando, não apenas de mil, duas mil professoras em caráter temporário, estamos falando de 20 mil profissionais que, se aprovada a lei, estarão recebendo salários menores num regime de trabalho de hora/aula dada, afrontando inclusive a legislação federal, que nós temos que nos ater.

Segundo estabelece a Lei n. 11.738, de 2008, que estabeleceu o piso nacional para os profissionais do Magistério Público da Educação Básica na composição da jornada de trabalho, deve-se observar o limite máximo de dois terços da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os

educandos, pois um terço dessa carga será dedicado à preparação de aulas, à correção provas, às atividades fora da sala de aula, porque o professor dá aula, mas ele também tem que levar para casa ou para outro horário de trabalho a correção de provas e o planejamento. E isso também tem que contar como atividade do magistério.

A maioria dos deputados, neste plenário, vivenciaram muitos debates, como aquele dramático sobre a implementação do piso nacional do Magistério. Santa Catarina só tem implementado o piso depois que o sindicato entrou na Justiça contra uma Adin, levantada pelo antigo governador. Só assim Santa Catarina está discutindo o piso nacional do Magistério. A maioria, segundo orientação do governo, aprovou a extinção do plano de carreira do Magistério, desvalorizando, achatando o salário dos professores com mais tempo de serviço e mais titulação.

Nós dizíamos, naquele momento, que o governo do estado estava destruindo a carreira do Magistério.

Quem estava aqui nas outras legislaturas sabe disso, sempre falamos que estavam destruindo a carreira do Magistério, arduamente conquistada na luta da categoria. O governo mantinha o posicionamento de dizer que estavam valorizando a educação. Neste mesmo ano, senhores deputados e senhoras deputadas, ouviram, desta Tribuna, o governador do estado, Raimundo Colombo, identificar e salientar que ele estava errado, que o Magistério havia sido penalizado e que era preciso valorizar a carreira do Magistério. Isso o governador falou aqui no primeiro dia dessa legislatura, quando trouxe a mensagem de governo.

Diante dessa fala do governador, entendíamos que haveria um processo de negociação com o secretário de estado da Educação, que pudesse entender, mas mais uma vez fomos surpreendidos com a MP n. 198.

Srs. deputados, não dá para entender que nessa MP querem fazer uma economia de R\$ 40 milhões. Na educação não se faz economia! Na educação se faz investimento, deputado Ismael dos Santos.

É por isso, srs. parlamentares, sr. líder do governo, srs. deputados governistas, temos que pedir ao governador que retire essa MP e continue o processo de diálogo com o sindicato, é isso que esses professores e professoras estão, neste momento, naquela praça discutindo. E, certamente, estarão na semana que vem, na reunião da comissão de Constituição e Justiça, como estiveram hoje de manhã, para pedir a retirada dessa MP.

Se nós queremos um estado melhor, temos, primeiro, que valorizar quem têm a responsabilidade da formação da nossa criança e do nosso adolescente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Gabriel Ribeiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Gabriel Ribeiro.

O SR. DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO - Sr. presidente, gostaria de fazer referência aos agentes de trânsito de Lages, que hoje se fazem presentes em grande número no Plenário da Assembleia Legislativa. Eu quero me solidarizar com todos os agentes e com o projeto de lei que regulamenta a categoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos

Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Bloco Frente Renovação.

(Pausa)

Na ausência de representantes do Bloco Frente Renovação, o próximo horário é destinado ao PSDB.

Com a palavra o deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

Eu convido o deputado Mario Marcondes para assumir a Presidência dos trabalhos, enquanto faço uso da tribuna.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sras. deputadas e srs. deputados, teremos certamente um tempo ainda brilhante para debater sobre direitos, deveres e reconhecimento para esta classe tão importante que hoje visita a Assembleia Legislativa, e quero deixar desde já o nosso compromisso com as suas reivindicações.

Mas quero, hoje, usar à tribuna e dizer que há pouco usei o microfone desta Casa para falar sobre a conversa que tivemos com o nosso governador ao meio-dia.

O governador do estado de Santa Catarina, Raimundo Colombo, nos colocou - em função de usar inúmeras vezes à tribuna desta Casa reivindicando o início da construção do Centro de Eventos em Balneário Camboriú - que por questão legal, e nos sempre falamos isso, o estado é que tem que construir o Centro de Eventos, que logo dará início a essa importante obra, que é reivindicada, não apenas pelo poder público de Balneário Camboriú, assim como pela prefeitura, por todas as entidades e por nós seguidamente nesta tribuna.

Quero agradecer ao governador pela sua sensibilidade pelos nossos pleitos, por dar início o mais breve possível à construção desse Centro de Eventos, que já tem uma parte de recursos garantidos.

Mas quero me referir, hoje, ao turismo.

(Passa a ler.)

"Ontem, dia 2 de março, comemorou-se o Dia Nacional do Turismo, data que reforça a necessidade de celebração e atenção permanente para esse setor, que representa a mais importante prática econômica atual, responsável pela geração de riquezas, empregos, e pela circulação de capital e pessoas.

No Brasil, o turismo já caminha para representar 9,5% do PIB nacional e em Santa Catarina esse setor já representa 12,5% de nosso Produto Interno Bruto, que certamente traz reflexos diretos e indiretos em toda a economia estadual.

Ainda é importante considerar que a indústria do turismo - a que mais cresce no mundo na atualidade - é responsável também por garantir o funcionamento de outros setores da economia, com destaque os sistemas de transporte e comunicação.

Não obstante, as áreas econômicas relacionadas ao lazer, comércio, cultura, hotelaria e outras também mantêm uma boa dinâmica quando o turismo é elevado em uma dada região.

Em que pese alguns números favoráveis de movimentação econômica às vésperas do encerramento oficial de mais uma temporada de verão em Santa Catarina, graças aos esforços da iniciativa privada, nosso desempenho e gestão de turismo governamental está deixando muito a desejar nos últimos anos.

Depois de sete anos consecutivos, premiados como o 'Melhor Destino Turístico do Brasil', perdemos o posto para o Rio de Janeiro no ano passado. Saímos da posição de

destaque. Posição esta alcançada graças à força do nosso *trade* turístico, que ano após ano foi se aprimorando em todas as áreas do setor buscando a excelência nos serviços e equipamentos turísticos.

O nosso povo e as nossas potencialidades turísticas ainda estão aqui. Nossas belezas naturais também estão. Nossos equipamentos turísticos, nossos parques naturais, nossos parques temáticos, nossos hotéis e nossos restaurantes ainda estão de portas abertas e cada vez melhores, haja vista os novos prêmios individuais conquistados no ano passado.

Então, se ainda somos o mesmo povo hospitaleiro e se todos os nossos atrativos ainda estão à disposição, qual o motivo para não sermos mais o lugar preferido pelos turistas? Onde está o turismo de qualidade que por tantos anos foi sinônimo de Santa Catarina? Uma das causas, sem dúvida, é a falta de planejamento e gestão do governo estadual, pois tivemos seis secretários de turismo em pouco mais de três anos."

Como um secretário de turismo, seja ele quem for, vai conseguir planejar um turismo para o estado, se quando ele se firma na cadeira, quando começa a desenvolver um trabalho, por questões políticas se muda novamente o secretário.

É preciso que um estado como o nosso, de grandes projeções, um estado que se destacou e se destaca no Brasil nesse setor, que teve sete anos consecutivos como o melhor destino turístico, repito, pelas suas belezas naturais, pelos parques temáticos, pelas nossas praias, pela nossa gente, pelos nossos restaurantes, pela hotelaria, pela oferta de produtos tão procurados pelo turismo, pela nossa cultura, pela nossa história, pelo carinho que o povo catarinense dedica àqueles que nos visitam, volte a ser o melhor.

Deputado Luiz Fernando Vampiro, nós conseguimos, por sete anos consecutivos, o melhor destino turístico do Brasil e agora o perdemos. Por que o perdemos? Alguns dizem que é em função da Copa no Rio de Janeiro, mas a Copa também é um setor relevante que aconteceu em todos outros estados brasileiros, pois nós já fomos escolhidos como o melhor destino turístico do Brasil quando tivemos a realização do PAM no Rio de Janeiro.

As conquistas foram feitas e adquiridas em votação pela preferência dos nossos visitantes, mas agora nós perdemos esse título e precisamos descobrir e debater por que, em sete anos depois, quando vinha uma sequência, com mais investimentos, o estado perdeu esse brilhante título que gera empregos e movimentação em nossa economia.

Citei aqui um caso, ou seja, a mudança de vários secretários em menos de três anos e meio, deputado Mário Marcondes. Não há como planejar o turismo, pois a cada projeto que se apresenta há mudança de repente de secretário. Um setor como este precisa ter um planejamento e ser seguido, independentemente de quem assume, porque o governo é um todo. O nosso estado não pode ser prejudicado por vaidades pessoais ou por favores políticos.

Santa Catarina precisa recuperar esse prestígio, porque no turismo inclui a segurança dos cidadãos, inclui a educação do cidadão, inclui o atendimento com a saúde daqueles que aqui vivem e daqueles que nos visitam.

Mas precisamos saber que as nossas rodovias são fundamentais para que o turismo continue sendo preferido. E há pouco o

deputado Fernando Coruja fez um balanço das rodovias do nosso estado, da precariedade das nossas rodovias, da falta de sinalização. Tudo isso é fundamental para que o turismo seja chamado, para que o turista chegue aqui e se sinta bem.

Eu, quando fui prefeito de Balneário Camboriú, nos três mandatos que lá exerci, querido amigo líder do governo, deputado Silvio Dreveck, dizia sempre que o turista somente iria se sentir bem na cidade se primeiramente o povo de sua cidade se sentisse bem, se houvesse creche, saúde, educação, rodovias conservadas, limpeza.

E assim é também o estado de Santa Catarina. O turista não poderá dar sequência se não receber por parte do governo a mesma contribuição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados aos PMDB, deputado Luiz Fernando Vampiro, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Sr. presidente, srs. deputados, aos que nos assistem pela TVAL, aos que nos ouvem pela Rádio AleSC Digital, aos agentes de trânsito, em nome do Tiago, na verdade, agente de trânsito de Criciúma, da autarquia de trânsito e transporte na qual eu pude trabalhar em conjunto, uma vez que fui presidente durante quatro anos, quando firmamos uma boa relação de trabalho e fizemos muito em prol da Guarda Municipal, dos agentes de trânsito da cidade de Criciúma, um belo trabalho.

Então, quero parabenizar a todos, em seu nome, e dizer que estamos juntos nessa luta também.

Mas, deputado Fernando Coruja, eu venho hoje aqui, na verdade, para falar algo que aconteceu e está ainda em iminência na cidade de Criciúma, em relação ao quesito segurança pública. Vários fatos foram noticiados: dois ônibus da linha intermunicipal foram queimados, dois carros da educação foram ateados fogo no pátio da prefeitura, foi depredado o patrimônio público.

Isso tudo em virtude de que na noite de quinta-feira a Polícia Militar, numa perseguição, alvejou e matou dois bandidos, um, inclusive, estava foragido da penitenciária do presídio da cidade de Criciúma. Era conhecido pelos seus atos de brutalidade quando fazia os seus assaltos, roubos, fez latrocínio também, e aí após esse acontecido, a troca de tiros, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros foram alvejados por pedra pela população, alguns amigos, obviamente, desse delinquente, quando a partir desse momento, instalou-se na cidade de Criciúma e arredores, medo, terror e temor por toda a sociedade, por toda a comunidade do sul de Santa Catarina, especificamente na cidade de Criciúma.

Digo isso porque hoje atearam fogo em mais duas residências de veraneio no Balneário Rincão, ao lado da cidade Criciúma, e essa ação conjunta, na verdade, ação criminosa, foi efetivamente e austeramente tratada com muito afincos pelos policiais militares e pela Polícia Civil.

Deputado Maurício Eskudlark, v.exa. sabe muito bem, às vezes, nós temos carência de efetivo, seja de qualquer corporação, mas quando é chamado aquele policial que é comprometido com a cidade e com os catarinenses, ele não foge à regra, e desta feita foi o que aconteceu.

A operação baixada deu-se por 97 agentes, ou seja, 70 militares, sendo 27 da Polícia Civil, o helicóptero águia, enfim, todos, deputado Cleiton Salvaro, que também acompanhou os noticiários, diuturnamente trabalharam para erradicar a violência e dar segurança à população do sul de Santa, mais precisamente à população de Criciúma.

Diante disso, quero fazer o registro e cumprimentar o comandante do 9º Batalhão da Polícia Militar, coronel Márcio José Cabral, em seu nome, todos os policiais militares envolvidos nessa operação; cumprimento também o delegado regional Jorge Koch e os delegados da DIC, o Marcinho, os escrivães, os agentes de polícia, enfim, todos os que trabalharam, e dizer que nos sentimos orgulhosos dessa ação efetiva que foi trabalhada em prol do restabelecimento da ordem pública e da segurança na cidade de Criciúma.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Concedo um aparte ao deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quería parabenizar v.exa. pelo pronunciamento e dizer que acompanhei os fatos, até porque nós temos um grupo de *WhatsApp*, eu, como ex-delegado, o delegado dr. Jorge Koch e o delegado Ulisses Gabriel, sempre trocando informação. Senti a determinação e angústias deles em resolver, rapidamente, esclarecer e identificar os autores.

Quero dizer que temos, sim, a melhor segurança do país em termos de ser humano, em termos de profissional. Temos que valorizar esses profissionais, eles são importantes. A Polícia, tenho dito, é a última barreira antes do caos social.

Então, temos que dar força, valorizar este trabalho e empenho que tiveram para conter essa situação em Criciúma e no sul do estado.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Gostaria de registrar o trabalho intenso do delegado Ulisses Gabriel, enfim, a todos, mas eu gostaria de me ater a uma situação.

Nós viemos agora de uma audiência com a comitiva de Morro da Fumaça, solicitando efetivamente mais policiais. Isso tem sido uma tônica que, várias vezes, somos instados a tal. Então, eu gostaria de fazer o apelo, na verdade, para que aumentássemos também o efetivo da cidade de Criciúma, que hoje conta com 250 policiais militares e que o sul de Santa Catarina, nesse novo chamamento que o governador está fazendo de mais 500, agora nos primeiros 15 dias de abril, seja contemplado com uma leva importante, em virtude da defasagem.

Então, gostaria, mais uma vez, de dizer e registrar aqui a nossa gratidão e o nosso reconhecimento por esse trabalho honroso da Polícia Militar e da Polícia Civil, nessa operação baixada.

Muito obrigado a todos e um abraço!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos oito minutos são destinados ao deputado Darci de Matos, conforme acordo com o PSD e PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL.

Sr. presidente, vou tratar aqui de dois assuntos.

O primeiro assunto diz respeito aos corajosos, dedicados agentes de trânsito de Santa Catarina. Deputado Gabriel Ribeiro, muitos de Lages, do oeste, do interior do estado, estão aqui, durante todo dia de hoje, sr. presidente, fazendo contato com os deputados, interagindo, e pedindo o apoio para que nós possamos promover, no momento oportuno, a derrubada do veto do Projeto de Lei n. 0272/2014, sr. presidente.

Deputado Gabriel Ribeiro, este projeto de lei é um projeto que cria condições legais e Santa Catarina, após a promulgação e aprovação da Emenda Constitucional n. 82, do seu art. 144, § 10. Essa emenda constitucional cria condições para que os estados regulamentem a profissão dos agentes de trânsito, fato esse que já está ocorrendo no Rio Grande do Sul e outros estados do Brasil.

Portanto, entendemos que os agentes de trânsito do nosso estado, e de todo Brasil, cumprem um papel de fundamental importância no sentido da humanização do nosso trânsito, caótico que é, no sentido da organização do trânsito para a melhoria da mobilidade urbana das médias e grandes cidades de Santa Catarina. Inclusive, evitando acidentes, porque todos nós sabemos que temos um verdadeiro genocídio no Brasil, 40 mil pessoas perdem as suas vidas no meio desse trânsito violento do nosso país. E aí entra o trabalho dedicado, corajoso, dos nossos agentes de trânsito de Santa Catarina.

Por isso, a área jurídica do governo argumentou que a profissão não é regulamentada, e isso não precede, mas não é verdade. A profissão é regulamentada, sim, junto ao ministério do Trabalho, tendo o número 5.172/20, na Classificação Brasileira de Ocupação CBO, portanto, a profissão é regulamentada.

Em segundo lugar, invasão da competência do município. Ora, a regulamentação, no nosso entendimento, é concorrente. Se é concorrente, portanto, o estado pode, sim, regulamentar a profissão. A outra argumentação, além do que, para o município iniciar a fiscalização com agentes de trânsito há necessidade de convênio com o Detran - Sistema Nacional de Trânsito -, e ainda a previsão constitucional que no inciso II, § 10 do art. 144, que preceitua o que compete no âmbito dos estados, do distrito federal e dos municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivas e seus agentes de trânsito estruturados em carreira na forma da lei.

Por isso, essa argumentação legal dá a certeza de que o projeto é sim constitucional. O projeto não impacta financeiramente no caixa do governo, o projeto dá condição dos municípios estruturarem a carreira dos agentes de trânsito em todos os municípios de Santa Catarina.

Por isso, sejam bem-vindos a esta Casa e tenham a certeza de que os parlamentares haverão de analisar com profundidade, com consistência e com sensibilidade a possibilidade da derrubada do veto desse projeto de lei, dando assim a condição legal da regulamentação da profissão no estado de Santa Catarina.

Eu quero, sr. presidente, dizendo que estou na Casa há oito anos, alguns aqui já estão há mais tempo e outros estão há poucos dias. Mas o fato que ocorreu hoje na comissão de Constituição e Justiça é lamentável, tem que ser registrado aqui na tribuna, porque o Parlamento é local de debates, de entendi-

mento, da busca da verdade e da busca do melhor caminho para todos os interesses. Aqui ninguém ganha no grito e muito menos na porrada, aqui não é lugar de violência, aqui não é lugar de baderna, aqui não é lugar de discussão e de debate. E é isso que as autoridades competentes e os deputados da comissão de Constituição e Justiça estavam fazendo durante a reunião.

Eu, com todo respeito que tenho aos professores, que são fundamentais nas futuras gerações, tenho certeza de que não eram professores e, sim, infiltrados, baderneiros, mal educados, que hoje agrediram verbalmente e fisicamente o deputado Silvio Dreveck e o secretário Eduardo Deschamps. E nós não podemos deixar de registrar esse fato e de lamentar profundamente. Temos que registrar e nos posicionarmos contra esse tipo de conduta para evitar que mais tarde, nas demais comissões, nos demais temas, segmentos e pessoas infiltradas queiram ganhar no grito no Parlamento Catarinense. Esse não é o caminho e isso não vamos permitir.

Os professores são bem-vindos, são importantes para nós. Quero salientar que o governador tem feito um trabalho de recuperação da dignidade do salário dos professores. Tem feito aquilo que o governador do Rio Grande do Sul não fez e por isso perdeu as eleições passadas, por não cumprir o piso dos professores no Rio Grande do Sul. O governador Raimundo Colombo tem dado reajustes na medida do possível. Assim sendo, ganhou a eleição no primeiro turno, porque a comunidade reconheceu o excepcional trabalho que o nosso governador faz em todos os sentidos, mas, sobretudo, de valorização aos professores do nosso estado, cumprindo o piso e resgatando a dignidade dos nossos professores.

Então, professores são bem-vindos para debatermos e para buscarmos o melhor caminho para valorizar essa categoria tão importante, mas baderneiros não vamos admitir e não vamos aceitar, porque aqui é lugar de debate, de discussão e de buscar a melhor alternativa para Santa Catarina.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Gostaria de corroborar com as manifestações do deputado Darci de Matos, até porque estávamos também presentes na reunião na sala do líder do governo, juntamente com o secretário de estado da Educação. Posteriormente, acompanhamos os trabalhos na comissão de Justiça. Esta Casa foi criada para dialogarmos e buscarmos o entendimento. Infelizmente, esse fato manchou um pouco a imagem do Parlamento no sentido de que essas pessoas importantíssimas para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina acabaram naquele momento perdendo a capacidade de discernir o certo do errado.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Leonel Pavan.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Quero solidarizar-me com o deputado Silvio Dreveck, que é um parlamentar exemplar, um homem de diálogo, e uma reação como essa por parte dos professores não contará ponto para eles. Manifesto a minha solidariedade ao deputado Silvio Dreveck, que trabalha com lisura, respeito e ética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Está suspensa a sessão até às 16h para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0699/2014.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0366/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que proíbe a cobrança de valores adicionais para matrícula, renovação de matrícula ou mensalidade de estudantes com deficiência, cegos, surdos, portadores de Síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes em instituições de ensino, no âmbito do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam o permanecem como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação e primeiro turno do Projeto de Lei n. 0590/2013, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que institui o Dia Estadual de Conscientização do Uso de Agrotóxico no calendário oficial do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 35, de autoria do deputado Leonel Pavan; 36, de autoria do deputado Neodi Saretta; 37, de autoria do deputado Gean Loureiro; 38, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 39, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 40 e 41, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 42 e 43, de autoria do deputado Mario Marcondes; 44, de autoria do deputado José Milton Scheffer; e 45, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Igualmente, esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 68, de autoria do deputado Dalmo Claro; 69 e 72, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 70, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 73, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 74, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 75, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 76, de autoria do deputado Leonel Pavan; 77, de autoria do deputado Marcos Vieira; 78, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 79 e 80, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 81, 82, 83, 84, 85 e 86, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 87 e 88, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário o Requerimento n. 71, de autoria do Fernando Coruja, que solicita o envio de mensagem ao presidente da SC Participações e Parcerias, solicitando informações referentes à construção da fábrica da Sinotruk Brasil Truck Corporation, em Lages, que produzirá caminhões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 09, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada a presidente da República e demais autoridades, apelando pela manutenção do único posto de fiscalização de ferrovias no estado, localizado no município de Itapema.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 22, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes às obras de manutenção da ponte pênsil Dona Clara, que liga os municípios de Rodeio e Timbó.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 23, de autoria do deputado Fernando Coruja, a ser enviado ao secretário de estado do Desenvolvimento Econômico sustentável, solicitando informações referentes à construção da fábrica da Sinotruk Brasil Truck Corporation, em Lages, que produzirá caminhões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 24, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações a respeito da previsão de contratação de agentes a fim de aumentar o efetivo policial no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 25, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações acerca de eventual previsão para reforma e melhorias na EEB

Heriberto Joseph Müller, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 26, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações acerca de previsão para reforma e melhoria na EEB Adolpho Konder, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 27, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre eventual previsão de reforma na EEB Emílio Baumgart, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 28, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre a previsão de reforma e melhoria na EEB Prof. João Widermann, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 29, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre a previsão para reforma e melhorias na EEB Áurea Perpétua Gomes, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 30, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes à liberação de recursos financeiros à construção do Centro Integrado de Saúde de Itajaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 31, de autoria do deputado Valmir Comin, a ser enviado ao presidente da Casan, solicitando informações sobre o cronograma de trabalho, procedimentos e recursos atinentes à construção da barragem do Rio Salto, no município de Timbê do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Gostaria de saudar o sr. presidente, a todos os srs. deputados e as sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL ou Rádio AleSC Digital, pessoas que estão aqui, hoje, nos visitando.

Quero falar sobre a nossa longa jornada e caminhada no último final de semana e início desta. Hoje, especialmente, tivemos a caminhada que impactou o nosso estado, o nosso país, que foi a grande mobilização dos nossos transportadores, dos nossos caminhoneiros, e com certeza essa mobilização chama muito a atenção pelas demandas que são colocadas pela categoria, pela sua história de luta, de resistência, mas também pelo próprio debate que precisamos fazer sobre as políticas públicas para esse setor. E também há a necessidade de tratarmos de forma diferente os diferentes que estão nesse setor, ou seja, temos grandes empresas que atuam nesse setor, que tem caminhões, ou até grandes empresas que subcontratam, terceirizam mão de obra.

Nós temos os trabalhadores empregados, que trabalham para essas grandes empresas, que também são caminhoneiros. Nós temos as microempresas e nós temos os caminhoneiros que têm apenas um caminhão. Eu entendo que tratar todos de forma igual não é possível, precisamos diferenciar o tratamento de uma grande empresa porque há conflito de interesses.

Uma das grandes questões que os caminhoneiros nos levantavam é justamente a dos autônomos, daqueles que tem um caminhão, que normalmente não têm condições de contratar frete, sendo assim, ele subcontrata ou contrata esse serviço de outra empresa.

Então, essa diferença no tratamento é importante também para tratarmos melhor os nossos caminhoneiros autônomos, especialmente aqueles que têm um caminhão apenas e que sustentam suas famílias com esse veículo, com dois ou três, ou seja, os nossos microempresários.

Então, para construir uma política, de fato, precisamos diferenciar um pouco o tratamento para que se possa no futuro ter uma garantia de renda e de sustentação para uma qualidade de vida digna para esse setor.

Assim, o funcionário, o assalariado, que trabalha para uma grande empresa, precisa ser respeitado como trabalhador. Por isso, a lei dos caminhoneiros é importante, porque coloca alguns limites. Mesmo no primeiro momento, com dificuldades para o seu cumprimento, mesmo não tendo espaço para descanso, para

a qualidade de vida do nosso trabalhador do transporte, temos que começar a discutir essa lei sobre o limite de horas de trabalho, caso contrário, vamos colocar em risco a vida da nossa população brasileira nas rodovias do Brasil.

No domingo, à tarde, o deputado Pedro Uczai, coordenou uma videoconferência com o ministro Miguel Rosseto e, durante duas horas, tivemos, na Universidade UnoChapecó, uma discussão com os motoristas. Houve a participação em todas as audiências em Brasília.

Ontem, estivemos na comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, com o governador, e quero cumprimentar o deputado João Amin que coordenou essa reunião junto ao governo do estado.

E semana passada, deputada Luciane Carminatti, a nossa bancada levantou a questão que também deveríamos discutir com os estados os temas das rodovias estaduais, do IPVA dos caminhões, do ICMS dos estados nos combustíveis, que é uma das pautas e reivindicações dos motoristas, e precisávamos envolver os governadores.

E um tema que se discute é a redução do preço do óleo diesel, mas, ao contrário, tivemos o aumento do óleo diesel e a reaplicação da Cide, que vai também ter a participação dos estados e municípios.

Então, isso precisa ser discutido junto aos governos estaduais. Por isso, ocorreu a reunião com o governador Raimundo Colombo, ontem, à tarde, quando foi debatido esse tema.

Também ontem estivemos, em várias regiões do estado, uma articulação muito forte da nossa agricultura familiar junto aos motoristas para permitir o transporte dos alimentos, especialmente do leite, da ração para os frangos e outros animais que começam a passar fome, para não haver matança, morte de animais, para que o leite que estava sendo jogado fora praticamente há uma semana, não fosse mais desperdiçado. Por isso, houve uma mobilização da agricultura familiar para que sejam liberados os transportes de alimentos, porque a agricultura familiar já teve grandes prejuízos. Houve uma ação coletiva, uma ação articulada, muito diálogo, e isso é muito importante neste momento.

E hoje pela manhã percebemos mais um grande movimento, que também é importante para Santa Catarina, que foi a mobilização dos professores, dos nossos educadores. Estamos vendo no vizinho, o estado do Paraná, uma grande greve do funcionalismo da educação e de outras categorias. Por isso, o governo do nosso estado precisa ficar atento, não é necessário comprar mais um grande desgaste dos políticos, e neste momento, a Assembleia Legislativa - porque não é o Poder Executivo que está respondendo lá, agora somos nós nesta Casa que temos que resolver um problema mal resolvido do lado de lá.

O Poder Executivo precisa resolver melhor quando traz a esta Casa projetos e medidas provisórias, como a n. 198, que está sendo massivamente rejeitada pelos trabalhadores da educação. E se o governo insistir em ir até o fim com essa medida provisória, vamos ter, com certeza, consequências muito pesadas, repercussões negativas, inclusive, grandes mobilizações e a possibilidade de greve da categoria.

Então, esperamos que o secretário da Educação, que o governador do estado, discuta melhor essa questão. Entendemos que

é importante dar um passo atrás, é preciso retirar essa medida provisória, este é o apelo dos professores.

Então, dar um passo atrás, às vezes, na política, não é tão ruim, pode ser importante para uma categoria que hoje reúne mais de cinco mil trabalhadores e, quem sabe, semana que vem, deverá reunir seis, sete, oito mil trabalhadores. Nós já fizemos um apelo ao estado, à secretaria de Educação, dar um passo atrás, discutir melhor essa medida provisória, porque ela divide a categoria, cria outra categoria, e a Educação tem que ser tratada como uma categoria única.

O Magistério, os nossos filhos, os nossos jovens, que estão nas escolas estaduais, têm que ser tratados de forma unificada, como os trabalhadores da educação, enfim, o serviço público em Santa Catarina. Não são apenas os professores e o magistério que perdem, é a sociedade catarinense que perde quando se tem um professor, um educador insatisfeito, um educador mal preparado, um educador com baixa estima na escola. Com certeza é a nossa educação que sofre com isso. Tem que haver diálogo, assim como com a greve dos caminhoneiros tem que haver a perspectiva de diálogo, de discussão para se encontrar os melhores encaminhamentos.

Então, o meu apelo ao sr. governador, ao sr. secretário de Educação, é para que voltem, que deem um passo atrás, que discutam melhor, não tragam essa bomba para dentro da Assembleia Legislativa. Não vamos discutir esse tema aqui dentro, esse é o papel do Poder Executivo, as coisas têm que chegar a esta Casa redondas, mas combinadas e trabalhadas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, amigos da nossa querida TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, funcionários desta Casa, faço uso da tribuna na tarde desta terça-feira primeiro para manifestar meu sentimento de repúdio e indignação com relação a tudo que está acontecendo na segurança pública em nível de Brasil.

Presenciei um ato, neste final de semana em Criciúma, em que pese toda a movimentação da Polícia Militar, da Polícia Civil e de todos os organismos de defesa e segurança do estado, mas ao ponto de presenciarmos o marginal em confronto com a polícia, publicamente. Realmente, perdeu-se o respeito e o poder de ação do ente público.

Quando as instituições ficam fragilizadas a este ponto começa o princípio do holocausto, que aconteceu na Alemanha, ou seja, a fragilidade das instituições, a ineficiência do poder, por mais força e boa vontade que se tenha de empreender uma ação contra, mas a instituição fica incapaz.

É extremamente impressionante e surpreendente o apavoramento das pessoas: pais, mães, filhos, crianças correndo pelas ruas, e os vídeos estão aí rodando nas mídias sociais. É extremamente lamentável e amedrontador, pois deixa realmente o cidadão num grau de retração a ponto de se criar instabilidade e insegurança levando as pessoas ao pânico.

Então, realmente deixo aqui o meu registro de repúdio a esse tipo de atitude e

mostrando a ineficiência por mais boa vontade, como eu falo aqui, da ação governamental. Mas está a um limite de extrapolar o estado de direito. Esta é a grande verdade!

A preservação dos direitos da pessoa de poder ir e vir na rua durante o dia, não estou nem falando a noite ou na madrugada, deputado Maurício Eskudlark, v.exa. que é desse segmento da Polícia Civil, e deputado Leonel Pavan, que foi governador. Realmente isso nos assusta.

Se não foi empreendida uma ação forte, com mão firme, com a presença, talvez, do próprio Exército, de todo o sistema de inteligência deste país, dentro de uma ação forte, integrada, sinceramente não sei onde vamos parar.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Parabéns, deputado Valmir Comin, pela abordagem do tema, que é muito preocupante.

Quando ainda estava na Delegacia-Geral de Polícia, dos relatórios de inteligência apontando sobre a afronta dos marginais planejando a justiça ao cidadão, já ficava preocupado. E hoje a situação está mais grave.

Eu concordo com v.exa. quando diz que alguma ação tem que ser adotada, pois a sociedade está insegura, o policial está inseguro para agir, porque ele é cobrado dos dois lados. Eu digo que a polícia, hoje, é a última barreira antes do caos social, como v.exa. falou, porque o marginal não tem mais medo de papel, de sentença, de ordem judicial, de nada! Ele ainda recua quando a polícia vai lá para cumprir a sua obrigação. Mas quando a polícia se for e ficar desacreditada, aí realmente a sociedade perderá a batalha para a criminalidade.

Então, é muito importante a abordagem de v.exa. O estado como um todo, a União, o estado, tem que acordar para essa situação gravíssima e hoje qualquer marginal, qualquer um está-se achando no direito de decidir e dar ordem. E com um detalhe: o cidadão e o próprio marginal sabem que o policial vão lá para cumprir a lei, para prender, mas ele tem mais medo do bandido, porque há a pena de morte e o bandido vai para matar.

Então, a situação é muito grave.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Realmente é lamentável. Eu incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Querido amigo e deputado Valmir Comin, primeiramente, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento corajoso. Existe um problema seriíssimo hoje em nosso país. Alguns setores da mídia parecem que muitas vezes se posicionam favoravelmente. Por exemplo, um policial, ao prender um bandido, um marginal, corre risco de vida, porque esse marginal pode estar armado, e a maioria está armada. Mas se esse policial agir com a sua arma e porventura, ao se defender, atira nesse marginal desarmado, que acaba indo a óbito, ele receberá uma repressão forte de determinada mídia contra o policial. Hoje ele está com medo, quer se proteger, mas também tem que se proteger. Duas coisas: uma, do marginal e depois do que vem em cima do Ministério Público, por parte de alguns setores da mídia, que o culpa por ter agido em sua defesa,

levando, de repente, pelo seu ato, um bandido à morte.

Lamentavelmente, a segurança do nosso país, hoje, está também encaminhando no fio da navalha. Se vai para um lado é criticada, se vai para outro, também corre risco de crítica.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Leonel Pavan, também vou ter oportunidade de incorporar ao meu pronunciamento o seu aparte.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Valmir Comin, esse é um tema que com certeza nestes quatro anos nesta Casa precisamos discutir com muito seriedade.

Estamos com uma grande crise da própria sociedade, da ética, da seriedade e da questão ao incentivo à violência. Precisamos discutir esse todo. Eu acompanho em alguns momentos os grandes meios de comunicação em nível nacional e os temas da violência estão ganhando muita repercussão em horários nobres, as crianças estão assistindo à posse de armas, à violência. Então, são temas muito delicados.

Então, quero parabenizar v.exa. e dizer que precisamos discutir isso, que vem desde a educação, desde a família, mas a mão do estado tem que ser mais forte, mais rigorosa. Em Santa Catarina, parece-me que a coisa está correndo à solta. Tivemos aqui os ataques, temos vários problemas em segurança. Nós cobramos também dos órgãos de Segurança Pública, da secretaria de Segurança, do estado, mais firmeza no combate ao crime organizado, que é uma das formas de combater e de trazer mais segurança à sociedade catarinense.

Então, parabeno v.exa. e me somo a essa luta. Precisamos melhorar este tema da segurança nas cidades, porque antes as coisas aconteciam mais nas cidades grandes; agora, já ocorrem nas cidades pequenas e também se alastrando para o interior, nas comunidades rurais do nosso estado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado, eu acredito que a solução para este país seja uma mudança estrutural no contexto geral da situação, desde a reforma política, fiscal e tributária, em vários segmentos, porque se você não prezar pelos valores do fortalecimento dessas instituições, caracteriza-se a fragilidade e o princípio do desmonte da democracia. Democracia forte é através das instituições fortalecidas com o poder de fogo e de ação, a mão forte do estado, como v.exa. aqui coloca.

Ainda tinha outro assunto para tratar, relacionado à construção da barragem do Rio São Bento, lá na comunidade de Areia Branca, no município de Timbé do Sul, que mais uma vez perdemos os recursos consignados ao PAC, uma obra que vai representar a soma de mais de R\$ 80 milhões, são mais de 54 milhões de m<sup>3</sup> de água, por consequência da má gestão da contratação de empresas que promoveram o EIA/RIMA, e não foi suficiente.

O Ministério Público fez os questionamentos, foi tentado suprir por meio dos itens complementares, não sanando a contento, suprimindo as exigências, abriu-se um novo edital, por consequência disso, perdemos mais uma vez os recursos do PAC, depois de o governo do estado já proferir as devidas desapropriações. Mais uma vez, perdemos esse recurso! Esse é um tema sobre o qual pretendo, sr. presidente,

falar na próxima reunião, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Muito boas as suas colocações, deputado Valmir Comin. O país necessita de reforma, e o problema realmente é estrutural.

Com a palavra, o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o assunto que me traz à tribuna é a Medida Provisória n. 198. Mas mais do que isso, o que deu para diagnosticar, principalmente em contato com os professores, com as professoras de modo geral, é que se vendeu um produto que, na verdade, não corresponde ao que está chegando a casa daquele que comprou.

Ou seja, a informação não está transparente, porque o que notamos é simplesmente que os professores vão ter prejuízo.

Em primeiro lugar, quero deixar muito claro, não há, por parte deste deputado, e certamente nem por parte de outros deputados e da própria secretaria da Educação, do governo, o interesse ou o propósito, melhor dizendo, de prejudicar professor temporário, ou seja, os ACTs, ou o professor efetivo, ou melhor, aquele concursado ou qualquer outra pessoa, podem ter certeza disso.

Precisamos, apenas, de um acordo entre as partes para fazer com que haja a valorização dos professores, tanto na remuneração quanto na qualificação, no aperfeiçoamento, para que o ganho possa ser na qualidade do ensino para os nossos alunos e, consequentemente, para as nossas famílias. Lá no passado, em 2009, por um equívoco involuntário, a mesma legislação que trata do Regime Jurídico Único, do servidor de carreira, trata do professor concursado.

Pois bem, o que se está querendo, há muito tempo, o que está se reivindicando, por uma questão de justiça e meritória, é que os professores concursados, com mais tempo de serviço, tenham uma demanda reprimida de um reajuste maior e melhor, por conta da lei do piso, que acabou aproximando os professores com mais tempo de serviço daqueles que iniciam. O que é justa esta reivindicação.

E o que esta medida provisória propõe é fazer uma regulamentação do professor de caráter temporário, aquele contratado por um período temporário, e do professor concursado. Repito mais uma vez, sem discriminar ninguém, e sem dar prejuízo algum, nem poderia ser diferente, reduzindo remuneração de quem quer que seja, em especial, dos professores, que já estão contratados pela legislação atual, que ainda não tinha medida provisória. Portanto, enquanto permanecer este contrato, não se altera absolutamente nada.

Por outro lado, a própria medida provisória determina que menos que o piso nenhum professor poderá ganhar. Há, inclusive, gratificações para recompôr ou para compensar, melhor assim dito, estimular os professores em sala de aula.

Portanto, não podemos vender, como eu disse, um produto que, na verdade, vai chegar na casa do cliente e que não é o produto que ele está comprando. Por outro lado, há o desejo dos próprios professores, do próprio Sinte, de uma vez por todas, fazer o plano de carreira e fazer a descompactação para permitir que os professores com mais

tempo de serviço possam ter um aumento melhor.

Tanto é que, na média, os professores tiveram, os que já estão mais tempo atuando por concurso, próximo de 80% de aumento, e aqueles que iniciaram, próximo de 180%.

Somos contra! Não. Estamos fazendo aqui é um comparativo do que se pretende com essa medida provisória e com esse futuro projeto de descompactação do plano de carreira. Fazer um equilíbrio melhor entre os professores para que não haja essa diferença enorme, mas não tirando nenhum centavo de qualquer professor, nem do ACT e nem do concursado. E, obviamente, que o professor concursado, que tem um plano de carreira, ao final, terá uma condição melhor de remuneração, inclusive levando para a sua aposentadoria.

Por isso, precisamos estimular o governo para continuar fazendo concursos para que esses professores que são graduados, que estão hoje na condição de ACTs, tenham a oportunidade de fazer o concurso e estar inseridos no plano de carreira. Vale ressaltar que a partir de ontem, à tarde, numa conversa democrática entre o sindicato e o governo, estabeleceu-se um prazo para construir um anteprojeto do plano de carreira dos servidores efetivos para apresentar, num prazo de 30 dias, essa proposta em comum acordo. Se esse for o desejo da categoria, que são os que têm compromisso com a qualidade do ensino. Digo isso, porque tive a oportunidade de ser prefeito de São Bento do Sul por oito anos, e conheci a categoria do professor, que tem se esforçado muito.

No entanto, quero ressaltar que na manhã de hoje, na comissão de Constituição e Justiça, infelizmente, não houve diálogo, e quando não há diálogo não há avanços, não há negociações. E não estou dizendo que foi por parte dos professores, mas teve um grupo de pessoas, que não sei a qual categoria pertence, não permitiu, em nenhum momento, qualquer debate. E quem não tem a capacidade e não tem a inteligência de dialogar é porque não tem argumentos. E assim sendo, acontece o que aconteceu na comissão de Justiça no dia de hoje, ou seja, partiu-se para agressão verbal, sem permitir, em nenhum momento, a condição de dialogar.

Portanto, essas atitudes certamente não vão contribuir para a categoria dos professores, não vão contribuir para o avanço dos servidores de um modo geral, pois onde não há diálogo e onde se parte para a agressão verbal e física, é porque não querem construir um projeto em benefício da própria categoria, por interesse do próprio Sinte, que está numa disputa de poderes entre facções que têm projetos futuros.

Portanto, vamos, sim, fazer o melhor e vamos dialogar, pois quando não há o desejo de dialogar, de construir, não se pode tratar de uma matéria. Se não se chegar à conclusão de que o projeto de carreira pode ser construído, de nada adianta essa medida provisória.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado, acho que esse é um tema importante. Nunca vi e não posso entender que uma pessoa que venha trazer argumentos para convencer os deputados primeiramente agrida para depois buscar seus direitos. Não admito ser questionado com agressão. Precisamos ter

o confronto no diálogo, na troca de ideias e não nas ofensas morais e na agressão. Hoje um policial foi agredido, jogaram uma mesa nele, quebrando seu pé. Como podem professores, pessoas as quais temos admiração, antes da discussão, da votação, invadirem esta Casa e tratarem-nos como rivais? Sou solidário a sua ação e esperamos que essas coisas sejam águas passadas.

O SR. SILVIO DREVECK - Agradeço as palavras dos deputados Leonel Pavan e Darci de Matos.

Quero crer que essas pessoas que estavam aqui na manhã de hoje não representam aqueles professores que querem o bem de Santa Catarina, da educação como um todo. Portanto, são só algumas pessoas e de maneira nenhuma vamos generalizar. Esperamos que raciocinem com capacidade e inteligência para que continuem dialogando em favor da educação e dos professores catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Quero registrar a presença do vereador Ricardo, de Florianópolis. Seja bem-vindo!

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e prezados catarinenses, queria inicialmente cumprimentar todos os vereadores que estão chegando no dia de hoje para participar amanhã de um grande encontro de vereadores nesta Casa. Saudos os vereadores em nome da vereadora Lealda Lemos, de Tijucas. Também quero cumprimentar os secretários municipais, em nome do amigo Betão, secretário do município de Papanduva. Quero também saudar a dona Deise Bonassa, de Siderópolis e o amigo Marlo, de São José.

Hoje, trago um assunto que em minha opinião é muito importante e precisamos intervir.

Estamos analisando a questão dos professores, a Medida Provisória n. 198, que é importante. O projeto de descompactação da secretaria da Educação tem que ser feito. Enfim, são ajustes que cabem a nós, precisamos tomar uma posição para dar sustentação, para dar apoio a milhares de alunos que frequentam as nossas universidades, sejam do sistema Acafe ou do IES. Temos em Santa Catarina 47.662 mil até o final do ano passado do número de alunos que tinham o Fies - Programa de Financiamento Estudantil -, governo federal junto às universidades do estado. Em nível do Brasil tem mais de um milhão de contratos e aqui em Santa Catarina temos 47.662 mil. Tanto da Acafe quanto da Ampesc, varia de 20% a 45% o percentual dos alunos que usam esse instrumento para financiar o ensino superior. Quero ressaltar que, infelizmente, um grande número de alunos que hoje não conseguem bancar as mensalidades das universidades, veem na universidade o caminho para um futuro melhor.

Porém, eles têm dificuldades de financiar, de bancar isso. Buscam dois instrumentos fundamentais: o art. 170, no qual o governo gasta em torno R\$ 50 milhões para atender os alunos mais carentes que cursam as universidades; sendo 90% deles no sistema Acafe e 10% na Ampesc.

Qual é o detalhe que eu queria pedir aos srs. deputados? É que na semana retrasada o governo federal proibiu as

universidades de contraírem contratos novos e de renovarem os contratos. Todas as universidades que passaram de 4,5%; mas estipulou que a correção do Imposto de Renda aceita no máximo era 4,5% e que estipulou também que as universidades que passaram, que aumentaram mais de 4,5% também não poderiam renovar o contrato do Fies, que já tinha com 47 mil alunos, e muito menos fazer os novos. Com a pressão que houve no Congresso, com a pressão da própria sociedade, a tendência com relação ao imposto de renda, não sei vai depender do Congresso, mas aqui no Fies a presidência retrocedeu e permitiu o reajuste até 6,5%. Ora, a grande maioria das faculdades de Santa Catarina aumentou mais 6,5%, em torno 7% a 8%; aliás, todas as universidades. Como todas as universidades tiveram reajuste de mais 6,5%, significa que praticamente todas elas ficaram fora do Fies, aqueles que já tinham Fies não podem renová-lo. E, naturalmente, que os alunos novos também não podem renovar.

Então, deputado Silvio Dreveck, nosso líder de governo, sei que isso não é uma decisão que nós podemos modificar. Não é um tema que podemos votar.

Mas esta Casa precisa fazer um manifesto favorável aos nossos acadêmicos, as nossas universidades, porque não havendo essa renovação do Fies vai inviabilizar praticamente todas as universidades, tanto do sistema Acafe quanto da Ampesc, justamente porque quem paga é o governo federal através do Fies, e esses alunos pagariam depois o contrato com o banco.

De certa maneira, isso é preocupante porque como é que vão fazer as universidades? Eles não vão fazer a matrícula, se não fizer isso, mesmo que resolvam daqui a dois, três meses, aqueles alunos que a universidade não fez a matrícula, porque eles não tinham o Fies e eles não podem pagar, automaticamente, vão ser considerados reprovados nesse primeiro semestre por conta de que é mais do que 25% da frequência das aulas.

Então, ou a universidade sai bancando, mesmo que o Fies não esteja renovado, ou então se corre o risco de desses alunos que ficarem sem o Fies perder o seu semestre.

Por isso, apresento esse encaminhamento de apoio às universidades, aos alunos, aos acadêmicos, no sentido de que precisamos encontrar uma forma de resolver essa questão caso a universidade banque os custos e depois os recursos do Fies não forem repassados.

E como seria se todas as universidades, para atender as exigências da Presidência, reduzissem o reajuste que deram? Todas as universidades não podem renovar o Fies porque o reajuste que eles deram das suas mensalidades foi maior que 6,5%, e o limite que a Presidência da República colocou foi de no máximo 6,4%.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 04 DE MARÇO DE 2015

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascarl - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O deputado vice-presidente conduzirá a sessão a partir deste momento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Leonel Pavan, sras. deputadas, srs. deputados, comunidade catarinense. Como deputado estadual eleito com quase 40 mil votos e representando o planalto norte, é com muita satisfação que estamos aqui hoje para agradecer ao governo pelo investimento de R\$ 20 milhões no município de Canoinhas, investimento esse solicitado há mais de 100 anos. Por quê? Porque nossa cidade não tem um metro sequer de saneamento básico, de esgoto sanitário.

No entanto, com esses R\$ 20 milhões que irão para o município de Canoinhas, através de uma ordem de serviço que será assinada pelo governador do estado, Raimundo Colombo, temos certeza de que teremos momentos diferentes e melhores no planalto norte, porque na mesma balada o município de Mafra também receberá R\$ 10 milhões para investir em saneamento básico e em saúde.

Queremos ainda, sr. presidente, parabenizar o presidente da Casan, Valter Gallina, pela sua atuação e pela dedicação que vem tendo com os municípios de Canoinhas e de Mafra. A sua atuação foi decisiva para liberação das licenças ambientais necessárias, empecilho que todas as obras vêm sofrendo, já que muitas vezes demoram demais.

Srs. deputados, no final da semana passada tivemos a reunião estadual da JPMDB, no município de Canoinhas, na qual foi eleito o novo presidente. A reunião contou com a presença de mais de 500 jovens, do presidente do partido, Valdir Cobalchini, do deputado

estadual Carlos Chiodini, de Jaraguá do Sul, do deputado federal Mauro Mariani, do ex-governador Paulo Afonso, da presidente da JPMDB do Paraná e do Brasil, além de ilustres representantes de todo o estado de Santa Catarina, como o ex-presidente João de Nadal, que se está despedindo. Aliás, deixo aqui um abraço à juventude que compareceu em massa àquele grande evento, juventude essa que anseia por dias melhores, por um futuro melhor, por empregos, por crescimento, enfim, por desenvolvimento.

Também participamos, na segunda-feira, da reunião da bancada do PMDB, à qual estiveram presentes deputados estaduais, deputados federais, o senador Dário Berger, o nosso vice-governador Eduardo Pinho Moreira, lideranças que olham para o futuro do Brasil neste momento conturbado que vivemos, neste momento de ansiedade, de expectativa, momentos difíceis com aumentos nos preços da gasolina e da energia elétrica.

Esta é uma hora em que devemos ter muita responsabilidade, principalmente pelo que está acontecendo no Congresso Nacional, que após muito tempo tirou da gaveta o projeto da reforma política, enviando-a para o plenário, pois chegou o momento de se repensar o governo federal e os governos estaduais e municipais.

Há duas maneiras de equilibrar a receita: a primeira é diminuindo a despesa e a segunda é aumentando os impostos. Temos que sair do velho chavão de sempre optar pela segunda alternativa, fazendo o povo pagar a conta. Temos que ter responsabilidade, e o Congresso Nacional, com certeza, nessa semana teve, sim, a hombridade de mudar certos atos da Mesa, como a autorização do pagamento das passagens de avião das esposas dos parlamentares. A Câmara Federal voltou atrás, os deputados foram inteligentes e souberam reconhecer o erro, mas para isso tiveram que sofrer a pressão do povo brasileiro.

É preciso ter equilíbrio no Congresso Nacional, porque se não houver bom senso, o *impeachment* vai acontecer e muita confusão se estabelecerá no Brasil. Vai haver golpes e outras coisas mais.

Então, esse é um momento de refletir e pensar no futuro do Brasil. Nós, aqui em Santa Catarina, temos uma Assembleia Legislativa equilibrada, enxuta e voltada aos interesses do povo.

Muito obrigado, s. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e sr. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, pessoas que visitam esta Casa no dia de hoje.

Não poderia deixar, sr. presidente, de retornar a esta tribuna para continuar tratando de um assunto que ainda é recorrente por parte

da imprensa nacional e internacional e que se refere à situação em que nos encontramos atualmente.

Quero iniciar minha fala dizendo a v.exas. que, ao ler um jornal de importância extraordinária em Santa Catarina, fiquei estarecido. Por isso fiz questão de trazer essa matéria e apresentar aos nobres colegas o que está estampado na capa desse jornal. As manchetes são as seguintes: "Luz aumenta 34% em média nas residências". "Prateleiras vazias". "Cresce a tensão nas estradas". "Confira as rodovias bloqueadas".

Se colocarmos as nossas cabeças a funcionar e a puxarmos as imagens que vemos quase que diariamente nas televisões do Brasil inteiro, com certeza absoluta são imagens que as grandes televisões mostram como cenas que ocorrem na Venezuela. Assim, esta capa de jornal poderia ser do Diário Venezuelano. Mas não é, deputado Antônio Aguiar! Trata-se das manchetes de capa do *Diário Catarinense!* O que se via na televisão sobre a Venezuela, agora está-se vendo com relação ao Brasil.

Sr. presidente, fiz um levantamento daquilo que temos de semelhante à Venezuela. O Brasil e a Venezuela vêm tendo aumentos constantes da inflação! O Brasil e a Venezuela vêm aumentando seu endividamento, sua dívida pública! O Brasil e a Venezuela têm suas empresas estatais petrolíferas com as maiores dívidas do mundo inteiro! O Brasil e a Venezuela vêm assistindo a grandes protestos de rua! O Brasil e a Venezuela têm convivido com confrontos com a polícia! A população brasileira, assim como a venezuelana, vem sofrendo com a falta de produtos nos supermercados! O Brasil e a Venezuela têm aumento de preços generalizados! Além disso, os presidentes dos dois países, Nicolás Maduro e Dilma Rousseff, vivem à sombra dos seus antecessores e, o que é pior, os dois têm uma simpatia muito grande e ajudam constantemente Cuba. Tanto é verdade o que estou dizendo que recentemente Cuba inaugurou um dos mais modernos portos do mundo com um custo de R\$ 800 milhões, pagos, pasmem, pelo BNDES!

Os tarifas aplicados contra a população brasileira após a eleição presidencial estão custando caro para o bolso do trabalhador, as mentiras pregadas durante o último pleito caíram rapidamente por terra. Em dezembro tivemos 12% de aumento da energia residencial; em março, mais 34% e, segundo dizem, em junho serão mais 10%! No que se refere à energia para a indústria e para o comércio, em dezembro do ano passado o aumento foi de 6% de aumento; este mês, de 43,6% e ainda pode vir outro tarifaço!

Com relação aos encargos sobre a folha de pagamento, alardeou-se por este Brasil afora que o governo federal havia reduzido a alíquota para 1% a fim de desonerar a indústria, pretendendo com isso incrementar ou manter o nível de emprego. Estimulou-se a fabricação da chamada linha branca. A população brasileira acorreu ao comércio para comprar geladeira,

fogão, televisão, ar-condicionado... E o que fez o governo federal? O ministro da Fazenda, Joaquim Levi, ainda nesta semana disse o seguinte: "Você aplicou um negócio que era muito grosseiro. O problema é que essa brincadeira nos custa 25 bilhões por ano" [sic]. A presidente Dilma, por seu turno, de imediato desautorizou o seu ministro, dizendo o seguinte: "Eu acredito que a desoneração da folha ela foi importantíssima. Acho que o ministro foi infeliz no uso do adjetivo" [sic].

Mas, pasmem novamente, catarinenses, na sexta-feira passada, sorratamente, a presidente assinou uma medida provisória aumentando o imposto sobre a folha em 150%. Não sou eu que estou dizendo, quem disse foi o próprio presidente do Senado, que devolveu a MP por considerá-la inconstitucional.

O jornal *Folha de S.Paulo* estampou a seguinte manchete: "Dilma sobe tributo em 150%, e empresas preveem demissões". E é verdade! As empresas preveem demissões, elas, inclusive, já estão ocorrendo! O maior problema para um trabalhador brasileiro hoje, deputado Ismael dos Santos, é o medo de perder o emprego. Não é nem de conseguir um emprego melhor ou um emprego para alguém da família. O seu medo é de perder o seu emprego.

Em meio à maior crise brasileira dos últimos tempos, com protestos, bloqueios de rodovias e insatisfações para todos os lados, o governo da presidente Dilma Rousseff resolveu aumentar o imposto sobre a folha de pagamento, acertando em cheio os empregos que já estão na pior e a renda do nosso trabalhador. As montadoras de veículos já fecharam 12 mil vagas no Brasil. O setor têxtil, deputado Leonel Pavan, já fechou 112 mil vagas no país. A construção civil eliminou nada mais nada menos do que 34 mil vagas.

Hoje, quando participava da reunião da comissão de Finanças e Tributação, o deputado Darci de Matos alertou que a Embraco, a poderosa Embraco, de Joinville, líder mundial na fabricação de compressores para geladeiras - o que para nós, catarinenses, é um orgulho muito grande, pois de quatro geladeiras vendidas no mundo inteiro, uma tem motor fabricado em Santa Catarina -, está dando férias para seus empregados.

O deputado Kennedy Nunes, também de Joinville, informou que a Schultz está amargando um prejuízo de R\$ 18 milhões/dia. O deputado José Milton Scheffer, do sul catarinense, comentou o problema da pirataria, pois ontem uma emissora de televisão transmitiu, em nível nacional, reportagem mostrando que o lucro com o contrabando de cigarro no Brasil já é maior do que aquele decorrente do tráfico de drogas! Aonde chegamos! É mais lucrativo trazer cigarro do Paraguai e vender no Brasil do traficar drogas.

Vejam o combustível: subiu quase 30%. Os caminhoneiros não aguentam mais! O IOF, Imposto sobre Operações Financeiras, subiu de 1,5% para 3%, aumentando o custo do financiamento em mais de 10%.

Deputado Patrício Destro, deputado Natalino Lázare, o brasileiro que comprou a casa própria com financiamento está devolvendo seu imóvel. Mais de quatro mil imóveis são devolvidos aos bancos por mês, porque os mutuários não têm mais condições de pagar os financiamentos contraídos. Sem falar da alíquota de reajuste do imposto de renda a ser devolvido, que não foi aumentada, e do endividamento do governo federal e das empresas privadas no Brasil. O endividamento

externo das empresas privadas brasileiras dobrou em cinco anos.

O prefeito de uma das maiores cidades de Santa Catarina me ligou e disse, deputado Dr. Vicente Caropreso, que o Fundo de Participação dos Municípios, o FPM, baixou, no mês de janeiro, mais de 25%, em fevereiro, mais de 8%. Aonde vamos parar com tudo isso?

Ao povo brasileiro só resta dizer que a carga está pesada demais, pesada demais!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, a sra. Deputada Luciane Carminatti.

A STA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero somente informar ao deputado Marcos Vieira que durante o horário do Partido dos Trabalhadores vou mostrar a v.exa. as manchetes de outros jornais que mostram os aspectos positivos deste país.

V.Exa. conhece muito bem o governo e lembra do país que o nosso presidente Lula herdou, com alta taxa de desemprego, com falta de financiamento para habitação, com muita gente fora escola e sem saúde. Hoje, no entanto, estamos recuperando o Brasil e alguns jornais também demonstram isso. Só faltou v.exa. dizer que quem inventou a pirataria foi a presidenta Dilma!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Mas eu acho que está na hora! Faz 12 anos que o PT está no governo. Chega de dizer que tudo é culpa de FHC. Chega! Está na hora de parar com isso!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Eu não vou aceitar provocação. No horário do partido vou dizer a v.exa. quem é o golpista na história deste país e da Venezuela. A direita não sabe o que é democracia. Não tem capacidade para ganhar nas urnas e quer tirar do poder um governo legítimo à força.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Inscrito o sr. deputado Natalino Lázare, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria ainda, rapidamente, de rememorar aquelas cenas tétricas, lúgubres vivenciadas ontem na manifestação nesta Casa.

Quero dizer, de antemão, como professor de carreira que sou, que aquelas pessoas não representam a média dos professores de Santa Catarina. Muito pelo contrário, a maioria, especialmente os professores da minha região, é formada por professores altamente comprometidos com a educação, equilibrados, preparados e conscientes da importância do bom exercício da profissão. Entendemos que aquele foi um fato isolado, que não representa a maioria dessa categoria tão importante para o desenvolvimento do nosso país, que é a classe dos profissionais da educação.

Por outro lado, quero louvar a atitude do nosso governador Raimundo Colombo de elaborar um plano para melhorar a

remuneração dessa classe tão importante, que merece realmente um olhar diferenciado, porque onde tudo começa é na educação, que é a essência e a base de tudo. E é essa é a intenção que percebo nessa medida provisória. Entretanto, está havendo um curto circuito entre aquilo que se informa aqui e aquilo que se recebe lá na ponta. Há, portanto, um ruído na comunicação, parece-me que não existe um esclarecimento do que realmente a medida provisória propõe e do que vai acontecer no futuro.

Então, quero dizer ao secretário da Educação que, reconheço, está fazendo um grande trabalho, um grande esforço para melhorar as condições salariais dos professores, que é preciso melhorar a comunicação lá na ponta, pois temos as Gereds e os diretores de escolas. É preciso sentar com todos eles e fazer cálculos, analisar, para que se chegue a um denominador comum, para que se esclareçam as dúvidas. O que está acontecendo, em minha opinião, é uma falha de comunicação que precisa ser corrigida. Portanto, esse é um dos pedidos que quero fazer ao secretário da Educação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Muito obrigado, deputado. Quero solidarizar-me com v.exa. e acredito que esta Casa tem que fazer com que o presidente do Senado e devolver a Medida Provisória n. 198 ao governador, para que só venha ao Poder Legislativo quando for construída e consolidada pelos professores. Quero crer que o governo tem boa intenção. Então, peço que o governador envie outra medida provisória a esta Casa.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Não estou dizendo que sou contra a medida provisória. Preciso de uma análise mais apurada para obter mais informações. Estou constituindo um grupo de trabalho no meu gabinete para que profissionais que realmente entendem essa situação façam uma análise, a fim de que possamos dialogar melhor com a categoria. Entretanto, ressalto como elogiável a atitude do governador em apresentar essa medida provisória no sentido de que seja melhorada a situação dos professores.

Quando se fala em aumento salarial, em mais investimentos na área pública, logo me vem à mente o que há muitos anos debate-se nesta Casa, ou seja, a revisão do pacto federativo. Não há como um prefeito ou um governador construir projetos de melhoria das condições de vida da população com 65% da arrecadação retida em Brasília. Precisamos descentralizar esses recursos. Por que não se investe mais em nível federal na educação? Por que não se criam programas de incentivo às universidades? Há uma disparidade muito grande entre as universidades públicas, as particulares e as fundações. Por que alguns estudam sem pagar e outros não? Precisamos fazer com que o governo federal se sensibilize e analise melhor a divisão do bolo financeiro, aplicando mais recursos nos estados e nos municípios. Tenho a convicção de que se isso não acontecer todo o nosso discurso será em vão. Precisamos fazer com que a base seja o alicerce do funcionamento de todo o serviço público.

Nesta semana vi no *Fantástico* um relato sobre o mau funcionamento de postos de saúde no país. Na nossa região não é assim que funciona. Temos bons projetos na área da saúde liderados pelo governo e excelentes

trabalhos executados pelas prefeituras municipais. Se não fossem os prefeitos muita gente morreria prematuramente, porque a assistência de saúde imediata prestada nos postos de saúde é bem feita em Santa Catarina. Em nossa região é realizada com amor e determinação. Mas isso só acontece se forem dadas condições aos prefeitos.

Para encerrar, sr. presidente, quero enfatizar que não sou contra a Medida Provisória n. 198, sou a favor de uma melhor discussão para elucidar algumas questões, para analisá-las bem, verificando o que de fato o professor ganha e o que perde. Esse assunto deve ser mais bem repercutido lá na ponta e deve haver, sobretudo, uma comunicação melhor entre a secretaria da Educação do estado e este Parlamento, a fim de que possamos tomar a melhor decisão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Quero comunicar com alegria a presença do jovem líder de Balneário Camboriú, Netinho, Hélio Comicholli Neto, bem como dos funcionários do Ministério Público, que vieram acompanhar os trabalhos desta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, srs. deputados, sras, deputadas, pessoas presentes nas galerias, ontem, juntamente com os deputados Dr. Vicente Caropreso, Serafim Venzon e Dalmo Claro, tivemos uma reunião com o Sindicato dos Médicos. Hoje pela manhã tivemos a primeira reunião com a comissão de Saúde da Assembleia.

A saúde é um tema que vamos, ao longo do nosso mandato, procurar discutir e fazer aquilo que, evidentemente, temos que procurar fazer. Somos deputados para procurar soluções, somos pagos para isto: procurar soluções para melhorar a situação do país, melhorar a situação do estado, melhorar a situação do povo brasileiro. Somos deputados para fazer boas leis e melhorar os serviços públicos.

Na questão da saúde é praticamente unânime, é consenso, que são dois os principais problemas: o financiamento e a gestão. O problema do financiamento está mais claro, porque o governo federal que, ao longo das décadas de 70 e 80, era o grande financiador da saúde no país, a partir do Sistema Único de Saúde, pós Constituição de 1988, foi lentamente deixando de financiá-la, foi deixando de aplicar recursos, transferindo, assim, a responsabilidade para os estados e para os municípios. Na realidade, atualmente os grandes financiadores da saúde no país são os municípios - e o deputado Natalino Lázare acabou de afirmar isso.

Pela Constituição, os municípios precisam investir o mínimo de 15% do seu orçamento na saúde, mas a verdade é que todos investem muito mais. Não há município que não invista mais de 15%, alguns investem até 30%, 35%. Os estados brasileiros precisam investir 12%, mas alguns investem um pouco mais, outros até menos. Santa Catarina mantém um nível de 12%.

O governo federal, que tinha que investir, calcula-se, pelo menos 10%, investe somente 4%. Essa é uma realidade conhecida. Nós vamos trabalhar sobre esta discussão: uma proposta de emenda constitucional, a partir das Assembleias Legislativas, a fim de que o governo federal invista nessa área 10%.

A segunda questão diz respeito ao gerenciamento. É sobre isso que quero debruçar-me um pouco. Quando se fala em gerenciamento, pensamos em duas coisas: a primeira é que as pessoas não sabem gerenciar, não há eficácia e, evidentemente, é isso que ocorre. A segunda é que há no sistema corrupção e desvio de recursos, o que, evidentemente, também ocorre. Mas dentro do modelo de gerenciamento é que precisamos procurar soluções e hoje começamos um debate acerca disso na comissão de Saúde desta Casa.

O Brasil vive focado na especialização. O governo federal anuncia a criação do programa Mais Especialistas e tenta aumentar a oferta de serviços de saúde, o que, evidentemente, é positivo, mas se esquece de que é preciso melhorar as condições para a demanda não seja tão grande, porque não se consegue contemplar toda a oferta necessária.

Hoje todos querem consultar-se com um especialista. Isso ocorre no mundo inteiro. Se você assiste a um desses programas de debates na *Globo News*, por exemplo, sempre há um especialista, não importa a área, porque prevalece a ideia de que tudo tem que ser resolvido por ele. Contudo, não há modelo no mundo que funcione calcado em especialistas. Os modelos que funcionam no mundo, como o canadense e o inglês, calcam-se no fortalecimento dos serviços básicos, a fim de ter poder de resolutividade. Mas aqui vejo que a discussão está sempre centrada no especialista, no fortalecimento dos hospitais, no atendimento às demandas dos hospitais filantrópicos. Entretanto, teremos que ter um foco se quisermos resolver ou mesmo melhorar a situação.

No caso do médico de família, se ele não resolver pelo menos 85% da demanda, é um criador de problemas. Por quê? Porque se ele, por exemplo, não examinar alguém que está com dor de ouvido e logo o encaminhar ao otorrino, estará criando um problema, pois se o paciente não achar o especialista, terá que arrumar um atestado ou perderá o emprego. No entanto, esse problema poderia, de repente, ser resolvido lá na ponta.

No Brasil, o acesso ao especialista é amplo, geral e irrestrito. Não há um sistema, um modelo, e a nossa capacidade de resolutividade na atenção básica é muito pequena. Por quê? Porque os profissionais não têm a atuação devida numa coisa que é a qualificação do trabalho. É preciso avançar para que o profissional a ser lotado na ponta da linha não seja só um recém-formado. Até mesmo o programa Mais Médicos se mostrou, em minha opinião, ineficiente, porque os profissionais que vieram têm os mesmos defeitos dos nossos ou até mais. Por quê? Porque não têm a capacidade de resolutividade necessária na atenção básica, tornando-se agentes do chamado programa "ao-ao", ou seja, somente encaminham as pessoas.

Então, esse é o ponto base. É claro que são necessárias outras coisas na ponta da linha, como ter postos de saúde adequados. Mas o mais importante, no meu entendimento, entendimento esse fruto da minha experiência como secretário municipal de Saúde, diretor de hospital, médico e secretário estadual de Saúde, é empregar profissionais médicos que tenham capacidade de resolutividade, caso contrário não se conseguirá resolver os problemas nem que se contratem todos os especialistas do mundo.

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Muito obrigado pelo aparte, deputado e mestre Fernando Coruja.

Eu vejo que várias coisas caminharam juntas para que a desvalorização do médico antigo ocorresse - e posso incluir-me nessa categoria, pois já tenho 35 anos de formado, com três anos e meio de residência, o que me possibilitou um cabedal muito bom, pronto para enfrentar várias situações. No entanto, as coisas caminharam para que eu fizesse apenas o referente à minha especialidade.

Hoje, até em função das facilidades de comunicação, completamente diferente de outros tempos, as pessoas exigem mais informações e essas muitas vezes não têm a capacidade de ter o médico ali na ponta, dentro do programa Saúde da Família.

Mas concordo 100% de que a resolutividade continua baixa e que essa é a grande razão de hospitais entupidos e de filas que aumentam dia após dia.

Muito obrigado pelo aparte e parabéns pela iniciativa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Muito obrigado, deputado dr. Vicente Caropreso. É um enfoque que tem que ser dado.

É preciso, em nosso entendimento, fortalecer os programas de qualificação. Existem residências médicas em saúde da família, mas é preciso que o profissional seja mais bem remunerado, não pode ser um recém-formado, você nem consegue encontrar as pessoas para atender. Agora é preciso que essa formação genérica seja uma atividade que tenha melhor qualificação, é uma especialidade. O atendimento básico do médico da família é uma especialidade que deve ser fortalecida para que a pessoa possa ter melhor qualificação.

Evidentemente, esse debate envolve uma série de problemas e vamos procurar aprofundá-los na comissão de Saúde, mas entendo que o foco tem que se voltar um pouco para a questão da especialidade nos hospitais, mas melhorar atenção básica, caso contrário trata-se de um problema sem solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Srs. deputados, sras. deputadas, presidente, deputado Mario Marcondes, eu estava inscrito para falar em Breves Comunicações, mas em virtude de termos este espaço partidário, resolvemos ocupá-lo, uma vez que todos estamos imbuídos do desejo de fazer com que Santa Catarina continue desenvolvendo-se, continue progredindo.

Nos últimos dias debatemos muito sobre as nossas rodovias. Todo dia existe um parlamentar que tem algum questionamento sobre a precariedade de rodovias federais e estaduais. E isso é notado não apenas por nós, parlamentares, mas por todos os catarinenses e por aqueles que nos visitam. O governo precisa dar a devida atenção não apenas à Situação, mas também à Oposição. Precisa dar atenção não apenas aos moradores, mas também àqueles que nos visitam, porque temos a missão de fazer um estado cada vez melhor.

Vou citar um caso bem próximo da região litorânea e que se refere a uma cidade que desponta no país pelo fato de haver instalado o sexto maior parque temático do mundo, o Beto Carrero World, na cidade de Penha. Existe lá uma rodovia que se chama TransBeto, obra construída pelo estado, porque o parque se desenvolvia, o parque crescia, era comentado na mídia nacional e internacional, mas tinha um acesso não condizente com as necessidades dos seus usuários. Pois bem. O estado construiu a rodovia, mas a sua atual condição de trafegabilidade é lastimável. Arrisco-me a dizer, srs. deputados, que nem o destemido cavalo Faísca, pertencente ao nosso herói Beto Carrero, com quem tive a honra de desfilar e empinar cavalos na avenida Atlântica, em Balneário Camboriú, conseguia trafegar à noite pela TransBeto! Nem o Beto Carrero, com toda a sua coragem, passaria por aquela estrada, repito, tamanho o desafio que a rodovia coloca àqueles que se arriscam a usá-la.

Os moradores e os milhares de visitantes que precisam levar uma boa impressão do turismo de Santa Catarina, quando passam pela estrada devem até pensar em desistir, porque lá acontecem assaltos, roubos, acidentes e até seqüestros. Roubaram os fios subterrâneos e por isso a estrada está sem iluminação há sete anos.

Juntamente com o então governador Luiz Henrique, cuidei tanto daquela obra. Tivemos sempre a preocupação de mantê-la limpa. Cheguei a determinar a abertura de licitação para a iluminação, mas pelo curto espaço de tempo que fiquei no governo, infelizmente não consegui tocar a obra. Fiquei sabendo que a determinação, em 2011, foi cancelar todas as licitações ou quase todas. Infelizmente, a TransBeto, uma das mais importantes estradas do estado em função do Parque Beto Carrero World, que recebe um milhão de turistas por ano e que tem somente 16 km de extensão, até hoje não foi iluminada.

Pasmem, srs. deputados, o mato esconde as poucas placas de sinalização, inclusive já sumiu o acostamento. E fico preocupado, porque temos a missão de cuidar daquilo que é nosso e muitas vezes não conseguimos. Eu fui governador, mas não pude atender a todos os pleitos. Contudo, há coisas que são prioritárias, apesar de serem pequenas. Parece-me que a iluminação naquela época não custaria R\$ 200 mil. A limpeza da rodovia, a capina do mato existente, é o mínimo que precisa ser executado pelos responsáveis, ou seja, o governo do estado.

Quero dizer que se a obra não for executada o mais rapidamente possível, só haverá duas opções: ou o governo determina a iluminação, a roçagem, a sinalização e a limpeza daquela rodovia, ou ela terá que ser transformada em mais uma perigosa aventura do Parque Beto Carrero.

Eu recebi o prefeito, os vereadores e os representantes da sociedade. Perguntaram-me o que fazer. Resta-me fazer uma indicação ao secretário da Infraestrutura, com o qual acabei de falar, que é uma pessoa muito atenciosa e por quem tenho grande admiração; resta-me fazer uma indicação ao governador Raimundo Colombo, que, tenho certeza absoluta, não deve estar sabendo, porque se soubesse disso acho que determinaria a imediata execução de obra tão necessária.

Nós, parlamentares, independentemente se somos do partido "a" ou do partido "b", recebemos visitas todos os dias. Quando se fala em segurança, acho que a maioria procura o deputado Maurício Eskudlark; quando

o assunto é turismo, a grande maioria procura este deputado; quando o tema é saúde, a grande maioria procura o deputado Dr. Vicente Caropreso, apenas para citar alguns exemplos. As pessoas, quando chegam aqui, como os prefeitos, os vereadores, as entidades, procuram-nos. E a nós, legisladores, resta solicitar ao governo que nos ajude a atender as demandas dos catarinenses que nos procuram.

Eu fico pensando por que não foi feito quando eu era governador. Eu fiz. Felizmente tenho os documentos e consegui até mostrá-los àqueles que me procuraram. Mas quatro anos sem dar a devida assistência, sem fazer os investimentos necessários, realmente não dá para aceitar.

Eu certamente voltarei a esta tribuna para elogiar quando executarem a obra. Assim que atenderem, usarei este mesmo espaço político para cumprimentar o secretário ou o governador do estado, como fiz ontem no caso de uma obra na área do turismo.

Fica aqui este nosso pronunciamento, esperando que o prefeito de Penha, os vereadores e toda a sociedade possam ser atendidos com essa importante rodovia que liga a BR-101 a um dos maiores parques temáticos do mundo.

Este era o nosso pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, gostaria de registrar que estiveram em meu gabinete os vereadores Jefferson Ademir Custódio e Adriano de Souza, do município de Penha, levando esse pleito - e depois vou reforçar o posicionamento do nobre colega.

Quero registrar também a presença dos vereadores de Guaraciaba Pedro Luiz Trevisol, Claudiomiro Maldaner e Popi, a quem acompanhamos numa audiência ao DNIT, onde fomos muito bem atendidos pelo superintendente, sr. Vissilar Pretto, que nos prestou informações acerca do que está sendo feito em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria também de registrar a presença do vereador Adeniz Humenhuka e da vereadora Djana Paula Matoski, ambos de Papanduva, que nos visitam no dia de hoje.

Gostaria ainda, deputado Antônio Aguiar, de dizer que o nosso partido estava preparando ontem uma moção sobre a questão do pagamento das viagens aéreas das esposas dos deputados federais, pois nenhum membro do Partido dos Trabalhadores participou da aprovação dessa medida que é uma vergonha, principalmente num momento tão delicado que vivemos, o que coloca a sociedade ainda mais contra a classe política.

Então, quero registrar que a bancada federal do PT se posicionou contra isso e que a bancada estadual externaria, através de moção, a mesma posição. Felizmente o presidente da Câmara Federal voltou atrás no que certamente foi um dos acordos que fez para se eleger presidente daquela Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Queremos cumprimentar as pessoas que nos visitam na tarde de hoje,

especialmente os funcionários do Ministério Público de Santa Catarina.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa, que é de todos os catarinenses. Sejam bem-vindos em todos os momentos e não somente naqueles em que tenham alguma matéria de seu interesse tramitando neste Poder.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do querido vereador Almir Pastori, de Joaçaba, no meio-oeste catarinense, que veio à capital pleitear recursos para sua cidade. É um prazer recebê-lo em nosso gabinete, até porque seus pleitos são do interesse de Joaçaba. Seja bem-vindo!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Gostaria de registrar a presença do vereador Cleber Ceccon, de Chapecó, e do vereador Bento Worma de Souza, de Pinhalzinho, assim como de outras lideranças de todo o estado, aqui presentes em função do evento da Uvesc no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Sejam todos bem-vindos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, quero cumprimentar todos os servidores do Ministério Público Estadual que estão aguardando a votação logo mais do veto do governador a um projeto de lei. Quero cumprimentar também todos os vereadores, lideranças, deputadas e deputados, dizendo, com muito respeito, que a manifestação do deputado Marcos Vieira e sua comparação entre o Brasil e a Venezuela foi desmedida e injusta. Para tanto quero citar as palavras da líder da oposição Maria Corina Machado, que disse o seguinte:

(Passa a ler.)

"O Brasil é um país que pretende ser a voz regional da América Latina e por tal motivo solicitamos que exija ao presidente Maduro o respeito dos direitos humanos e das práticas democráticas. Sabemos que o Brasil entende a nossa situação, porque no passado já sofreu os estragos provocados pela ditadura."[sic]

Creio que a líder da oposição na Venezuela compreende que o Brasil é uma referência de democracia para a América Latina e para o mundo.

Eu falava aqui do Ministério Público. Se não tivéssemos uma democracia forte provavelmente o presidente ou a presidenta da República interferiria no Ministério Público, no Supremo Tribunal Federal, no Supremo Tribunal de Justiça, na mídia, enfim, nos poderes e na sociedade organizada. A democracia brasileira está consolidada e tornou-se referência para o mundo.

Acredito que essa já é uma boa resposta e não precisamos ficar comparando a Venezuela, um país com 30 milhões de habitantes, com o Brasil, que tem mais de 200 milhões de habitantes, que tem uma democracia consolidada e cuja população tem acesso à universidade, à casa própria, ao emprego, coisa rara anteriormente.

Gostaria de comentar com v.exas. algumas matérias publicadas por vários jornais, pois há pessoas neste país que só veem terra arrasada, que não veem luz, que não veem as coisas boas, que acham que quanto pior, melhor e que se puderem prejudicar o governo brasileiro, ajudar a colocar um pá de cal fariam com prazer.

Antes de proceder à leitura das manchetes a que me referi há pouco, quero dizer que elas não são da autoria da assessoria de imprensa do PT, mas de vários veículos de comunicação.

"Petrobras recebe o mais importante prêmio da indústria do petróleo" (*Jornal do Comércio*).

"Petrobras bate novo recorde de produção de derivados em 2014" (*Valor Econômico*).

"Produção de gás natural bate novo recorde" (Agência Nacional do Petróleo).

"Unesco premia trabalho de duas cientistas brasileiras".

"Pecuarista quintuplicou as margens de lucro em três anos" (*Valor Econômico*).

"Bens de capital têm o maior crescimento desde julho do ano passado" (*Exame*).

"Dilma inaugura o maior parque eólico das Américas".

"Ferrovia norte/sul entra em operação comercial".

"Demanda doméstica de voos alcança, em janeiro deste ano, o maior nível mensal em dez anos, diz a Agência Nacional da Aviação Civil" (*Jornal do Brasil*).

"O povo está viajando de avião" (Agência Nacional de Aviação Civil).

"ProUni é recorde com mais de um milhão e quinhentas mil inscrições".

"Bolsista do Ciência sem Fronteiras é eleito um dos jovens mais influentes do mundo". Trata-se de um programa com 100 mil jovens estudando pelo mundo afora - e oito mil são de Santa Catarina -, aperfeiçoando-se, qualificando-se para trazer para o Brasil as melhores experiências.

"Gasto com Fies cresce 13 vezes e chega a R\$ 13,4 bilhões".

"Pedidos de falência caem 21,2% em fevereiro de 2015".

"Autorizado investimento de R\$ 142 milhões da Ecoporto Santos".

"Nos últimos quatro anos a Saúde recebeu cinco bilhões".

"Profissionais brasileiros ocupam 92% das vagas do Mais Médicos" (*Dia a Dia*).

"Lei Maria da Penha diminuiu em 10% a taxa de homicídios domésticos, segundo o Ipea".

"Produção industrial avança 2% em janeiro, diz IBGE" (*Portal G1*).

"Idosos fizeram 18 milhões de viagens no ano passado".

"Brasil contratará escritório de advocacia para defesa das empresas na Organização Mundial do Comércio".

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputada Luciane Carminatti, fico imaginando o esforço que v.exa. fez para buscar alguns dados para defender o atual governo, mas ou a imprensa está mentindo ou o povo que está indo para as ruas está enganado.

Ora, é lógico que um governo precisa fazer alguma coisa, mas dizer que o recorde de produção da Petrobras é por causa da presidente Dilma é um absurdo. Só falta dizer também que ela construiu a jazida de gás e de petróleo.

Mas entendo, amiga Luciane Carminatti, que cada um tem que puxar a brasa para o seu assado. Dessa forma, cumprimentando-a pelo esforço em coletar alguma coisa para defender a presidente Dilma.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Mas deixei muito claro que não é a deputada Luciane Carminatti quem faz essas afirmações. Na verdade, demonstramos aqui que a mídia nacional, mesmo em letras pequeninas, escondidas, mostra que o Brasil cresceu muito nesses 12 anos. É claro que há dificuldades, nós sabemos, mas precisamos ser mais justos e olhar o conjunto das boas conquistas que também tivemos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, acho que num debate como este o tempo deveria ser maior, porque a deputada Luciane Carminatti precisa de muito tempo para explicar o governo do seu partido, que está colocando o Brasil na pior crise da sua história.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Queremos apenas registrar que temos na Casa um número grande de vereadores de Curitiba e de outros municípios, a quem quero dar as boas-vindas. Saúdo especialmente o vereador Nilton Graff, de Mondai, desejando-lhe uma boa estada nesta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mario Marcondes) Seja todos bem-vindos a esta Casa do Povo.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 15 minutos estão destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, aproveito o tempo da bancada do PMDB para tecer comentários sobre dois assuntos.

Quero inicialmente cumprimentar os servidores de Ministério Público Estadual pela forma democrática, ordeira, educada e com argumentos com que buscaram os deputados para explicar-lhes todos os motivos do encaminhamento, pelo MPE/SC, através do seu Colégio de Procuradores, representado pelo procurador-geral de Justiça, do PLC n. 0021/2014, aprovado por unanimidade na legislatura passada, no sentido de dar isonomia, coisa que esta Casa já concedera a este Poder, ao Tribunal de Contas e ao Tribunal de Justiça.

Como o referido PLC contou com o veto do Poder Executivo, busca o Ministério Público do Estado de Santa Catarina reparar essa injustiça, no sentido de que esta Casa derrube o referido veto e estabeleça a necessária isonomia entre os poderes catarinenses, com isso estimulando a que cada vez mais seus servidores trabalhem em prol do bem público de Santa Catarina.

Quero cumprimentar a comissão de Constituição e Justiça, que manteve a decisão tomada anteriormente pela Casa, transferindo a decisão soberana para este Plenário, que já decidira em 2014 pela aprovação do PLC n.

021, quando da sua discussão e votação em primeiro e segundo turnos.

É importante, deputado Marcos Vieira, que tenhamos o maior número possível de parlamentares em plenário quando da apreciação do veto. Nós precisamos de 21 votos para rejeitá-lo e manter o que esta Casa aprovou no ano passado.

Quero cumprimentar os servidores que estão presentes nas galerias, porque eu recebi algumas lideranças no meu gabinete e elas me convenceram, tanto do ponto de vista jurídico, quanto do mérito da matéria, da sua importância para o estímulo à carreira do Ministério Público Estadual de Santa Catarina.

Muitas vezes pensa-se que o Ministério Público é formado somente pelo o promotor, pelo procurador e esquece-se de que existe toda uma estrutura administrativa, um suporte técnico e jurídico para dar vazão à grande demanda que existe no estado.

Acredito que esta Casa deva seguir decisões já tomadas, mantendo um posicionamento político de autonomia, coisa que já o fez, por exemplo, no caso do projeto referente ao Tribunal de Contas do Estado.

Discutimos recentemente a questão do saneamento público. Na verdade, a palavra saneamento muitos avaliam como se referindo ao esgoto que tem que ser captado e tratado. Mas saneamento é algo muito mais complexo, ou seja, é a possibilidade de abastecimento de água, a captação e o tratamento de esgoto, além da drenagem fluvial que tem que acontecer.

Nosso estado tem características muito positivas do ponto de vista da qualidade de vida, entretanto no quesito de saneamento, captação e tratamento de esgoto, Santa Catarina está no 18º lugar neste país, ou seja, muito aquém de outros índices nos quais apresentamos melhor *performance*, sendo mesmo referência nacional.

Ontem tive a honra de participar, juntamente com o governador e o vice-governador do estado, com o prefeito de Biguaçu e o presidente da Casan, de um ato dos mais importantes para o município vizinho. Por quê? Porque foi entregue a ordem de serviço referente ao investimento a ser feito na estrutura de captação e tratamento de esgoto de Biguaçu. O percentual de atendimento de esgoto em Biguaçu hoje é zero. Um investimento de R\$ 40 milhões vem sendo realizado, e há que se cumprimentar a Casan, que desde 2008 vem buscando captar recursos internacionais. Há um planejamento até o ano de 2018, quando se pretende colocar o estado num outro patamar, numa demonstração clara de que uma empresa pública organizada e investindo pode ter resultados positivos.

Em Biguaçu serão investidos R\$ 40 milhões. É o maior investimento público no município. E o resultado desse trabalho não serve apenas para Biguaçu, porque todo o esgoto que é despejado nas baías auxilia na melhor balneabilidade das praias de Florianópolis, São José, Governador Celso Ramos e Palhoça. Precisamos trabalhar de forma conjunta, pensando na estrutura do litoral de Santa Catarina, para termos um resultado satisfatório no quesito de saneamento ambiental.

Quero registrar, srs. deputados e deputadas, que esses R\$39 milhões atenderão 30% da população, mas a estação de tratamento de esgoto será construída para atender 100% do município de Biguaçu, índice que desejamos para todas as cidades.

É importante salientar a parceria com o governo federal, através do Programa de

Aceleração do Crescimento, o trabalho conjunto que vem sendo realizado com diversas prefeituras. Às vezes, as redes tem estrutura de esgoto, mas ele é descartado no sistema pluvial e vai até o mar. Daí a necessidade de fiscalização, de uma linha de financiamento buscando que a rede que faz o descarte de esgoto seja ligada corretamente na rede de esgoto.

Aqui em Florianópolis buscam-se cada vez mais tratamentos, como ocorre no sul da ilha, com a proposta apresentada para fazer não apenas o tratamento primário e secundário, mas o terciário, a fim de utilizar o recurso conseguido através do banco japonês para que este não se perca, ou seja, uma vez que o recurso foi conquistado deve ser utilizado. Mais de R\$ 1 bilhão será investido em Santa Catarina, e aí entra a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD). A Casan espera chegar a R\$ 1,5 bilhão em investimentos.

Dessa forma, estamos ocupando esta tribuna para, em nome do engenheiro Valter Gallina e dos diretores da empresa, cumprimentar todos os servidores pelo bom trabalho que vem realizando no estado. Foi importantíssima a participação integrada dos órgãos que buscaram as licenças ambientais, que são muito difíceis, deputado Ismael dos Santos, pela complexidade do projeto apresentado. Todos os órgãos estão acompanhando esse trabalho, pois vencer essa barreira burocrática, exigência legal, é verdade, é difícil, muitas vezes dá vontade de desistir, deputado Luiz Fernando Vampiro. Mas a verdade é que houve persistência por parte da Casan. Hoje temos na diretoria de Expansão da Casan o engenheiro Paulo Meller, homem de grande experiência que vem realizando um bom trabalho para dar continuidade às já ações realizadas.

A nossa grande expectativa, deputado Fernando Coruja, é que possamos ter um grande debate a respeito do tema e coloque-me à disposição para, juntamente com os demais colegas da comissão de Meio Ambiente, trabalhar cada vez mais no acompanhamento dessas obras, no sentido de dar mais agilidade a esses processos burocráticos, com vistas à concretização das ações pretendidas. O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Quero também cumprimentar o engenheiro Valter Gallina e todos os que trabalharam para a obtenção desse financiamento. Segundo informações que temos - e ainda hoje conversamos com o ex-deputado Sérgio Grand - , essa é uma área em que por conta dos financiamentos internacionais há interesse dos grandes bancos, ou seja, há disposição para financiar projetos no Brasil. Assim, as prefeituras devem dedicar-se no sentido de elaborar projetos de saneamento e vencer os entraves burocráticos, porque a legislação ambiental tem que ser cumprida para o bem de todos. Mas a boa notícia é que há recursos disponíveis para aplicar nessa área, fato importante num período tão difícil.

V.Exa., que vai ser o novo prefeito de Florianópolis, tem que pensar desde já em grandes planos para o futuro, porque certamente há muito mais dinheiro disponível, desde que haja planejamento e projetos nos quais investir.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Isso mesmo, deputado. Já existe a previsão

para investir em mais 31 municípios, seja no abastecimento de água, seja no tratamento de esgoto.

Na região sul, deputados Ricardo Guidi, Luiz Fernando Vampiro e Rodrigo Minotto, são as cidades de Forquilha, Braço do Norte, Criciúma, Lauro Muller, Laguna e Garopaba; na região norte e no vale do Itajaí, temos Araquari, Ibirama, Indaial, Taió, Piçarras, Barra do Sul, Ituporanga, Rio do Sul, Curitiba, Canoinhas e Mafra; na região oeste, Cordilheira Alta, Videira, Caçador, Piratuba, Ipira, Concórdia, Chapecó, Xanxerê e Xaxim; e na Grande Florianópolis, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, São José e Bombinhas.

Finalizo, sr. presidente, reportando-me aos desafios a serem superados. O primeiro é cumprir as metas dos contratos dos programas para conseguir os investimentos. O segundo é acordar as exigências políticas municipais para poder concretizar. O terceiro é conseguir as licenças ambientais e administrativas para executar as obras. Já o quarto desafio a ser superado refere-se à titularidade das áreas, a fim de que se possa executar as obras conforme as exigências dos contratos de financiamento. E o quinto diz respeito ao projeto do banco KFW, que conta com R\$ 300 milhões, uma parceria da secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável, destinados ao sistema de esgoto de municípios de até 15 mil habitantes.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Ouço V.Exa.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Quero apenas colaborar. Quando fui governador do estado estive no Japão para assinar um convênio com a agência Jica no valor de mais de R\$ 400 milhões para atender grande parte desses municípios que v.exa. acabou de citar. Foram seis dias de viagem entre ir e voltar. Fiquei lá somente oito horas. Só fui assinar o convênio. Lá estava Walmor De Luca, que cumpriu outros compromissos. Eu fui até Tóquio para ficar oito horas, assinar o convênio e voltar.

Entretanto, deputado, nunca fui convidado pelo governo para o lançamento de uma obra dessas nem para a inauguração, apesar de terem sido concretizadas com os recursos que o governador Leonel Pavan foi buscar em Tóquio para esse fim.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Quero cumprimentar v.exa. porque sei que isso faz parte do histórico de conquistas para chegar a este momento. É muito difícil vencer as barreiras, o importante é saber que foi executado.

Deputado Leonel Pavan, quero dizer que se v.exa. não foi convidado para o evento de ontem é porque talvez tenham convidados apenas os deputados da Grande Florianópolis. Contudo, no próximo faço questão de convidá-lo, porque sua presença sempre nos alegra e traz a experiência de toda a sua carreira política. Pode contar com o meu convite. Estaremos juntos.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Marcondes) - Quero registrar a presença dos vereadores Nilo João Ghilardi, de Iporã Oeste, Ricardo Vieira, de Florianópolis, e Abel Bicheski, o Bello, da nossa querida cidade de Mafra. Também do ex-prefeito de São João Batista, Jair Sebastião de Amorim. Sejam todos bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, srs. vereadores que abrilhantam esta sessão. Acredito que o evento que se realizará às 18h30 nesta Casa também será prestigiado por todos os deputados. Quero cumprimentar ainda os servidores da Justiça, que aqui estão em busca da aprovação do seu plano de carreira. Estamos juntos nessa caminhada.

Eu preciso, sr. presidente e srs. deputados, fazer um rápido agradecimento e uma prestação de contas, como presidente da comissão de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa, à equipe que trabalhou comigo em 2014: deputadas Ana Paula Lima, que retorna à comissão, e Dirce Heiderscheidt; deputados Narcizo Parisotto, Reno Caramori e Serafim Vezon.

Também quero dar as boas-vindas aos novos membros da referida comissão, que me delegaram mais uma vez a presidência da mesma. São eles: deputados Narcizo Parisotto, Natalino Lázare, Dr. Vicente Caropreso, Dalmo Claro, Fernando Coruja e Ana Paula Lima. Aliás, estamos com três médicos, dois, inclusive, ex-secretários de estado, e uma enfermeira, o que vai propiciar um bom debate na comissão.

Eu farei rapidamente uma prestação de contas. A revista *Veja*, da semana passada, trouxe uma matéria muito interessante com o título *Os filhos do crack*. Acredito que alguns dos srs. deputados e aqueles que nos acompanham tenham tido acesso a essa matéria, que muito bem colocou que o vício já afeta um milhão de lares brasileiros. E essa tem sido a nossa batalha em Santa Catarina, porque dados da Senad - Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - apontam que há 40 mil usuários de *crack* em nosso estado.

Eu solicito à assessoria que passe um rápido vídeo do programa Reviver, uma prestação de contas do trabalho que conseguimos desenvolver em parceria com o governo de estado e a nossa comissão em 2014.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Muito obrigado à assessoria.

O que acabamos de assistir foi uma síntese do programa Reviver, que hoje tem 800 vagas garantidas no estado de Santa Catarina.

Quero agradecer à deputada Luciane Carminatti e ao deputado Cesar Valduga, que me acompanharam, neste final de semana, nas visitas a algumas comunidades do oeste catarinense.

Por fim, fica aqui o convite aos srs. deputados para conhecerem algumas das 80 comunidades credenciadas no programa. Queremos, deputada Ana Paula Lima, avançar mais, para chegar a pelo menos mil vagas nos próximos meses, garantindo com isso 100 comunidades credenciadas em todo o território catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Muito obrigado pela manifestação e pela exposição, eminente deputado Ismael dos Santos. Trata-se de um belo trabalho realizado em favor de pessoas que tanto precisam.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos cinco minutos pertencem ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero registrar a presença dos vereadores

Wilson Luiz Binotto e Fernando Scolaro, do município de Caçador, e Ruben Paulo Giacomini e Rudinei Pasqual Demarco, do município de Paraíso.

(Passa a ler.)

"Quero cumprimentar todos os servidores do Ministério Público Estadual e dizer que analisando o Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014, especificamente com relação à fundamentação do veto e legislações recentes idênticas, como, por exemplo, a Lei Complementar n. 496/2010, dos servidores do Tribunal de Contas, concluí que os motivos que ensejaram o veto por inconstitucionalidade não são consistentes. A fundamentação se lastreou em decisões antigas tanto do STF quanto da própria Procuradoria, cujos conceitos não se aplicam ao caso em tela.

De fato, ao analisar o veto total do Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014, verifica-se que a Procuradoria embasou o seu entendimento no art. 39, da Constituição Federal, que indica dever haver regime jurídico único e plano de carreira para os servidores das administrações pública direta, autarquias e fundações.

Além disso, a Procuradoria emitiu parecer utilizando como fundamentação o fato de o governador haver vetado o projeto de lei idêntico referente ao Tribunal de Contas do Estado, no qual estava prevista a estabilidade financeira dos servidores.

Apesar de tais argumentos, a verdade é que o entendimento do Superior Tribunal Federal é favorável à estabilidade financeira. Além disso, outros poderes/órgãos possuem legislação estadual no mesmo sentido, a exemplo do Tribunal de Contas do Estado, do nosso Poder Judiciário e da própria Assembleia Legislativa. E cito a Lei Complementar n. 496/2010, a Lei Estadual n. 15.138/2010 e a Resolução n. 9/2011, desta Casa.

Neste norte, verifiquei que, diferentemente do teor do parecer da Procuradoria-Geral do Estado utilizado pelo governador como sustentáculo ao veto ao Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014, o Tribunal de Contas do Estado possui legislação promulgada pela Presidência da Assembleia Legislativa, em razão de veto do governador e de sua inércia em promulgar a referida lei. Refiro-me à Lei Complementar n. 496/2010.

Não podemos ter dois pesos e duas medidas. Se a legislação é aplicável a um órgão/instituição, neste caso, ao Tribunal de Contas do Estado, outra com os mesmos preceitos também deverá ser acolhida por esta Casa, respeitando, inclusive, o art. 39 da Constituição Federal.

Por fim, quero destacar a exposição de motivos do Ministério Público de Santa Catarina, que é esclarecedora, fato que torna ainda mais fácil e tranquila a decisão deste deputado, no sentido de votar contra o veto ao Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014.

Entendo que o voto deve ser favorável à derrubada do veto ao Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014, até porque a comissão de Constituição e Justiça desta Casa Legislativa aprovou-o por unanimidade, tendo em vista a constitucionalidade da lei, a fundamentação não consistente que acompanha o veto, a situação idêntica de outros órgãos/poderes e ao fato de as

despesas decorrentes da execução da nova lei correrem por conta do orçamento do próprio MP/SC, sem qualquer custo adicional ao Poder Executivo.

Ademais, servidor é trabalhador e trabalhador tem que ser valorizado!"

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia. Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0366/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0590/2013, de autoria do deputado Milton Scheffer, que institui o Dia Estadual de Conscientização do Uso de Agrotóxicos no calendário oficial do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e supressiva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura e Política Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA	sim
DEPUTADO CLEITON VALVARO	sim
DEPUTADO DALMO CLARO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FERNANDO CORUJA	sim
DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO	sim
DEPUTADO GEAN LOUREIRO	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	
DEPUTADO JOÃO AMIN	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO LEONEL PAVAN	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MARIO MARCONDES	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NATALINO LÁZARE	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO	
DEPUTADO RICARDO GUIDI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI	
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 31 votos "sim" e nenhum voto "não".

Está aprovado em segundo turno.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 0002/2015, de origem governamental, que opõe veto total ao Projeto de Lei Complementar n. 0021/2014, de autoria do Ministério Público, que acresce dispositivo à Lei Complementar n. 223, de 2002, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Gean Loureiro.

O SR. DEPUTADO GEAN LOUREIRO - Sr. presidente, por delegação do líder do PMDB, na condição de vice-líder e com a concordância de todos os srs. membros da nossa bancada, posto que já conversamos também com o líder do governo, expresso a nossa posição pela derrubada do veto, tendo em vista o posicionamento que esta Casa já adotou em projetos de igual teor que aqui tramitaram.

A manifestação e a orientação do PMDB aos srs. deputado, portanto, é votar pela derrubada do veto, acompanhando a decisão unânime desta Casa no ano passado.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Silvío Dreveck - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvío Dreveck, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o governo do estado tem o entendimento de que esta lei fere a Constituição Federal no que diz respeito ao art. 39, bem como feriu também a Lei Complementar n. 946, do estado de Santa Catarina. Portanto, encaminha a voto pela manutenção do veto a esta matéria.

Por outro lado, a manifestação do próprio Ministério Público conta com uma defesa embasada em fatos anteriores idênticos. Assim, tanto há argumentos para a tese do governo como do MP.

Dessa forma, penso que o melhor encaminhamento que podemos fazer é liberar a base governista para votar de acordo com sua consciência.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente e srs. deputados, esse veto se refere ao Projeto de Lei Complementar de autoria do Ministério Público do Estado que institui o plano de cargos e carreira de vencimentos dentro daquela instituição, com vistas a propiciar autonomia a esse importante guardião dos direitos da sociedade.

Dessa forma a bancada do PSDB vota pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)  
O Sr. Deputado Rodrigo Minotto - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rodrigo Minotto, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Em nome da bancada do PDT quero justificar o meu voto. Já declarei da tribuna meu posicionamento pela constitucionalidade do projeto, em função da manifestação da comissão de Constituição e Justiça desta Casa, da inconsistência do parecer da Procuradoria-Geral do Estado, uma vez que a situação é idêntica à de outros órgãos e poderes, e porque o servidor é trabalhador e merece ser valorizado.

(Palmas das galerias)

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti, para encaminhamento de votação.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, a manifestação do governo ao vetar o projeto, em nosso entendimento, não cabe porque esta Casa tem uma comissão de Constituição e Justiça que o analisou e julgou-o constitucional.

Então, a posição da bancada do PT é pela constitucionalidade da matéria, pela derrubada do veto e pela valorização dos trabalhadores.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Milton Scheffer, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. presidente, o Partido Progressista já estudou essa matéria e votou favoravelmente no ano passado. Assim, por coerência, o partido pretende manter sua posição. Acho que o que está faltando é o próprio Poder Executivo criar um plano de carreira para o seu funcionalismo, mas isso não é justificativa para impedir que o Ministério Público tenha o seu.

Por isso, o Partido Progressista, até diante da manifestação do líder do governo, encaminha o voto pela rejeição do veto do governador.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, tendo em vista que o nosso líder não está aqui neste momento, estou autorizado pelos meus pares a colocar a posição da bancada do PSD, inclusive a posição da v.exa., que preside esta Casa, e que é pessedista.

Em consideração à posição do líder do governo, que liberou a base; em consideração aos servidores do Ministério Público; em consideração à própria instituição, que sempre defendemos no Parlamento catarinense, e tendo em vista que outros poderes e instituições já têm lei semelhante, somos pela derrubada do veto, visando dar estabilidade

financeira e de carreira aos abrangidos pelo seu teor.

O voto do PSD, com todo respeito, é pela derrubada do veto do governador.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Cleiton Salvaro - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cleiton Salvaro, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO CLEITON SALVARO - Nós, como representante da bancada da minoria nesta Casa, ou seja, da Frente Renovação, votamos pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Cesar Valduga - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Cesar Valduga, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Sr. presidente, srs. servidores, em virtude do líder da bancada governista haver liberado a votação e seguindo a orientação da nossa deputada Angela Albino, que no ano passado votou a favor desta matéria, somos pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Narcizo Parisotto - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Narcizo Parisotto, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO - Sr. presidente, a exemplo do deputado Cesar Valduga e do deputado Rodrigo Minotto, também tive um trabalho bem suave para convencer a nossa bancada para votar contra o veto.

Portanto, o DEM unanimemente vota pela derrubada do veto.

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está aberto o painel eletrônico.

Quem votar "sim" mantém o veto e quem votar "não" derruba-o.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER não

DEPUTADA ANA PAULA LIMA não

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR não

DEPUTADO CESAR VALDUGA não

DEPUTADO CLEITON SALVARO não

DEPUTADO DALMO CLARO não

DEPUTADO DARCI DE MATOS não

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT não

DEPUTADO DIRCEU DRESCH não

DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO não

DEPUTADO FERNANDO CORUJA não

DEPUTADO GABRIEL RIBEIRO não

DEPUTADO GEAN LOUREIRO não

DEPUTADO GELSON MERISIO não

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS não

DEPUTADO JEAN KUHLMANN não

DEPUTADO JOÃO AMIM não

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER não

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI não

DEPUTADO KENNEDY NUNES não

DEPUTADO LEONEL PAVAN não

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI não

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO não

DEPUTADO MANOEL MOTA não

DEPUTADO MARCOS VIEIRA não

DEPUTADO MARIO MARCONDES não

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK não

DEPUTADO MAURO DE NADAL não

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO não

DEPUTADO NATALINO LÁZARE não

DEPUTADO NEDALI SARETTA não

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA não

DEPUTADO PATRÍCIO DESTRO não

DEPUTADO RICARDO GUIDI não

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO não

DEPUTADO ROMILDO TITON não

DEPUTADO SERAFIM VENZON não

DEPUTADO SILVIO DREVECK não

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI não

DEPUTADO VALMIR COMIN não

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Temos 31 votos "não" e nenhum voto "sim".

Está rejeitado o veto.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0046/2015, 0047/2015 e 0048/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0049/2015, 0050/2015, 0051/2015, 0052/2015, 0053/2015, 0054/2015, 0055/2015 e 0056/2015, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0057/2015, 0058/2015, 0059/2015, 0060/2015 e 0061/2015, de autoria do deputado Valdir Cobalchini; 0062/2015, de autoria do deputado Dr. Vicente Caropreso; 0063/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0064/2015, 0065/2015, 0066/2015, 0067/2015, 0068/2015, 0069/2015 e 0070/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0091/2015, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0092/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0093/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan; 0094/2015, de autoria do deputado Mario Marcondes; e 0095/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera.

Esta Presidência submete à deliberação do Plenário as seguintes proposições:

Moção n. 0010//2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviada ao ministro da Pesca e Aquicultura e demais autoridades, intercedendo pela revogação ou alteração da Portaria n. 445, publicada em 17 de dezembro de 2014, editada pelo governo federal e referente às espécies marinhas ameaçadas de extinção consideradas recursos pesqueiros importantes para o setor.

Em discussão.

O sr. Deputado Leonel Pavan - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o sr. deputado Leonel Pavan, para discutir.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente, alguns dias atrás já fizemos um pronunciamento sobre esse assunto. Esta reivindicação é de todo o setor pesqueiro, não apenas de Santa Catarina, mas do Brasil. E o apoio do Parlamento, da Casa do Povo de Santa Catarina, presidida por v.exa., será muito importante para que nós possamos continuar gerando empregos no setor da pesca.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Casa se associa, de forma unânime, à proposição do deputado Leonel Pavan, pela importância e relevância do tema.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0011/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da República e ao ministro da Saúde, intercedendo pela elaboração de estudos e adoção de providências para incluir a síndrome de Menkes entre as doenças a serem diagnosticadas de forma gratuita e obrigatória na triagem neonatal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0032/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos acerca dos motivos de a biblioteca da Udesc fechar aos sábados.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0033/2015, de autoria do deputado Ricardo Guidi, a ser encaminhado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos acerca da população carcerária e do efetivo de agentes penitenciários.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0034/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Infraestrutura, solicitando esclarecimentos pertinentes à obra de reforma da ponte sobre o rio Burro Branco, que liga os municípios de Águas Frias e Nova Erechim pela SC-159.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0035/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser enviado ao governador e à secretária de Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando esclarecimentos sobre o programa Água para Todos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0036/2015, de autoria do deputado Rodrigo Minotto, a ser

enviado ao secretário da Educação, solicitando esclarecimentos acerca do valor da assistência financeira prestada pelo estado e referente ao art. 170 da Constituição de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0037/2015, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser encaminhado ao secretário da Infraestrutura, solicitando esclarecimentos sobre o andamento das obras na SC-447, no trecho que liga os municípios de Lauro Muller e Treviso.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero inicialmente cumprimentar o médico urologista Rodolfo Dittrich, do Hospital Governador Celso Ramos e professor da residência de Urologia, que tem prestado um extraordinário trabalho a toda a sociedade catarinense.

Também quero saudar todos os vereadores e prefeitos que estão participando de um encontro nesta Casa. Quero saudar ainda o presidente nacional do PSDB, senador Aécio Neves, pela posição clara explicitada no dia de ontem no Senado Nacional, com relação à Medida Provisória n. 0669, da Presidência da República, que aumenta os impostos das empresas que haviam aderido à forma de cobrança simplificada, ou seja, de 1% a 2,5% sobre o movimento bruto, que passou para 2% a 4,5%.

Através dessa medida provisória a presidente Dilma Rousseff está mais do que dobrando os impostos no caso das empresas. Por exemplo, quando do afastamento por doença de um empregado, quem bancava os primeiros 15 dias eram as empresas, sendo que os demais eram bancados pelo INSS, até porque ambos contribuem para isso.

Naturalmente que a Presidência do Senado devolveu à presidenta da República essa medida provisória, e fez isso com a aprovação de vários senadores, inclusive da base do governo.

Quero cumprimentar o nosso presidente, senador Aécio Neves, pela atitude, e cumprimentar o Senado, aplaudindo a atitude de devolver a medida provisória que aumentava a tributação sobre as empresas.

O Sr. Deputado Leonel Pavan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Deputado, é elogiável a atitude do presidente Senado, senador Renan Calheiros, que merece os nossos elogios. No entanto, acho que se trata de um jogo para a torcida, um faz de conta em que um dá ali e o outro tira daqui, porque aqui a pouco eles se acertam novamente.

Tenho certeza de que o presidente do Senado devolveu a MP porque nela havia

equivocos. Hoje as empresas que geram empregos estão com dificuldades para arcar com os impostos e estão cada vez mais estranguladas pelas atitudes do atual governo federal. Acho que assim como a presidente Dilma Rousseff fez de conta, também fez de conta o senador Renan Calheiros. Repito, acho que é um jogo combinado, um faz de conta, mas espero que dê resultado no futuro, porque ninguém pode brincar com a consciência dos brasileiros.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sem dúvida, a Presidência da República abusa da população brasileira quando atribui encargos à sociedade e corta recursos do Fies. Em Santa Catarina há 47 mil alunos que precisam e usam os recursos do Fies e que de repente viram seus contratos rejeitados, o que os impede de continuar a cursar a universidade. Isso vem em prejuízo de todo o sistema educacional superior do estado, porque esse grande número de estudantes não está podendo pagar seus cursos.

Esse contrato por certo deveria valer pelo curso universitário inteiro, mas de repente interromperam os contratos, impedindo que os alunos renovem suas matrículas, ao mesmo tempo em impedem que a universidade projete os seus investimentos em cima da arrecadação que teriam com aqueles alunos.

A presidente, que se elegeu com o discurso de que o país seria uma pátria educadora, frustra as expectativas de milhares de brasileiros que sonham em terminar o seu curso universitário.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Quero somente para contribuir com a sua posição, porque além das dificuldades dos jovens em acessar o Fies, o novo ministro da Educação definiu uma linha de corte de 580 pontos do nem para conseguir acessar o programa. Isso é um absurdo. Por quê? Porque a média no Brasil é de 500 pontos. Ora, quem puxa a média para baixo é o estudante carente, o filho do pobre, do trabalhador. E com essa medida o novo ministro da Educação está impedindo os jovens carentes do Brasil de terem acesso a esse programa magnífico que é o Fies. Essa é grande verdade!

Vejam que absurdo: o governo federal está devendo R\$ 200 milhões para as universidades, não está pagando o Fies e também não está pagando o Pronatec. E, mais do que isso, cortou 30% do investimento das universidades federais do Brasil. No entanto, na televisão continua sendo veiculada a propaganda do governo federal que diz que a prioridade deste ano é a educação. Acho que este é o ano, sim, da destruição da educação no Brasil! Essa é a verdade!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Obrigado, deputado. É mais uma cobrança que a presidência da República faz em cima da sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Presidente, quero registrar a presença dos vereadores Piska e Ronei Lovemberger, de Rio Negrinho, e do vereador Samuca, do município de Monte Castelo. Sejam bem-vindos!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Boa-tarde, sras. deputadas e srs. deputados, sra. presidente.

Quero lembrar ao deputado Darci de Matos que o PSD faz parte da base de apoio ao governo federal e ocupa o ministério das Cidades, que antes era do PP. Então, espero que o PSD ajude o governo a discutir as políticas públicas e a publicizá-las, inclusive.

Tenho assistido estarecido à mídia nacional nos últimos dias. Inclusive, a senadora Fátima Bezerra fez ontem um pronunciamento no Senado falando um pouco da mídia brasileira, mais especificamente da revista *Veja*, que faz parte da grande imprensa partidária atrelada ao PMDB e que tem a obsessão de destruir o PT. Ela afirmou que há um processo de desvirtuamento da política promovida pela grande mídia deste país, a quem denominou de mídia oposicionista, que se porta como um verdadeiro partido de oposição. O PT não tem dúvidas de que é por isso que está apanhando tanto e deseja fazer a reforma da mídia nacional. Não é possível que tenhamos uma mídia que assuma o papel de um partido político!

Assisto à televisão e leio os jornais pertencentes à grande mídia monopolista e não consigo neles colocar a minha opinião sobre as coisas e sobre o meu partido. Mas desta tribuna posso fazer isso, desta tribuna não posso me calar vendo aqueles que estão instigando o ódio nacional pregando mentiras através da grande mídia, sem que se consiga fazer o contraponto, mostrando a verdade dos fatos.

Não posso calar-me quando um deputado ocupa esta tribuna para reproduzir inverdades e mostrar manchetes de jornais de Santa Catarina e do Brasil que falam em desabastecimento. Aonde? Tivemos pontualmente problemas, sim, deputado Silvio Dreveck, por causa da greve dos caminhoneiros. Agora, dizer que há desabastecimento no Brasil é um absurdo! Pode ser na casa do deputado ou em qualquer lugar, mas nos supermercados não!

Em que país vive o deputado, quando fala de inflação alta? No Brasil? Aqui a inflação é de 6%. Em 2013 ela foi a mais baixa dos últimos cinco anos. A dívida pública à qual o deputado se refere, no seu governo, no governo de Fernando Henrique Cardoso, era de 60% do PIB, nós a reduzimos para 35%. As reservas cambiais que eram R\$ 45 bilhões, hoje estão em torno de R\$ 350 bilhões.

Poderíamos falar aqui sobre tantas outras coisas. Por exemplo: conseguiram privatizar parte da Petrobras, que eles tanto querem destruir; até mudaram o nome da empresa para Petrobrax, a fim de vendê-la ao capital internacional. É para isso que quero chamar a atenção do povo brasileiro, não entrem nesse discurso. O petróleo tem que ser nosso! A presidenta Dilma Rousseff articulou no Congresso a aprovação da lei da partilha, através da qual impedimos que as multinacionais façam o que fizeram com a Vale do Rio Doce: ficaram com o nosso minério, com as nossas riquezas.

Temos no sul do Brasil uma riqueza que é o nosso gás xisto. Ele tem que ficar para nós, para o povo brasileiro. Quando eles estão no governo até permitem que haja democracia, quando eles não estão, não permitem. Pregam, através da mídia, o autoritarismo na política, o ódio. Há lideranças de Santa Catarina pregando

um ódio cruel lá pelo oeste, deputado Cesar Valduga. Durante uma mobilização em Chapecó, no sábado, pessoas chegaram a subir num apartamento para tirar de uma jovem a bandeira do seu partido político que ela portava. O que é isso? Que democracia é essa? Faixas pediam a volta da ditadura! Quem faz isso não sentiu a violência dos militares nos porões da ditadura!

Quero chamar atenção para este momento que estamos vivendo. Se não fosse o nosso governo dar autonomia ao Ministério Público e à Polícia Federal talvez hoje não estivéssemos falando nem de corrupção, talvez estivéssemos falando das vitórias, dos prêmios internacionais conquistados pela Petrobras.

Durante a semana a deputada Luciane Carminatti, nossa líder, apresentou nesta Casa o crescimento dessa grande empresa nacional e os prêmios de tecnologia que ela conquistou do mundo. Fomos nós que a fortalecemos e não é por acaso, deputado Leonel Pavan, que a Petrobras está assim. Houve decisão política em investir em pesquisa, investir em novas tecnologias. Por isso é que o pré-sal foi descoberto. Os mesmos que em 1930 diziam que o Brasil não tinha petróleo, agora dizem que não existe o pré-sal. Mas nós investimos e a Petrobras se transformou na maior empresa do mundo.

Há também a questão da simpatia por Cuba. Os Estados Unidos levantaram o embargo contra Cuba e o Brasil financiou, sim, estrategicamente, um porto naquele país, que é uma das principais saídas para o Caribe. Vários países queriam fazer isso, mas o Brasil financiou o porto e tem parte nele, sendo que vai beneficiar-se muito no processo de exportação com toda aquela região.

Então, quero restabelecer a verdade neste país. Temos problemas, tivemos que tomar medidas importantes, duras, mas que vão dar tranquilidade para o país continuar crescendo e distribuindo renda. Os ricos têm ódio do nosso partido, porque nós mudamos a lógica nacional. No passado, para financiar uma casa o cidadão tinha que ter uma renda boa. Hoje damos prioridade ao pobre, invertemos a lógica, a prioridade é para quem mais precisa do estado, para quem mais precisa da casa própria. Essa foi uma grande mudança e por isso a elite brasileira tem tanto ódio do governo do PT.

Mas não tem problema! Precisamos continuar melhorando a vida do povo brasileiro. E é por isso que deixo a tribuna, deputada Dirce Heiderscheidt, dizendo o seguinte: tenho em mãos um documento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar sobre a suspensão dos recursos do ministério da Educação para a alimentação escolar no estado. Amanhã vou provar que afirmar que os agricultores não têm capacidade para fornecer alimentos não é verdade. O que estamos esperando é que o estado, através da secretaria da Educação, faça a necessária licitação e compre ao menos 30% dos produtos destinados à merenda escolar da nossa agricultura familiar.

Faz cinco anos que estão enrolando, não podem agora dizer que os agricultores não tiveram capacidade para fornecer os produtos necessários à alimentação escolar. Pelo contrário, os agricultores têm capacidade para fornecer produtos de qualidade, por isso os agricultores familiares e suas organizações estão esperando uma compra por parte da secretaria da Educação. Não se pode mandar entregar, como já aconteceu em 2011 e 2012, quatro ou cinco pacotinhos de alface para uma escola do interior. Isso não é viável. E foi por

isso que muitas escolas ficaram sem produto, já que os agricultores, as organizações não conseguiram entregá-lo. Nós precisamos entregar um maior volume de produtos às escolas.

As organizações querem participar, os agricultores precisam entregar seus produtos. Não venham com discursos baratos, nós queremos que os agricultores tenham de fato condições de continuar produzindo alimentos e que as crianças se alimentem com produtos frescos e de qualidade. É isso que queremos e esperamos que o governo resolva logo os problemas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Leonel Pavan - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Leonel Pavan.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Presidente, desejo fazer um contraponto ao deputado Dirceu Dresch, pois não posso concordar que os ricos é que estão trabalhando para derrubar o governo, que os ricos não gostam dos pobres. Então, o Lulinha não gosta dos pobres, pois é considerado um dos homens mais ricos do Brasil e até do mundo.

Essa não é uma questão sobre pobres ou ricos, mas sobre a má gestão da Petrobras. Nós não falamos mal da Petrobras, o que está sendo comentado pela oposição e pela mídia é a má gestão implantada na Petrobras nos últimos anos. Isso está claro, está escrito, ou vamos ter que chamar a atenção e até fazer uma CPI em cima da imprensa, porque deve estar mentindo. Estamos falando sobre o que está sendo colocado hoje na opinião pública do Brasil e do mundo inteiro.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, só gostaria de dizer que a palavra pela ordem só deve ser usada para informes e encaminhamentos e que o debate político deve ser feito da tribuna, onde o deputado tem o seu momento para debater com os demais companheiros.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, trago à tribuna hoje um problema sério que está ocorrendo na região do vale do Itapocu, precisamente na cidade de Guaramirim, que tem uma obra abandonada e ninguém quer assumir a paternidade do abandono.

Logo à esquerda da entrada do município havia o Centro de Convenções José Perfeito de Aguiar, que foi derrubado em troca da construção do Cedup. A obra desse centro de educação profissionalizante seria realizada através de um convênio da prefeitura, que doou o terreno, e com os governos federal e estadual, que já repassaram recursos. A obra já teve início, foram gastos R\$ 5,5 milhões, mas como não houve acordo para o seu término, está tudo parado desde 2012. São três anos de abandono, de descaso com uma obra tão importante para qualquer política, seja municipal, estadual ou federal. Uma obra que

abrigaria 900 alunos está há três anos abandonada e o mato comendo solto. Parece que agora estão tentando terminar a obra, que para a região é extremamente importante, pois está localizada num lugar estratégico do vale do Itapocu, bem no centro, antes de chegar a Jaraguá do Sul.

Então, esse é o apelo que faço. Além da denúncia de descaso a uma obra que já levou R\$ 5,5 milhões - quase todo o dinheiro veio do governo federal -, deixo um apelo no sentido de que terminem a obra e deem valor ao dinheiro do contribuinte que já foi gasto. Apelo à secretaria de estado da Educação para que reveja a posição e seja ágil, a fim de que não se perca e caia totalmente no abandono uma obra tão importante, resultado do esforço de muitas lideranças da região.

Era isso, sra. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Obrigada, deputado.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sra. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, quero registrar - e vejo, nas galerias desta Casa, vereadores do município de Curitiba, juntamente com o prefeito - que hoje haverá a abertura da assembleia da Uvesc, União dos Vereadores de Santa Catarina, que discutirá os pleitos dos nossos municípios.

Estiveram em nosso gabinete os vereadores Jefferson Ademir Custódio e Adriano de Souza, do município de Penha, juntamente com o presidente da associação do bairro Santa Lídia, também chamado Adriano.

O deputado Leonel Pavan se referiu aqui à iluminação da TransBeto, rodovia que liga a BR-101 ao Parque Beto Carrero, onde a criminalidade vem fazendo frente ao poder público. Para se ter uma ideia, deputada Dirce Heiderscheidt, o cabeamento da iluminação daquela rodovia, acho que são 7 km, foi furtado pelos usuários de crack e o estado não sabe o que fazer para resolver a questão. Mas temos que encontrar uma solução para restabelecer a iluminação pública, com um cabeamento que não possa ser furtado pelos usuários de droga.

Eu quero também registrar que estivemos presente, na última semana, ocasião em que também lá estive o deputado Leonel Pavan, na posse do novo comando da Polícia Militar, em Balneário Camboriú.

A expectativa da população, hoje, é muito forte com referência às áreas da segurança pública e da saúde. Esses são dois pontos que sempre fiz questão de frisar quando falava, na Academia da Polícia Civil, para os novos policiais, ou seja, quando as pessoas procuram o setor de saúde e o de segurança elas estão fragilizadas e precisam de atenção, respeito e resolução do problema.

Digo isso porque o contato, a proximidade, o relacionamento humano na segurança pública tem que ser muito forte. As pessoas têm que poder confiar na segurança, ter diálogo e acreditar. E isso é algo que precisa ser resgatado, que precisa ser reconstruído.

Então, quero aproveitar a ocasião para parabenizar o coronel Reinaldo Boldori, comandante regional de Balneário Camboriú, Itajaí e Navegantes. Cumprimento também o major José Evaldo Hoffmann Júnior, que assumiu o comando. Ele já trabalhou em Balneário Camboriú, é uma pessoa de visão, competente, um policial estratégico, inteligente.

Cumprimento ainda o coronel Elder Eder Martins, que é o novo subcomandante.

Então, temos muita confiança no trabalho desses novos comandantes e subcomandantes de Balneário Camboriú, pela forma de atuação, pelo lado operacional, pelo contato que têm com população. Com certeza vão melhorar ainda mais a segurança pública na região.

Então, parabéns à Polícia Militar de Balneário Camboriú pelos novos comandantes. O comandante que lá estava anteriormente, coronel Marcello Martinez Hipólito, também fez um belo trabalho e agora foi recrutado para uma nova missão.

E falando de Balneário Camboriú, registro desta tribuna a abertura do Hospital Santa Inês, que é uma importante casa de saúde e que esteve durante longo tempo desativado. Tem capacidade para 165 leitos, mais dez leitos de UTI e hoje está atendendo somente os pacientes particulares ou que tenham plano de saúde. Ainda não está atendendo pelo SUS, o que acaba sobrecarregando o Hospital Ruth Cardoso, que não tem condições de atender à imensa demanda de Balneário Camboriú e região.

De qualquer forma, a reabertura do Hospital Santa Inês é uma alegria, é um alento, pois se trata de mais uma porta que se abre na área da saúde naquela região.

Para finalizar, quero relatar que hoje estive numa importante audiência com o superintendente do DNIT em Santa Catarina, sr. Vissilar Pretto, acompanhado de vereadores. Fomos ver algumas questões relativas a obras federais em nosso estado e pudemos constatar o empenho, a preocupação daquele órgão com as estradas catarinenses. Todas as obras têm um acompanhamento próximo, o superintendente é um profissional de carreira, competente, atencioso, preocupado efetivamente com a sua execução. Nós sabemos a dificuldade de tocar uma obra pública hoje em dia, pois muitas empresas não têm condições de construir determinadas obras, mas acabam entrando e ganhando as licitações.

O dr. Vissilar afirmou que várias licitações estão em andamento para a manutenção de algumas rodovias e que as indenizações é que estão travando a duplicação da BR-280, da BR-470 e as obras da BR-163, no extremo oeste de Santa Catarina.

Eu disse ao deputado Valmir Comin que faria um pronunciamento rápido. Mas preciso esclarecer alguns fatos com relação ao pronunciamento do brilhante deputado Dirceu Dresch, que fez uma defesa contundente, e deve ter razões para isso, do governo federal. Eu não quis pedir-lhe um aparte para não interromper o seu raciocínio e depois acabei usando o microfone para fazer o contraponto e fui chamado à atenção publicamente.

Se isso é verdade, temos que mudar o Regimento Interno da Alesc, porque esta é a Casa para *parlar*, para falar, para contestar, para debater, para dirimir dúvidas, a não ser que a Câmara Federal e o Senado estejam errados. Porque certamente, devido à experiência que tivemos na Câmara Federal e no Senado, e os deputados Fernando Coruja, Serafim Venzon e Dr. Vicente Caropreso sabem disso, lá se usa o microfone justamente para contestar, para fazer o contraponto daquilo que é dito da tribuna.

Certamente muitos gostariam de me contestar agora, e é bom que haja confronto de ideias, que haja debate. Aqui somos todos amigos, somos pessoas de bem, mas as ideias são distintas, e eu não posso concordar com

algumas que foram expressas pelo deputado Dirceu Dresch. Alguns, não são todos, ainda defendem o seu partido no Brasil, mas a verdade é que quem defende o PT já é minoria em nosso país. Muitos se recolheram, mas há aqueles que ainda tentam defender, e a esses eu tenho que aplaudir, pois são corajosos, não fogem da luta, são partidários e brilhantes defensores.

Mas a grande verdade, e está escrito em todos os jornais, nas mais variadas revistas, nos *blogs*, é que o PT deixou de ser aquilo que tanto pregou, o partido da ética, da moralidade, da lisura! Temos que ser sinceros. Além disso, não dá para ficar olhando pelo retrovisor eternamente! Sempre buscam coisas de 12 anos atrás. Doze anos não! De 20 anos atrás! Porque Fernando Henrique Cardoso ocupou o governo a primeira vez há 20 anos. Daqui a pouco vão buscar razões em Juscelino Kubitschek, João Goulart e até em Emílio Garrastazu Médici.

Ora, é preciso olhar para o próprio nariz, para o próprio umbigo! É preciso que os petistas reconheçam que já estão há 12 anos no poder e que não dá mais ficar recorrendo ao passado. Aqueles brasileiros que tinham quatro, cinco anos há 12 anos já estão votando, e qual o projeto para o seu futuro?

Nós precisamos refletir sobre a atual situação do Brasil, não pode o PT achar desculpas no passado, tem que achar a solução agora. Nós estamos envelhecendo e os jovens estão à procura de oportunidades. Eles não querem saber se dom Pedro I acertou ou errou, querem é saber do presente.

Ora, quando Lula se elegeu, e recordo-me bem disso, pois estava no Senado Federal à época, falavam da herança maldita dos oito anos de Fernando Henrique Cardoso. Mas se há algum problema agora, a presidente Dilma tem que falar da herança maldita de Lula! E se Lula deixou uma boa herança, a grande culpada pela atual situação do país é a presidente Dilma Rousseff, do PT!

Nós temos que ser realistas, não é a oposição que está fazendo todo esse alarde, é a mídia nacional, são os jovens que vão para as ruas, independentemente de bandeiras, são os caminhoneiros que sequer sabem distinguir, muitos deles, a diferença entre esquerda e direita, entre o PT e o PSDB. São as pessoas comuns que estão indo para as ruas dizer que está difícil viver, que não é mais possível ouvir na mídia que a maior empresa do nosso país foi sucateada. Ninguém é contra a Petrobras, ao contrário, nós somos brasileiros e amamos as cores verde e amarelo, que são as cores da empresa. Não falamos mal dela, falamos mal é dos seus gestores, da forma como dilapidaram o seu patrimônio.

Dizem eles que está jorrando petróleo, que estão batendo recordes. Só falta dizer que são os donos das jazidas. De repente o pré-sal começou a ser implantado por causa do Lula e dos petistas! Vamos fazer um diálogo amplo, aberto e em harmonia, mas também estender as mãos e reconhecer os erros praticados pelo atual governo.

Foi dito que os ricos são contra os pobres, mas o Lulinha, que era lavador de carros num estacionamento, hoje é um dos maiores milionários do país. E ele é contra os pobres? Acho que não, porque ele gera empregos, mas querer jogar dessa forma, não é nem jogar para a torcida, é jogar o discurso no lixo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dr. Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Acabei de dar um abraço em três grandes figuras de Pomerode: o presidente da Câmara Municipal, José Amarildo da Silva, e os vereadores Claus Krahn e Rafael Pfuetszenreiter, que estão aqui para o grande encontro da Uvesc.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Srs. deputados, sras. deputadas, quero inicialmente saudar o amigo vereador Juarez de Oliveira, do município de Forquilha, que hoje se pronunciará sobre a rodovia Jacob Westrup e sobre o aeroporto Hercílio Luz, que precisa de uma definição tanto por parte do governo do estado, quanto da Infraero.

Deputado Leonel Pavan, v.exa. que foi senador, deputado federal, prefeito e governador e que hoje, para nossa satisfação, é deputado estadual, ouviu atentamente, assim como eu, o pronunciamento do deputado Dirceu Dresch neste Parlamento, que defendeu veementemente o seu partido, o PT, nas questões relacionadas à Petrobras.

Recordo muito bem quando Fernando Henrique Cardoso assumiu o governo após o *impeachment* de Fernando Collor. Lembro que comprei o consórcio para aquisição de um carro e que foi a primeira vez que consegui pagar as 36 prestações sem que houvesse um centavo de reajuste. Isso aconteceu com todos que trabalhavam no setor produtivo, ou seja, passaram a ter, depois de muitos anos, segurança jurídica para trabalhar, para planejar e implementar ações.

FHC prosseguiu o seu mandato, foi reeleito e na sequência veio o presidente Lula, que promoveu uma série de ações em consequência da estabilidade econômica que o governo anterior havia conseguido. Evidentemente houve uma expressiva inclusão social e precisamos aqui dar mérito a quem tem mérito. Mas o tempo foi passando e na sequência o governo do PT promoveu ações que desencadearam o que estamos vivendo nos dias de hoje.

A Petrobras sempre nos orgulhou. O petróleo é de todos os brasileiros e temos que lutar por ele, sim. Mas é necessária uma gestão adequada, com eficácia, ética e competência. Mas, infelizmente, o que vimos foi muita corrupção.

Hoje fala-se em *impeachment*, mas há necessidade de uma mudança estrutural no país, desde a reforma política, partidária, tributária, até a reforma do Judiciário e dos demais poderes constituídos, consolidando com isso as instituições, a fim de que a democracia permaneça forte, porque a fragilidade das instituições provoca o desmonte de tudo aquilo que a sociedade adquiriu a duras penas, ou seja, a verdadeira democracia.

Democracia forte se faz com instituições fortes, para que se estabeleça o respeito ao estado de direito. Como cidadão, como pai de família, independentemente de quem está atuando ou de qual sigla venha a exercer o comando desta nação, precisamos ter a consciência e a certeza de que a gestão pública se dá com correção, com ética e com responsabilidade.

Nós estamos constatando - e falo da minha região - que as empresas de cerâmica, de metal mecânica, de revestimento e que o agronegócio estão pagando o custo da energia

elétrica com ágio para continuar produzindo. Isso é o cúmulo, é o fim. Os poderes constituídos precisam ser os motivadores, os incentivadores da sociedade. E o planejamento tem que estar à frente dessa situação, permitindo com isso a segurança jurídica para os nossos investidores.

Não crescemos nem 0,5% em 2014 e em 2015 talvez tenhamos uma queda do PIB, ou seja, um crescimento negativo do país! Mesmo nosso estado vem sofrendo uma queda da receita tributária, apesar de ser uma unidade da federação bastante diferenciada, pois com apenas 1,1% do território nacional tem o seu banco de sistema acadêmico, tem seis portos, tem um povo ordeiro e trabalhador. Mas a crise não está nos poupando, não! E isso é preocupante. Se estamos nessa situação, imaginem os demais estados da federação!

Meu Deus! Em 1950 tínhamos 32 mil quilômetros de rede ferroviária. Caímos para 22 mil, apesar de devermos estar com 100 mil. O custo rodoviário médio no Brasil é de R\$ 114,00 por tonelada. O ferroviário é de R\$ 75,00 e o hidroviário de R\$ 45,00. Nós estamos a contramão da história em termos de transporte de riquezas. Há necessidade urgente, deputado Kennedy Nunes, de uma tomada de posição forte, não basta somente planejar, é preciso atitude.

Antigamente se dizia que o porco comia o milho, mas hoje o milho come o porco. Fala-se em transilitorânea, em ferrovia do frango. Por que não ferrovia do milho, para trazer esse insumo do centro-oeste para o sul, a fim de dar competitividade as nossas indústrias no mercado internacional? Se já somos exportadores, imagina se tivéssemos condição de bem escoar a nossa produção? Com certeza não estaríamos enfrentando o fechamento de estradas por caminhoneiros que não conseguem mais arcar com seus custos!

Realmente é uma reflexão muito grande e abrangente que precisa ser feita, mas a população está à espreita, à espera. Essa é a grande verdade e é nesse nicho de mercado que devemos respeito e dedicação. A nossa responsabilidade é muito grande, porque uma decisão errada, um artigo mal interpretado, mal redigido pode comprometer em muito a qualidade de vida das pessoas.

Era isso, sra. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Parabéns, deputado Valmir Comin, pela excelente reflexão. A impressão que temos é que estão brincando com a sociedade brasileira.

Inscrito para falar o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, é um prazer ter uma mulher como presidente deste Parlamento, até porque não existe presidenta, pois se existisse as mulheres seriam inteligentes. Como as mulheres são inteligentes, então dou os meus parabéns à presidente.

Eu não pretendia vir à tribuna hoje, mas depois de ouvir o deputado da bancada do PT fazer uma defesa tão apaixonada do seu governo e colocar uma realidade que não pode ser a deste país, não pude furtar-me de ocupar este microfone.

A minha preocupação, deputado Valmir Comin, é com a sexta-feira que passou, a qual os empresários estão chamando de sexta-feira negra, porque nela é que foi

anunciado o aumento do preço da tarifa da luz, ou seja, foi nessa sexta-feira que a vaca tossiu. Deputado, v.exa. já viu uma vaca tossir? Pois na sexta-feira ela tossiu.

Nós tivemos uma reunião com a Acij - Associação Comercial e Industrial de Joinville -, na segunda-feira, e os empresários e industriais ainda estavam de ressaca, não por terem bebido, mas pela paulada que levaram na cabeça. Nós ouvimos, por exemplo, de um empresário que esse aumento vai custar R\$ 18 milhões por ano. Ouvimos de outro, que exporta muito, que o malfadado aumento custará três meses de lucro da sua empresa e que estava começando a pensar em fechar a fábrica - e estou falando de uma empresa que tem cinco mil funcionários!

Há dois anos, deputados Luiz Fernando Vampiro e Valmir Comin, fiz um pronunciamento nesta Casa exatamente sobre essa questão, ou seja, que no sul tínhamos dois problemas na nossa conta de luz. Eu não entendo por que o cliente da Celesc paga na sua fatura um subsídio para as cooperativas distribuírem energia. Por quê? Dizem que há uma lei que dá sustentação para isso. Mas pergunto: não é a cooperativa que vai à Celesc ou à Eletrosul para comprar energia e distribuir aos seus cooperados? As cooperativas como um todo não fazem o trabalho que a Celesc faz de pegar energia e distribuir? Então, por que o cliente da Celesc, que não é de cooperativa, tem embutido no valor da sua conta de luz esse subsídio? Não existe almoço de graça! O que existe é distribuição de benesses com o chapéu alheio.

E tem mais, srs. deputados, na conta que estamos pagando está embutido o subsídio ao óleo diesel da produção de energia do estado do Acre. Com todo respeito aos nossos irmãos acreanos, o que nós, de Santa Catarina, temos a ver com a produção de energia a diesel do Acre?

Todos aqueles pacotes de bondades que a presidente Dilma anunciou pouco antes da eleição, em cadeia nacional, baixando o preço da energia, estamos pagando agora.

Fala-se muito no pré-sal. V.Exas. sabiam que quando começarem a retirar petróleo do pré-sal ele custará mais caro do que o preço pelo qual poderá ser vendido? Pior que fizeram uma briga enorme pelo pré-sal, como se já estivessem com a bandeja cheia de ovos, apesar de a galinha nem haver posto o ovo ainda! Estão brincando com o povo brasileiro quando dizem que está tudo normal, que o povo brasileiro nunca esteve tão bem! Isso é brincadeira!

Para encerrar, já venho dizendo há muito tempo que o preço do óleo diesel tem que baixar, porque senão daqui a pouco ninguém mais vai conseguir andar de ônibus. É preciso reduzir o valor do óleo diesel para o transporte coletivo. Venho falando isso há anos! Agora, ainda bem que todo mundo está falando isso também.

Eu dizia também que só há uma categoria que pode parar o país, que é a dos caminhoneiros! E agora eles viraram um boi bravo e descobriram que têm muita força. Acreditem, da próxima vez eles virão com tudo! O movimento dos caminhoneiros foi só o primeiro passo, e a minha preocupação com relação à paralisação do próximo dia 15 de março não é o movimento nas ruas, como aconteceu em junho de 2013, mas são os caminhoneiros usarem a força que têm e fazerem um protesto trancando tudo neste país.

Eu fiquei engasgado quando ouvi aqui que está tudo muito bem, que não há nada

errado! Acho que essa minha fala é a de milhões de brasileiros que gostariam de estar aqui dizendo tudo isso com relação ao momento atual que o Brasil está passando.

Muito obrigado, sra. presidente!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheid) - Muito obrigado, deputado.

Queremos agradecer à equipe técnica da Assembleia, às pessoas que nos estão ouvindo e participando deste debate até este horário.

Não há mais oradores inscritos.  
Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário. Está encerrada a sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA DL

#### ATO DA MESA Nº 016-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Leonel Pavan para ausentar-se do País, no período de 10 a 16 de maio do corrente ano, a fim de participar da 45ª Edição do Prêmio Pessoa do Ano, organizada pela *Brazilian - American CHAMBER*, de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 29 de abril de 2015.

**Deputado GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Valmir Comin - 1º Secretário  
Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 017-DL, de 2015

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 50 do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gelson Merisio para ausentar-se do País, no período de 10 a 15 de maio do corrente ano, a fim de participar da 45ª Edição do Prêmio Pessoa do Ano, organizada pela *Brazilian - American CHAMBER*, de Nova Iorque, nos Estados Unidos da América.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 30 de abril de 2015.

**Deputado ALDO SCHNEIDER** - 1º Vice-Presidente  
Deputado Valmir Comin - 1º Secretário  
Deputada Dirce Heiderscheidt - 3ª Secretária

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

#### ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dezoito de março do ano de dois mil e quinze, reuniram-se na Sala das Comissões os Senhores Deputados Serafim Venzon, Rodrigo Minotto, Kennedy Nunes - substituindo o Deputado Jean Kuhlmann, Natalino Lázare, Fernando Coruja e Dirceu Dresch. O senhor Presidente fez a leitura dos Ofícios 050/2015, do Gabinete do Deputado Manoel Mota, justificando sua ausência por encontrar-se em reunião no Centro Administrativo do Governo; Ofício GP nº 175/2014, da Prefeitura de Turvo, contendo informativo anual da Prefeitura, com panorama geral das obras realizadas pela atual administração em 2014. Passou à discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 006.2/2015, Relator Deputado Serafim Venzon. Parecer pela aprovação. Aprovado por unanimidade; Projeto de Lei Complementar nº 0013.1/2014. Relator Deputado Serafim Venzon. Obteve pedidos de vista dos Deputados Dirceu Dresch, Rodrigo Minotto e Fernando Coruja. E os Projetos de Lei nºs: 0004.5/2015, Relator Deputado Jean Kuhlmann; 0011.4/2015, Relator Deputado Fernando Coruja, com emenda; 0054.4/2014, Relator Deputado Serafim Venzon; 0129.6/2014, Relator Deputado Manoel Mota e o Ofício nº 0006.32015, Relator Deputado Jean Kuhlmann. Todos os pareceres foram aprovados por unanimidade. O Deputado Rodrigo Minotto registrou a presença dos representantes sindicais na reunião da Comissão e agradeceu a agilidade dos Presidentes das Comissões de Justiça, de Finanças e a de Trabalho no processo de votação do projeto. O Senhor Presidente, Deputado Serafim Venzon, agradeceu a presença dos senhores Deputados, convocou-os para a próxima reunião da Comissão, na Sala das Comissões e encerrou a presente reunião da qual eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria, digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros e posteriormente publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, dezoito de março de 2015.

Deputado Serafim Venzon  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATA DA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às onze horas do dia vinte e oito de abril do ano de dois mil e quinze, no Plenarinho Paulo Stuart Wright da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Deputado Valdir Cobalchini, com amparo no

parágrafo 1º do artigo 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Sexta Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, referente à 1ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi registrada a presença dos deputados: Valdir Cobalchini, Rodrigo Minotto, Natalino Lázare e Gean Loureiro, Serafim Venzon e Gabriel Ribeiro. A deputada Luciane Carminatti encaminhou justificativa de sua ausência, em razão de compromissos previamente agendados na cidade de Chapecó. Dando início à reunião, o Presidente submeteu à apreciação da Comissão a Ata da Reunião anterior, que foi aprovada. A seguir, o presidente passou a palavra para o deputado Gean Loureiro, que apresentou parecer ao PL/0032.9/2014, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que "Autoriza a criação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e de Violência - CIPAV - nas escolas da rede pública de ensino do Estado de Santa Catarina", que foi aprovado. O OF./0008.5/2015 também foi aprovado. Na sequência, o presidente passou a palavra para o deputado Serafim Venzon, que apresentou o parecer formulado pela deputada Luciane Carminatti ao OF./0529.3/2014, que foi encaminhado para diligência. A seguir, o presidente passou a palavra para o deputado Rodrigo Minotto, que relatou o PL/0028.2/2015, de autoria do deputado Gean Loureiro, que "Institui a Semana Estadual da Orquídea Laelia Purpurata", que foi aprovado. Dando prosseguimento, o deputado Valdir Cobalchini, passou a palavra para o deputado Gabriel Ribeiro, que anunciou a presença do senhor Marcos Molinari, convidado para fazer a apresentação do Projeto Educacional "Programando o Futuro", testado com êxito em trinta e seis escolas pela Secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages. O presidente concedeu, então, o uso da palavra ao senhor Marcos Molinari para a apresentação do projeto. Após a exibição do vídeo sobre o programa, em que foi apresentada a plataforma desenvolvida pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts - MIT -, que permite às crianças aprenderem a realizar programações de computadores de forma lúdica, desenvolvendo seu raciocínio lógico. O senhor Marcos Molinari destacou o baixo custo de implantação do projeto, por utilizar os laboratórios de informática já existentes nas escolas públicas e a grande contribuição que a implantação em larga escala do projeto poderia representar, em termos de formação de pessoal na área de inovação e tecnologia, além de favorecer o desenvolvimento do raciocínio lógico nos alunos da rede pública estadual. O presidente agradeceu a participação do senhor Marcos Molinari e ao deputado Gabriel Ribeiro pela iniciativa de apresentar o programa na Comissão. Dando prosseguimento, o presidente passou a palavra para o deputado Natalino Lázare, que destacou o papel dos parlamentares na proposição de indicações ao governo do Estado e que o projeto trazido pelo deputado Gabriel Ribeiro poderia significar uma indicação bastante detalhada. O deputado Natalino Lázare, a seguir, anunciou a presença de três professores que constituíram, a seu pedido, um grupo de estudos sobre a proposta de cargos e salários proposta pelo governo do Estado para o magistério, como forma de contribuir para os trabalhos da Comissão de Educação da Alesc. O presidente passou,

a seguir, a palavra para a professora Márcia Margarida Bratti, para fazer a apresentação da análise feita pelos professores acerca da proposta governamental. A professora Márcia, com o auxílio de uma tabela colocada em projeção, exibiu os detalhes da proposta de aumento salarial, com a incorporação da regência de classe, além de outros detalhes da proposta governamental, nos diversos níveis de formação dos professores, destacando que o enquadramento prejudica muitos professores na contagem do tempo de serviço. A seguir, o presidente passou a palavra para o deputado Rodrigo Minotto, que destacou os baixos índices de aumento salarial contidos na proposta para alguns níveis, que ficam abaixo de um por cento. Destacou também que pouquíssimos professores doutores permanecem lecionando na rede pública estadual. A seguir, o presidente passou a palavra para o deputado Natalino Lázare, que apresentou a sugestão de reunir uma equipe técnica da Secretaria de Estado de Educação com o grupo constituído por seu Gabinete para o esclarecimento de dúvidas, de detalhes, e para o aprimoramento da proposta. O presidente agradeceu ao deputado Natalino Lázare pela contribuição relevante que deu aos trabalhos da Comissão, com a análise feita por especialistas. Destacou que os esclarecimentos foram maiores do que os obtidos com a Secretaria de Educação. Disse também que a proposta precisa ser ainda debatida e amadurecida antes de ser encaminhada ao Poder Legislativo, para que sua tramitação seja feita com alguma tranquilidade. O presidente passou então a palavra ao deputado Gean Loureiro, que enfatizou que o governo estava empurrando uma "bucha" para os deputados, e que os peemedebistas não aceitariam com muita facilidade o fim da regência de classe. A seguir, o presidente passou a palavra para o deputado Rodrigo Minotto, que falou da importância da realização de uma análise detalhada do projeto governamental. Manifestou ainda sua preocupação com o tempo de duração da greve do magistério e com os prejuízos daí decorrentes para todos os alunos. Disse que é preciso retomar o diálogo e a busca de entendimento com a máxima urgência e solicitou a interferência do deputado Valdir Cobalchini, para que as negociações sejam retomadas. O presidente informou que já estava agendada uma audiência com o Secretário Chefe da Casa Civil, quando buscaria fazer a intermediação necessária, já que considerava este o espaço apropriado de interlocução com o Governo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos os deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Mabel Santos da Silva, Chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Comissão e, posteriormente, encaminhada para publicação no Diário da Assembleia Legislativa. Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright, 28 de abril de 2015.

Deputado Valdir Cobalchini

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### AVISO DE CANCELAMENTO DE PREGÃO

#### AVISO DE CANCELAMENTO DO EDITAL DE PREGÃO 037/2014

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, através de seu Coordenador de Licitações e Contratos, torna público e comunica aos interessados que em face do Prejulgado nº 2090 do TCE, reformado pelo Processo nº CON 14/00198710, que permite a contratação de empresas fornecedoras de serviços de telefonia móvel através do sistema de credenciamento e inexigibilidade, amparado pelo § 1º do Ato da Mesa nº 128, de 27/02/2015, cancelou o Edital de Pregão 037/2014, que tinha como objeto a contratação de Operadoras para prestação de serviços de telefonia e dados móveis, com fornecimento de *chips*, *smartphones* e *modems* em regime de comodato.

Florianópolis/SC, 29 de abril de 2015

Lonarte Sperling Veloso

Coordenador de Licitações e Contratos

\*\*\* X X X \*\*\*

### EXTRATOS

#### EXTRATO Nº 047/2015

REFERENTE: Inexigibilidade nº 006/2015 celebrado em 17/04/2015  
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.  
 CONTRATADA: Bloco Parlamentar Brasileiro da UPM  
 OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico no "II Seminário MERCOSUL Cidadão" na cidade de Chapecó.  
 DATA: 22,23 e 24 de abril de 2015.  
 VALOR: R\$ 50.000,00  
 FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei 8.666/93, Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 016/2015, Atos da Mesa 094, de 09/02/2015 e 128, de 27/02/2015.  
 ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.00 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica). Subelemento: 3.3.90.39.55

(Patrocínio), do orçamento da ALESC.

Florianópolis/SC, 29 de abril de 2015

Fabrício Jose Satiro de Oliveira - Diretor Administrativo

Lonarte Sperling Veloso - Coordenador de Licitações e Contratos

Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 048/2015

REFERENTE: Contrato nº 007/2015 celebrado em 17/04/2015  
 CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.  
 CONTRATADA: Bloco Parlamentar Brasileiro da UPM  
 OBJETO: Locação de espaço físico para instalação de estande no "II Seminário Mercosul Cidadão", que acontecerá na cidade de Chapecó nos dias de 22, 23 e 24 de abril de 2015.  
 VALOR: R\$ 50.000,00.  
 FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores; Autorização Administrativa 006/2015-LIC, Atos da Mesa 094, de 09/02/2015 e 128, de 27/02/2015 e; Termo de Inexigibilidade nº 006/2015.  
 Florianópolis/SC, 29 de abril de 2015  
 Carlos Alberto de Lima Souza - Diretor-Geral  
 Fabrício José Satiro de Oliveira - Diretor Administrativo  
 Dep. Kenedy Nunes - Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### MENSAGEM GOVERNAMENTAL

#### ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 102

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 054/2014, que "Torna obrigatória a inserção de protocolos referentes a reclamações, solicitações de serviços e de informações nas faturas de água, luz e telefone, no Estado de Santa Catarina", por ser inconstitucional.

A Constituição da República, nos termos do inciso XI do seu art. 21, confere à União competência para "explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais". E, na alínea "b" do inciso XII do art. 21, competência para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão "os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos".

Por outro lado, o art. 22 da Constituição da República atribui competência privativa à União para legislar acerca das matérias nele especificadas. O inciso IV do aludido dispositivo prescreve que a União é o ente competente para editar leis a respeito de "águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão".

Assim, o PL nº 054/2014, ao obrigar as concessionárias de abastecimento de água, energia elétrica e telefonia a inserir todos os números de protocolos de atendimento nas respectivas faturas encaminhadas ao cliente, ofende a Constituição da República, uma vez que invade competência do ente federal.

Nesse sentido, a Procuradoria-Geral do Estado já se manifestou por intermédio Pos Pareceres nºs 074/15 e 0163/15, conforme as seguintes razões:

"Muito embora o projeto de lei em análise pretenda estabelecer proteção aos consumidores, em sintonia com o que dispõe o art. 24, V e VIII, da Constituição Federal, o Estado de Santa Catarina não em competência para imiscuir nas relações jurídico-contratuais dos contratos de concessão de competência de outros entes políticos, mormente quando criam-se obrigações onerosas e estabelecem-se multas em prejuízo do equilíbrio econômico-financeiro contratual.

[...]

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a competência legislativa sobre a matéria, tem decidido:

(...) as Leis fluminenses 3.915/2002 e 4.561/2005, ao obrigarem as concessionárias dos serviços de telefonia fixa, energia, elétrica água e gás a instalar medidores de consumo, intervêm na relação firmada entre a União e as suas concessionárias, pelo que contrariam, os arts. 21, XI e XII, b; e 22, IV, da Constituição da República.' (ADI 3.558, voto da Rel. Min. Carmen Lúcia, julgamento em 17-3-2011, Plenário, DJE de 6-5-2011)

[...]

Além disso, ao impor um ônus às empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica, o Estado estará intervindo na relação econômica existente entre o poder concedente (União), e as empresas concessionárias, invadindo competência da União Federal, por não dispor de competência para modificar ou alterar as condições contratuais [...]

[...]

Não fosse isso suficiente, o Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 2337 MC, de Santa Catarina, com relatoria do Ministro CELSO DE MELLO, decidiu:

'ACÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - INVASÃO, PELO ESTADO-MEMBRO, DA ESFERA DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO E DOS MUNICÍPIOS - IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO ESTADO-MEMBRO NAS RELAÇÕES JURÍDICO-CONTRATUAIS ENTRE O PODER CONCEDENTE FEDERAL OU MUNICIPAL E AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS - INVIABILIDADE DA ALTERAÇÃO, POR LEI ESTADUAL, DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NA LICITAÇÃO E FORMALMENTE ESTIPULADAS EM CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, SOB REGIME FEDERAL E MUNICIPAL - MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA. [...]'

[...]

7.- E se o Autógrafo é de molde a ingerir indevidamente na órbita da competência legislativa exclusiva dos municípios para dispor sobre o serviço de fornecimento de água, há decorrente ofensa ao Princípio Federativo, inscrito no Texto Magno (CF., arts. 1º, 18 e 60, § 4º, I).

[...]"

Ademais, como citado no Parecer no 0163/15 da PGE, o Supremo Tribunal Federal já se posicionou quanto a impossibilidade de os Estados intervirem não só nas relações da União mas também nas dos Municípios. E, nesse aspecto, o PL em exame vai de encontro ao disposto nos incisos I e V do art. 30 da Constituição da República. Nesse sentido, a PGE também já se manifestou por intermédio do Parecer nº 185/2012.

Portanto, com fundamento na Constituição da República, nos pareceres da PGE e por tratar de matéria de competência da União e dos Municípios, conclui-se que o Projeto de Lei nº 054/2014 deve ser integralmente vetado por violação aos arts 1º, 18, 21, incisos XI e XII, alínea "b", 22, inciso IV, 30, incisos I e V, e 175 da Constituição Federal.

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 23 de abril de 2015.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 28/04/15*

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**Processo nº:** SCC 1389/2015

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil

**Interessado:** Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa.

**PAR 0163/15-PGE**

Ementa: Autógrafo Legislativo. Projeto de Lei que torna obrigatória a inserção de protocolos referentes a reclamações, solicitações de serviços e de informações nas faturas de água, luz e telefone, no Estado de Santa Catarina. Inconstitucionalidade.

Senhor Procurador Geral do Estado,

Muito embora o projeto de lei em análise pretenda estabelecer proteção aos consumidores, em sintonia com o que dispõe o art. 24, V e VIII, da Constituição Federal, o Estado de Santa Catarina não tem competência imiscuir nas relações jurídico-contratuais dos contratos de concessão de competência de outros entes políticos, mormente 'quando criam-se obrigações onerosas e estabelecem-se multas em prejuízo do equilíbrio econômico-financeiro contratual. Aplica-se in totum o entendimento exarado no Parecer PGE n.074/2015:

Ocorre que, não obstante os nobres propósitos do projeto de lei em análise, conforme o disposto no art. 21, inc. XII, alínea "b", da Constituição Federal, compete à União Federal a competência material de explorar, direta, ou mediante concessão, os serviços e instalações de energia elétrica, a seguir:

Art. 21. Compete à União:

...

XII - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

...

b) os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos;

O Supremo Tribunal Federal, ao apreciar a competência legislativa sobre a matéria tem decidido:

"

(...) as Leis fluminenses 3.915/2002 e 4.561/2005, ao obrigarem as concessionárias dos serviços de telefonia fixa, energia elétrica, água e gás a instalar medidores de consumo, intervêm na relação firmada entre a União e suas concessionárias, pelo que contrariam os arts. 21, XI e XII, b; e 22, IV, da Constituição da República." (ADI 3.558, voto da Rel. Min. Carmen Lúcia, julgamento em 17-3-2011, Plenário, DJE de 6-5-2011)

"

O sistema federativo instituído pela CF de 1988 torna inequívoco que cabe à União a competência legislativa e administrativa para a disciplina e a prestação dos serviços públicos de telecomunicações e energia elétrica (CF, arts. 21, XI e XII, b, e 22, IV) . A Lei 3.449/2004 do Distrito Federal, ao proibir a cobrança da tarifa de assinatura básica 'pelas concessionárias prestadoras de serviços de água, luz, gás, TV a cabo e telefonia no Distrito Federal' (art. 1º, caput), incorreu em inconstitucionalidade formal, porquanto necessariamente inserida a fixação da 'política tarifária' no âmbito de poderes inerentes à titularidade de determinado serviço público, como prevê art. 175, parágrafo único, III, da Constituição, elemento indispensável para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e, por consequência, da manutenção do próprio sistema de prestação da atividade. Inexiste, in casu, suposto respaldo para o diploma impugnado na competência concorrente dos Estados-membros para dispor sobre direito do consumidor (CF, art. 24, V e VII), cuja interpretação não pode conduzir à frustração da teleologia da referida regra expressa contida no art. 175, parágrafo único, III, da CF, descabendo, ademais, a aproximação entre as figuras do consumidor e do usuário de serviços públicos, já que o regime jurídico deste último, além de informado pela lógica da solidariedade social (CF, art. 3º, 1), encontra sede específica na cláusula 'direitos dos usuários' prevista no art. 175, parágrafo único, II, da Constituição. Ofende a denominada reserva de administração, decorrência do conteúdo nuclear do princípio da separação de poderes (CF, art. 2º), a proibição de cobrança de tarifa de assinatura básica no que concerne aos serviços de água e gás, em grande medida submetidos também a incidência de leis federais (CF, art. 22, IV), mormente quando constante de ato normativo emanado do Poder Legislativo fruto de iniciativa parlamentar, porquanto supressora da margem de apreciação do chefe do Poder Executivo Distrital na condução da administração pública, no que se inclui a formulação da política pública remuneratória do serviço público." (ADI 3.343, Rel. p/ o ac. Min. Luiz Fux, julgamento em 1º-9-2011, Plenário, DJE de 22-11-2011.)

Além disso, ao impor um ônus às empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica, o Estado estará intervindo na relação econômica existente entre o poder concedente (União), e as empresas concessionárias, invadindo competência da União Federal, por não dispor de competência para modificar ou alterar as condições contratuais. Nesse sentido, também já decidiu o Supremo Tribunal Federal:

"Concessão de serviços públicos - Invasão, pelo Estado-membro, da esfera de competência da União e dos Municípios. (...) Os Estados-membros - que não podem interferir na esfera das relações jurídico-contratuais estabelecidas entre o poder concedente (quando este for a União Federal ou o Município) e as empresas concessionárias - também não dispõem de competência para modificar ou alterar as condições, que, previstas na licitação, acham se formalmente estipuladas no contrato de Concessão celebrado pela União (energia elétrica - CF, art. 21, XII, b) e pelo Município (fornecimento de água - CF, art. 30, I e V), de um lado, com as concessionárias, de outro, notadamente se essa ingerência normativa, ao determinar a suspensão temporária do pagamento das tarifas devidas pela prestação dos serviços concedidos (serviços de energia elétrica, sob regime de concessão federal, e serviços de esgoto e abastecimento de água, sob regime de concessão municipal), afetar o equilíbrio financeiro resultante dessa relação jurídico-

contratual de direito administrativo." (2.337-MC, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 20-2-2002, Plenário, DJ de 21-6-2002.)

Não fosse isso suficiente, o Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 2337 MC, de Santa Catarina, com relatoria do Ministro CELSO DE MELLO, decidiu:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS - INVASÃO, PELO ESTADO MEMBRO, DA ESFERA DE COMPETÊNCIA DA UNIÃO E DOS MUNICÍPIOS - IMPOSSIBILIDADE DE INTERFERÊNCIA DO ESTADO-MEMBRO NAS RELAÇÕES JURÍDICO-CONTRATUAIS ENTRE O PODER CONCEDENTE FEDERAL OU MUNICIPAL E AS EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS - INVIABILIDADE DA ALTERAÇÃO, POR LEI ESTADUAL, DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NA LICITAÇÃO E FORMALMENTE ESTIPULADAS EM CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, SOB REGIME FEDERAL E MUNICIPAL - MEDIDA CAUTELAR DEFERIDA.** - Os Estados-membros - que não podem interferir na esfera das relações jurídico-contratuais estabelecidas entre o poder concedente (quando este for a União Federal ou o Município) e as empresas concessionárias - também não dispõem de competência para modificar ou alterar as condições, que, previstas na licitação, acham-se formalmente estipuladas no contrato de concessão celebrado pela União (energia elétrica - CF, art. 21, XII, "b") e pelo Município (fornecimento de água - CF, art. 30, I e V), de um lado, com as concessionárias, de outro, notadamente se essa ingerência normativa, ao determinar a suspensão temporária do pagamento das tarifas devidas pela prestação dos serviços concedidos (serviços de energia elétrica, sob regime de concessão federal, e serviços de esgoto e abastecimento de água, sob regime de concessão municipal), afetar o equilíbrio financeiro resultante dessa relação jurídico-contratual de direito administrativo. Portanto, o Estado não está autorizado a legislar, criando proibições ou obrigações para a empresa concessionária de serviço público, quando o concedente é a União, sendo que a inconstitucionalidade apontada macula o projeto de lei em foco integralmente.

Especificamente sobre a concessão de serviços de fornecimento de água oportuna é a manifestação proferida no Parecer PGE n. 185/2012:

3.- Ainda que as "águas superficiais ou subterrâneas, fluentes ou emergentes e em depósito... incluem-se entre os bens do Estado." (CF, art. 26, I), certo é que compete aos municípios, de forma exclusiva - ressalvada a possibilidade de delegação sob a forma de concessão - a execução de serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos e a legislação sobre assuntos de interesse local. Com efeito, dispõe o Artigo 30, I e V, da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

"I - legislar sobre assuntos de interesse local;

.....

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local (...)"

4.- Segundo ensinança de Hely Lopes Meirelles, "As obras e serviços para fornecimento de água potável e eliminação de detritos sanitários domiciliares, incluindo a captação, condução, tratamento e despejo adequado, são atribuições precípua do Município, como medidas de interesse da saúde pública em geral e dos usuários em particular. O abastecimento de água potável e industrial é serviço público a toda cidade ou núcleo urbano e, como tal, incumbe ao Município prestá-lo, nas melhores condições técnicas e econômicas para os usuários. (Direito Municipal Brasileiro, 6ª Ed., Malheiros Editores, p. 313).

5.- O Supremo Tribunal Federal, em sucessivas manifestações, tem afirmado a competência exclusiva das municipalidades para legislar sobre serviço de fornecimento de água:

"Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei Acreana n. 1618/2004. Regras que proíbem o corte residencial do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias por falta de pagamento. Competência da União para legislar sobre serviço de energia. Competência do Município para legislar sobre serviço de fornecimento de água. Afronta aos arts. 22, inc. XII, alínea B, 30, inc. I e V e 175 da Constituição da República." (ADI 3661/AC, Min. Carmen Lúcia, j. 17/03/2011);"

(...) 1. Não ofende o art. 15, inc. II, alínea b da Emenda n. 1/1969 a Lei n. 1.741/1984 e o Decreto n. 111/1984 do Município de Maringá-PR, editados no exercício da competência municipal para dispor sobre a organização dos

serviços públicos locais, dentre os quais se incluem o serviço de água e esgoto.." (RE 117809/PR, Pleno, unân., DJ 180, pub 20.09.2011).

6.- O Superior Tribunal de Justiça adota semelhante entendimento em derredor do tema, conforme se observa do seguinte julgado:

"(...) 3. Compete ao Município, diante da realidade existente nos seus limites territoriais e tendo em vista sua capacidade operacional, a responsabilidade pela prestação, direta ou sob regime de concessão, do serviço de fornecimento de água, de peculiar interesse local. Interpretado do art. 30, V, da CF/88 (CC 65803/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 07.04.08) (CC107.409-SP 2009/0158235-9 - Rel. Min. Castro Meira).

7.- E se o Autógrafo é de molde a ingerir indevidamente na órbita da competência legislativa exclusiva dos municípios para dispor sobre o serviço de fornecimento de água, há decorrente ofensa ao Princípio Federativo, inscrito no Texto Magno (CF., arts. 1º, 18 e 60, § 4º, I).

CONCLUSÃO:

Em razão do exposto, o parecer, s.m.j., é no sentido da inconstitucionalidade do Autógrafo frente aos artigos 1º, 18 e 30, I e V, da Constituição Federal.

Ante o exposto padece o projeto de lei de inconstitucionalidade por violação aos arts. 1º, 18, 21, XI e XII, alínea "b", 22, IV, 30, I e V e 175 da Constituição Federal, recomendando-se o veto integral.

À vossa consideração.

Florianópolis, 13 de abril de 2015.

Eduardo Zanatta Brandeburgo

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica e.e.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
SCC 1389/2015**

**Assunto:** Autógrafo legislativo. Projeto de Lei n. 054/2014. Torna obrigatória a inserção de protocolos referentes a reclamações, solicitações de serviços e de informações nas faturas de água, luz e telefone, no Estado de Santa Catarina. Inconstitucionalidade.

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC.

**DESPACHO**

**01.** Acolho o Parecer n. 163/2015-PGE (fls. 10/15) da lavra do Dr. Eduardo Zanatta Brandeburgo, Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica em exercício.

**02.** Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Casa Civil.

Florianópolis, 15 de abril de 2015.

**JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO**

Procurador-Geral do Estado

**AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 054/2014**

Torna obrigatória a inserção de protocolos referentes a reclamações, solicitações de serviços e de informações nas faturas de água, luz e telefone, no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

**DECRETA:**

Art. 1º É obrigatória a inserção, nas faturas de água, luz e telefone, no âmbito do Estado de Santa Catarina, de todos os números de protocolos referentes a reclamações, solicitações de serviços e/ou informações formuladas pelo consumidor, no mês correspondente ao do consumo faturado.

Parágrafo único. Os números de protocolos a que se refere o caput deste artigo devem ser atribuídos a toda solicitação realizada ao serviço de atendimento ao consumidor, por meio de contato telefônico, site institucional ou correio eletrônico mantidos pela empresa prestadora de serviços.

Art. 2º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes sanções, sem prejuízo de outras previstas na Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990:

I - advertência por escrito da autoridade competente; e

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do disposto no art. 71, inciso III, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 31 de março de 2015.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Valmir Comin - 1º Secretário

Deputado Pe. Pedro Baldissera - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>OFÍCIOS</b>
----------------

**OFÍCIO Nº 078/15**

São Carlos, 15 de abril de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Hospitalar Padre João Berthier, de São Carlos, referente ao exercício de 2014.

Léo José Piccini  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 28/04/15

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 079/15**

Of. Nº 33/2015/APAE

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Imbituba, referente ao exercício de 2014.

Jandir Silva Aguiar  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 28/04/15

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 080/15**

Blumenau, 23 de Abril de 2015

Encaminha documentação para manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, de Blumenau, referente ao exercício de 2014.

Hellmuth Danker  
Presidente do Conselho Diretor

*Lido no Expediente*  
Sessão de 28/04/15

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 081/15**

Of nº 030

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Atendimento à Criança e ao Adolescente (COMBENTU), de Tubarão, referente ao exercício de 2014.

Maria Aparecida Alves Caprestrano  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 28/04/15

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 082/15**

Of. 24/2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Modelo, referente ao exercício de 2014.

Eliana Mara Sehnem Kethe  
Diretora

*Lido no Expediente*  
Sessão de 28/04/15

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 083/15**

OF/SERBI Nº 003/2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural do Bairro Itinga (SERBI), de Joinville, referente aos exercícios de 2013 e 2014.

Carlos José Fiamoncini  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 28/04/15

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 084/15**

Ofício nº 01/2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Cozinha Comunitária Iolanda Brugnago, de Barra Velha, referente ao exercício de 2014.

Antonina Damásio Ramos  
Secretária

*Lido no Expediente*  
Sessão de 28/04/15

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 085/15**

Itajaí, 16 de abril de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação Cultural e Beneficente Nova Lourdes, de Itajaí, referente ao exercício de 2014.

Saete Ana Bampi  
Diretora Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 29/04/15

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 086/15**

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Palma Sola, referente ao exercício de 2014.

Eunice Maria Crestani  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 29/04/15

\*\*\* X X X \*\*\*

**OFÍCIO Nº 087/15**

Joinville, 28 de abril de 2015

Encaminha documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do Instituto AMAR, de Joinville, referente ao exercício de 2014.

Dilamar Teresinha Gallina Tebaldi  
Presidente

*Lido no Expediente*  
Sessão de 29/04/15

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PORTARIAS</b>
------------------

**PORTARIA Nº 1246, de 29 de abril de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 094, de 9 de fevereiro de 2015.

**RESOLVE:****AUTORIZAR** o servidor **MAURICIO NASCIMENTO**,

matrícula nº 1903, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, no mês de maio do corrente ano, por conta da dotação orçamentária 1138 - Administração de Pessoal e Encargos, 339014 - Diárias Civil.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1247, de 29 de abril de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa nº 094, de 9 de fevereiro de 2015, e o inciso I do art. 1º do Ato da Mesa nº 128, de 27 de fevereiro de 2015,

**RESOLVE:****AUTORIZAR** a servidora **ANDREA CRISTIANE FIALEK**,

matrícula nº 7734, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Diretor Financeiro, código PL/DAS-7, com fundamento no art. 17, da Portaria nº 1015, de 26 de março de 2015, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para pagamento antecipado de combustíveis, no mês de Maio do corrente ano, à conta da Ação 1144 - Manutenção de Serviços Administrativos Gerais, na dotação 33.90.30.96 - Material de Consumo.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1248, de 29 de abril de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº

6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR LARISSA NERES BALDISSARELLI** para

exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Fernando Coruja Agustini - Florianópolis).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1249, de 29 de abril de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR KAUÊ ALOISYO CALOMENO RAMOS** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-44, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Natalino Lazare - Videira).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1250, de 30 de abril de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **LINETE BRAZ MARTINS**, matrícula nº 2604, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de Maio de 2015 (Gab Dep Ana Paula Lima).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1251, de 30 de abril de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações e convalidada pela lei complementar nº 642, 22 de janeiro de 2015.

**NOMEAR MOZART SERPA DE TOLEDO**, matrícula nº 7309, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-34, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Padre Pedro Baldissera - Balneário Camboriú).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1252, de 30 de abril de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e observado os termos do art. 17 da Res. nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com redação dada pela Res. nº 009, de 19 de dezembro de 2013, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015.

**Art. 1º DESIGNAR** a servidora **ALMERINDA LEMOS THOME**, matrícula nº 4968, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição no período de 1º de abril a 6 de junho de 2015, a função de Assessoria técnica-administrativa - Controle de Atividades, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, no impedimento da respectiva titular, **JACQUELINE DE OLIVEIRA VICENTE BITTENCOURT**, que se encontra em licença para tratamento de saúde (DL - Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões).

**ART. 2º** Por ter estabelecido função de confiança deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

**ART. 3º TORNAR SEM EFEITO** a Portaria nº 1170, de 8 de abril de 2015.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1253, de 30 de abril de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**CONCEDER LICENÇA** para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1399	CLAUDIO JOSE RAMOS COUTO	10	7/4/2015	2452/2015
1872	ROSANA PIO SILVEIRA	15	6/4/2015	2446/2015
1999	ROSELIA FLORENCIO	9	9/4/2015	2447/2015
4341	SABRINA ROBERTA SCHMITZ	15	9/4/2015	2448/2015

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1254, de 30 de abril de 2015**

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2132	JOAO BATISTA PEREIRA	60	13/4/2015	2453/2015
2103	MARIA LUCIA FEDELI GONCALVES	15	10/4/2015	2451/2015
620	SERGIO ROGERIO FURTADO ARRUDA	30	4/3/2015	2449/2015
1426	THESSALIA MAY RODRIGUES	120	14/4/2015	2450/2015

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor-Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

<b>PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL</b>
---

**PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 0007.5/2015**

Acrescenta dispositivo a Constituição do Estado de Santa Catarina, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do Plano de Metas e Prioridades pelo Governo do Estado, com base nas propostas da campanha eleitoral.

**Art. 1º** - Fica alterado o inciso XXI, do Art. 71, Seção II, da Constituição do Estado de Santa Catarina, passando a possuir a seguinte redação:

"Art. 71 ...

XXI - elaborar o Plano de Metas e Prioridades de sua gestão e exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo Único: (...)" (NR)

**Art. 2º** - Fica alterado o inciso VII, do Art. 72, Seção III e acrescido o art. 72-A à Constituição do Estado de Santa Catarina, com a seguinte redação:

"Art. 72 ...

VII - o cumprimento das leis, do plano de metas e prioridades de sua gestão e das decisões judiciais.

Parágrafo único. (...) (NR)

Art. 72-A. O Governador eleito ou reeleito encaminhará à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, até cento e vinte dias após a posse, o plano de metas e prioridades de sua gestão, elaborado de acordo com as propostas defendidas na campanha e registradas na Justiça Eleitoral.

§ 1º O plano de metas e prioridades conterá diretrizes, objetivos, prioridades, ações estratégicas, indicadores e metas qualitativas e quantitativas para cada um dos setores da Administração Pública Estadual e servirá de base para elaboração do plano plurianual (PPA), das diretrizes orçamentárias (LDO) e dos orçamentos anuais (LOA).

§ 2º O Governador do Estado, junto com sua equipe de trabalho, divulgará semestralmente, após o término do primeiro ano de

mandato, o relatório contendo os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens previstos no plano de metas e prioridades com base nos seguintes critérios:

- a) erradicação da miséria;
- b) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;
- c) atendimento das funções sociais urbanas e rurais com melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente;
- d) promoção do cumprimento da função social da propriedade urbana e rural nos termos previstos nos arts. 182 e 186 da Constituição Federal;
- e) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;
- f) promoção de meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;
- g) universalização do atendimento dos serviços públicos com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população;
- h) promoção da transparência e da ética na gestão pública;
- i) promoção de uma economia inclusiva, verde e responsável." (NR)

Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de Abril de 2015

Deputado Patrício Destro (PSB)

Deputado Dalmo Claro de Oliveira

Deputado Darci de Matos

Deputado Vicente Caropreso

Deputado Fernando Coruja

Deputado Manoel Mota

Deputado Mauro de Nadal

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Leonel Pavan

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Natalino Lázare

Deputado Rodrigo Minotto

Deputado Neodi Saretta

Deputado João Amin

Lido no Expediente

Sessão de 29/04/15

#### JUSTIFICATIVA

Submetemos à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de emenda constitucional que "Acrescenta dispositivo a Constituição do Estado de Santa Catarina, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e cumprimento do Plano de Metas e Prioridades pelo Poder Executivo Municipal, com base nas propostas da campanha eleitoral."

Conforme razões apresentadas abaixo, justificamos nossa proposição quanto a legalidade e mérito da proposição e assim contamos com a sensibilidade e apoio dos demais nobres pares ao contar com seu voto pela aprovação do mesmo, pois essa proposta já fora apresentada no município de Joinville pelo egrégio Vereador James Schroeder, a qual balizamos esta proposição em nível estadual, visando a transparência quanto ao ato e exercício da função pública pelo poder executivo.

#### I- Quanto a legalidade da proposição

Ao iniciar esta justificativa, preliminarmente convém entrar no debate e ressaltar que a **função de legislar** é atribuída, de **forma típica**, ao **Poder Legislativo**, o que pressupõe que a este **Poder** deva ser dada a possibilidade de deflagrar o processo legislativo, ressalta-se e é importante ressaltar, **exceto(!)** quando haja **expressa** previsão em **sentido contrário** na própria **Constituição**.

Dito isto, resta claro de que as hipóteses constitucionais de **iniciativa privativa** formam um rol **taxativo**. E, mais ainda, configuram a **exceção**, devendo, portanto, ser **interpretadas** de forma **restritiva**.

É válida a clássica lição da hermenêutica, segundo a qual as exceções **devem** ser **interpretadas** de **forma restritiva** e que portanto os casos de **iniciativa privativa** devem ser elencados em **rol taxativo** nas Cartas Federal e Estadual.

Neste sentido e ainda corroborando este entendimento o Supremo Tribunal Federal já pacificou a jurisprudência de que:

*A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliada, na medida em que, por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo, deve necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. (STF, Pleno, ADI-MC nº 724/RS, Relator Ministro Celso de Mello, DJ de 27.4.2001 (original sem grifos).*

Pois como bem advertiu o ministro Gilmar Mendes durante o julgamento da ADI nº 2.417/SP:

*(...) uma interpretação ampliada da reserva de iniciativa do Poder Executivo, no âmbito estadual, pode resultar no esvaziamento da atividade legislativa autônoma no âmbito das unidades federativas. (original sem grifos).*

Dito isto, colaciona-se ainda outras **jurisprudências** firmadas pelo **Supremo Tribunal Federal** que **reconhecem** a **constitucionalidade** de **projetos de lei** de **iniciativa parlamentar** neste caso, seguindo o disposto em nossa Carta Constitucional, onde a vontade de um terço desta casa se manifesta nesta propositura, de acordo com o art. 49º, inciso I.

Nesta propositura, não redesenhamos nenhuma das respectivas secretarias ou autarquia estadual, apenas incluímos na Constituição Estadual o respeito aos Programas de Governo propostos nas campanhas eleitorais, bem como o devido cumprimento a metas estabelecidas em debates e compromissos assumidos ante aos catarinenses.

Portanto, segundo melhor interpretação do Supremo Tribunal Federal, as hipóteses de iniciativa privativa devem ser interpretadas de forma restritiva, não apenas no sentido de que a enumeração constitucional é taxativa, mas também - e principalmente - quanto ao seu alcance porque não se deve **ampliar**, por **via interpretativa**, os **efeitos** de seus **dispositivos**, sob pena de cerceamento e aniquilamento de função típica de Poder e tendo ainda por agravante quando feito pelo próprio Poder(!).

Dito isto convém ainda destacar o comando de observância obrigatória contido no inciso XII do art. 40 da Constituição Estadual que alerta para este Poder ser de sua competência exclusiva **"zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes"**.

#### II- Quanto ao mérito da proposição

O Planejamento Estratégico do Estado deve observar aspectos legais de legislações municipais, estaduais e federais e principalmente observar indicadores que possibilitem a participação da sociedade na tomada de decisões de curto, médio e longo prazo. O foco deste projeto de emenda à Constituição Estadual é propor e analisar algumas medidas que devam ser seguidas e facilitem o acompanhamento da execução das metas previstas em um Plano de Metas e Prioridades formulado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, com base nas propostas da campanha eleitoral, de acordo com o Estatuto da Cidade.

A obrigatoriedade da elaboração de um Plano de Metas e Prioridades que acaba entrelaçando o planejamento de médio e longo prazo proporciona uma ferramenta de ações administrativas de curto prazo mesmo quando suas metas estabelecem ações de execução de longos períodos, pois a dinâmica do processo está pautada no compromisso de execução das obras previstas e torna a agenda um instrumento aberto e de fácil fiscalização por parte da sociedade.

A Agenda não pode ser observada como uma política pública de um determinado Governo e sim como um instrumento permanente de gestão pública que também engloba o cronograma de execução de obras previstas no Planos Estaduais complementado pelo plano de governo apresentado pelo candidato vencedor a Governador, com participação da sociedade em audiências públicas e com aprovação da Assembléia Legislativa.

A união dos processos permite uma visão mais aberta e sistêmica do próprio processo que desencadeia nas secretarias e autarquias, permitindo a construção permanente de instrumentos de gestão pública, evitando um retorno ao planejamento funcionalista que dominou as décadas de sessenta e setenta, ou às limitações neoliberais do planejamento estratégico.

Esta proposta de lei destina-se a estimular a melhoria da gestão pública e a permitir à população melhor avaliação e o controle das ações, obras e serviços realizados pelo Governo do Estado. O conteúdo desta lei não acarreta qualquer restrição ao juízo discricionário dos candidatos a cargos majoritários ou daqueles que forem eleitos para o exercício de tais cargos.

Esta proposta de lei representa, portanto, um grande avanço no aperfeiçoamento da democracia ao promover a democracia participativa. Nos termos do parágrafo único do art. 1º da Constituição Federal, todo o poder emana do povo que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos nela estabelecidos.

Ao escolher seus representantes, o povo não abdica do seu poder de acompanhar e fiscalizar as ações de governo, bem como de influir sobre as decisões governamentais durante todo o período dos respectivos mandatos. Esta compreensão encontra-se acolhida no mesmo dispositivo quando qualifica o Estado Brasileiro como Estado Democrático de Direito. E mais ainda, o Brasil assume também a condição de República, isto é, Estado que adota a temporariedade dos mandatos eletivos e a prestação de contas como princípios constitucionais basilares da nação brasileira.

Por todo o exposto e considerando que este Projeto de Emenda Constitucional virá atender aos reclamos da sociedade catarinense sobre a fiscalização, transparência e compromisso de execução das promessas de campanhas eleitorais, contamos com o apoio dos Ilustres Pares na Câmara Municipal de Joinville para sua aprovação.

1- Em 1996, a Comissão para o Desenvolvimento Sustentável - CSD - das Nações Unidas, publicou o documento indicadores de *desarrollo sostenible: marco y metodologías* (1996), conhecido como **Livro Azul**. Este documento apresentou um conjunto de 134 indicadores, posteriormente reduzidos em uma lista de 57 indicadores apresentada no ano de 2000. As publicações do IBGE sobre "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável" toma como referência o Livro Azul e as recomendações adicionais que o sucederam, adaptando seu conteúdo às particularidades brasileiras.

2- Por meio da Lei 10.257/2001, a qual regulamentou o Capítulo II do Título VII (arts. 182 e 183) da Constituição da República, foi instituído o denominado "Estatuto da Cidade", o qual tem por finalidade estabelecer as diretrizes que a política urbana deve seguir, conforme objetivo definido no art. 1º, parágrafo único, e art. 2º, caput, da mencionada lei que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental, com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana.

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETOS DE LEI

### PROJETO DE LEI Nº 0125/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GABINETE DO GOVERNADOR

#### MENSAGEM Nº 100

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a concessão de uso de imóvel Município de Blumenau".

Florianópolis, 23 de abril de 2015.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Governador do Estado

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 28/04/15*

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 09/15 Florianópolis, 05 de março de 2015

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a conceder à Sociedade Casa da Esperança, do Município de Blumenau, pelo prazo de 10 (dez) anos, o imóvel com área de de 1.400,00 m<sup>2</sup>, parte integrante das instalações do Conjunto Educacional Celso Ramos, matriculado sob o nº 33.046 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 2995 no Sistema de Gestão Patrimonial (SEA).

A presente concessão de uso de imóvel tem por finalidade prestar assistência social e educacional a crianças e adolescentes em risco social.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

**Derly Massaud Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

### PROJETO DE LEI Nº PL/0125.2/2015

Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Blumenau.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente à Sociedade Casa da Esperança, localizada no Município de Blumenau, pelo prazo de 10 (dez) anos, o uso de uma área edificada de 1.400,00 m<sup>2</sup> (mil e quatrocentos metros quadrados), parte integrante do imóvel onde se encontra instalada a Escola de Educação Básica Governador Celso Ramos, matriculado sob o nº 33.046 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Blumenau e cadastrado sob o nº 2995 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. De acordo com o inciso I do parágrafo único do art. 7º da Lei nº 5.704, de 28 de maio de 1980, fica dispensada a concorrência para a concessão de uso de que trata esta Lei por ser a entidade constituída de fins sociais e declarada de utilidade pública pela Lei nº 8.000, de 17 de julho de 1990.

Art. 2º A concessão de uso de que trata esta Lei tem por finalidade permitir que a entidade preste assistência social e educacional a crianças e adolescentes em risco social.

Art. 3º A concessionária, sob pena de reversão antecipada e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta concessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação; ou

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 4º O concedente retomar a posse do imóvel nos casos em que:

I - ocorrer uma das hipóteses previstas no art. 3º desta Lei;

II - findarem as razões que justificaram a concessão de uso;

III - findar o prazo concedido para a concessão de uso;

IV - o Estado necessitar do imóvel para uso próprio; ou

V - houver desistência por parte da concessionária.

Parágrafo único. Ficam incorporadas ao patrimônio do Estado todas as benfeitorias realizadas no imóvel pela concessionária, sem que ela tenha direito a indenização, caso ocorra qualquer uma das situações constantes deste artigo.

Art. 5º Serão de responsabilidade da concessionária os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão de uso, observado o disposto no parágrafo único do art. 4º desta Lei.

Art. 6º Enquanto durar a concessão de uso, a concessionária defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado.

Art. 7º Após a publicação desta Lei, concedente e concessionária firmarão contrato para estabelecer os seus direitos e as suas obrigações.

Art. 8º O Estado será representado no ato da concessão de uso pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

### PROJETO DE LEI Nº 0126/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GABINETE DO GOVERNADOR

#### MENSAGEM Nº 101

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do art. 50 da Constituição do Estado, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Administração, o projeto de lei que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Joinville".

Florianópolis, 23 de abril de 2015.

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**  
Governador do Estado

*Lido no Expediente*  
*Sessão de 28/04/15*

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 07/15 Florianópolis, 16 de março de 2015

Senhor Governador,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Projeto de Lei que autoriza a desafetar e doar, ao Município de Joinville, área total de 7.090,20 m<sup>2</sup> (sete mil, noventa metros e vinte decímetros quadrados), com benfeitorias de 2.245,81 m<sup>2</sup>, (dois mil, duzentos e quarenta e cinco metros, oitenta e um decímetros quadrados), registrado sob o nº 24.335 no 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville e cadastrado sob o nº 0676 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville, manifestou-se favorável a doação do imóvel.

A presente doação tem por objetivo abrigar uma nova Escola Municipal em Joinville.

Contudo, à consideração de Vossa Excelência.

**Derly Massaud de Anuniação**

Secretário de Estado da Administração

**PROJETO DE LEI Nº PL/0126.3/2015**

Autoriza a doação de imóvel no Município de Joinville.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e doar ao Município de Joinville o imóvel com área de 7.090,20 m<sup>2</sup> (sete mil, noventa metros e vinte decímetros quadrados), com benfeitorias não averbadas, transcrito sob o nº 24.335, à fl. 261 do Livro 3/S do 2º Registro de Imóveis da Comarca de Joinville e cadastrado sob o nº 0676 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias para a titularização da propriedade, bem como a averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade o atendimento ao Ensino Fundamental por parte do Município.

Art. 3º O donatário não poderá, sob pena de reversão:

I - desviar a finalidade ou deixar de utilizar o imóvel;

II - deixar de cumprir os encargos da doação no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data de publicação desta Lei; ou

III - hipotecar, alienar, alugar, ceder de forma gratuita ou onerosa, total ou parcialmente, o imóvel.

Parágrafo único. As disposições previstas neste artigo deverão constar da escritura pública de doação do imóvel, sob pena de nulidade do ato.

Art. 4º A reversão de que trata o art. 3º desta Lei será realizada independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem indenização por benfeitorias construídas.

Art. 5º A edificação de benfeitorias não outorgará ao donatário o direito de retenção no caso de reversão do imóvel.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município, vedado ao Estado arcar com quaisquer ônus a elas relacionados.

Art. 7º O Estado será representado no ato de doação pelo titular da SEA ou pelo titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 127.4/15**

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Funcionários da Epagri do Extremo Oeste Catarinense - AFEEOSC, com sede no município de São Miguel do Oeste.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Funcionários da Epagri do Extremo Oeste Catarinense - AFEEOSC, com sede no município de São Miguel do Oeste.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/15

**JUSTIFICATIVA**

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa declarar de utilidade pública estadual, a Associação dos Funcionários da Epagri do Extremo Oeste Catarinense - AFEEOSC, com sede no município de São Miguel do Oeste.

Assim, tendo em vista a relevância dos propósitos e objetivos em que se pauta a atuação da referida entidade, que é sem fins econômicos e lucrativos, em especial relevo, as de promoção e realização de atividades desportivas, recreativas, sociais e culturais, atuando ainda, em campanhas solidárias de cunho filantrópico, dentre outras.

Na linha dos serviços prestados ao público em geral e aos seus associados, atendendo solicitação da própria entidade que necessita deste reconhecimento para poder celebrar atos e convênios com órgãos públicos estaduais, com objetivo de atender as suas finalidades estatutárias, entendemos ser de inteira justiça o presente pleito.

Por conseguinte, solicitamos aos Nobres Pares, o apoio e acolhimento da proposição para que a entidade possa usufruir dos direitos e vantagens da legislação vigente.

Deputado José Milton Scheffer

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 128.5/2015**

Altera a Lei nº 16.237, de 2013, que "Autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Lages", para o fim de ampliar o prazo de concessão e revogar dispositivo que dispõe sobre a retomada do imóvel por parte do Estado, quando dele necessitar para uso próprio.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 16.237, de 19 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratuitamente, ao Serviço Social do Comércio (SESC), localizado no Município de Lages, pelo prazo de 30 (trinta) anos, o uso do imóvel com área de 3.920,00m<sup>2</sup> (três mil, novecentos e vinte metros quadrados), com benfeitorias, localizado no Município de Lages, matriculado sob o nº 8.058 no 1º Registro de Imóveis da Comarca de Lages e cadastrado sob o nº 01239 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração (SEA)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o inciso IV do art. 4º da Lei nº 16.237, de 19 de dezembro de 2013.

Sala das Sessões,

Deputado Gabriel Ribeiro

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/15

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo alterar a Lei nº 16.237, de 19 de dezembro de 2013, que "autoriza a concessão de uso de imóvel no Município de Lages", para fim de ampliar o prazo de concessão e revogar dispositivo que dispõe sobre a retomada do imóvel por parte do Estado, quando dele necessitar para uso próprio.

A Lei nº 16.237/2013 autorizou o Poder Executivo a conceder, gratuitamente, o uso de imóvel localizado no Município de Lages ao Serviço Social do Comércio (SECS), pelo prazo de 10 (dez) anos.

Entretanto, após a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Lages elaborar e encaminhar o Termo de Concessão de Uso de Bem Público ao Serviço Social do Comércio (SECS), a instituição constatou que, em razão das normas e leis que a regem, é inviável acordar com o Termo de Concessão.

A razão de sua inviabilidade é que a Resolução Sesc nº 1004/01, em seu art. 1º, item "c", dispõe que o prazo mínimo para as operações de concessão de uso deverá ser de 20 (vinte) anos, o que acaba por ir de encontro ao prazo estipulado no art. 1º da Lei 16.237/2013.

Há também outro motivo, adstrito ao contido no inciso IV do art. 4º da Lei 16.237/2013, que estabelece que o Estado poderá retomar a posse do imóvel para uso próprio, o que gera insegurança ao SESC/SC ante o investimento que por si será aportado durante a concessão.

Por outro lado, já ficou esclarecido, quando se apresentou a competente justificativa para a criação da Lei autorizadora da concessão em apreço, quais as importâncias de tal ato para que se tornem viáveis a manutenção e exploração do imóvel em que será instalado um Centro Cultural com múltiplas opções voltadas à fruição da arte e ao ensino das linguagens artísticas, trazendo enormes benefícios aos cidadãos lageanos.

Destarte, par que então se possa dar efetividade à concessão de uso do referido imóvel, no município de Lages, ao SESC, solicito a aprovação deste Projeto de Lei.

Deputado Gabriel Ribeiro

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 129.6/15**

Denomina Gecy Fernandes Suppi o Ginásio de Esportes da EEB Padre Antônio Vieira, no Município de Anita Garibaldi.

Art. 1º Fica denominado Gecy Fernandes Suppi o Ginásio de Esportes da EEB Padre Antônio Vieira, no Município de Anita Garibaldi.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Fernando Coruja

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/15

## JUSTIFICATIVA

Submeto à consideração de Vossas Excelências projeto de lei que visa denominar Gecy Fernandes Suppi o Ginásio de Esportes da EEB Padre Antônio Vieira, no Município de Anita Garibaldi.

Gecy Fernandes Suppi nasceu em 5 de setembro de 1957, no Município de Anita Garibaldi, no qual iniciou sua carreira no Magistério na EEB Padre Antônio Vieira em 23 de setembro de 1975, exercendo-a até 18 de dezembro de 1978.

Foi professora na EEB Melvin Jones e no Colégio Diocesano, no Município de Lages, no período de 1º de março de 1979 a 10 de fevereiro de 1985. Retornou ao Município de Anita Garibaldi, em 11 de fevereiro de 1985, passando a atuar, primeiramente, como Supervisora Escolar e, após, como Orientadora Educacional junto ao CE Padre Antônio Vieira, função que exerceu até a data de seu falecimento, em 9 de março de 2007. No período de 1º de janeiro de 2006 a 9 de março de 2007 atuou também como Orientadora na FATEC - FACINTER, na Cidade de Anita Garibaldi.

Por 30 anos, Gecy Suppi prestou seus serviços na EEB Padre Antônio Vieira com dedicação, competência e carinho aos alunos, professores, pais e comunidade. Sua morte foi considerada uma tragédia e grande perda para a Escola, bem como muito sentida por todos os anitenses.

Este projeto possibilita reconhecimento público a uma mulher que dedicou sua vida à família Padre Antônio Vieira. Sendo assim, a sociedade e a comunidade escolar de Anita Garibaldi solicitam aos Representantes do povo catarinense que viabilizem instrumento legal denominando Gecy Fernandes Suppi o Ginásio de Esportes da EEB Padre Antônio Vieira, no Município de Anita Garibaldi.

Deputado Fernando Coruja

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 130.0/16**

Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de fraldários em estabelecimentos comerciais no Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais de grande porte localizados no Estado de Santa Catarina ficam obrigados a disponibilizar gratuitamente, em suas dependências, espaço exclusivo para fraldário.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - fraldário: ambiente reservado que disponha de mesa para troca de fraldas de crianças, lavatório, produtos destinados à higienização das mãos e objetos de uso infantil e recipiente exclusivo para o acondicionamento dos dejetos orgânicos e fraldas usadas; e

II - estabelecimentos comerciais de grande porte: aqueles que têm área total, compreendida por loja e estacionamento, igual ou superior a 1000 m<sup>2</sup> (mil metros quadrados).

Art. 3º Os estabelecimentos a que se refere esta Lei têm o prazo de 1 (um) ano para se adequarem às suas disposições, a contar da data de sua publicação.

Art. 4º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, na primeira autuação, pela autoridade competente; e

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por infração, dobrada no caso de reincidência, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM/FGV), ou por índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo único. Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 04091 - Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, vinculado ao Ministério Público.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Luiz Fernando Vampiro

Lido no Expediente

Sessão de 28/04/15

## JUSTIFICATIVA

Trata a presente proposição de oferecer conforto às pessoas que, acompanhadas de bebês de colo, visitam estabelecimentos comerciais.

Tal medida facilitará a vida daqueles que se encontram diante da necessidade de trocar a fralda de seus bebês ou de alimentá-los em local apropriado para tais atividades.

São essas as razões que nos levam a apresentar o presente Projeto de Lei que, por motivo dos mais relevantes, deve merecer o acolhimento dos meus nobres Pares.

Deputado Luiz Fernando Vampiro

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI nº 0131.0/2015**

Declara de utilidade pública a Associação Abrigo Animal, de Joinville.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Abrigo Animal, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º A entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Patrício Destro

Lido no Expediente

Sessão de 29/04/15

## JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei, que visa declarar de utilidade pública a Associação Abrigo Animal, de Joinville.

A Associação Abrigo Animal é uma associação sem fins econômicos, e tem por objetivo a proteção aos animais domésticos da comunidade em que atua. Entre as finalidades expressas em seu Estatuto destacam-se: impedir e denunciar os maus-tratos, atos de crueldade e abusos praticados contra os animais domésticos; promover eventos e comercialização de artigos e publicações destinados à divulgação da ABRIGO ANIMAL; recorrer à intervenção das autoridades e auxiliá-las nas diligências para coibir as infrações contra os animais; pleitear, junto aos poderes públicos, a criação de instrumentos legais e o aperfeiçoamento dos já existentes, visando ao bem-estar e a proteção dos direitos dos animais; apoiar e cooperar com outras entidades com objetivos semelhantes; intervir com assistência jurídica nos inquéritos policiais, visando à observância das leis de proteção aos animais.

Diante do exposto, e para continuar realizando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a Associação Abrigo Animal usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos senhores Deputados o presente projeto de lei, por entendê-lo de relevante interesse público.

Deputado Patrício Destro

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI nº 0132.1/2015**

Declara de utilidade pública a Associação Catarinense dos Renais Crônicos, de Joinville.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Catarinense dos Renais Crônicos, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º A entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Patrício Destro

Lido no Expediente

Sessão de 29/04/15

## JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei, que visa declarar de utilidade pública a Associação Catarinense dos Renais Crônicos, com sede no Município de Joinville. Trata-se de uma associação civil, de caráter assistencial, sem fins econômicos, cuja finalidade, entre outras, é a de reunir, instruir, representar e defender em juízo ou fora dele, todos os portadores de insuficiência renal e demais patologias associadas, inclusive doadores de órgãos e transplantados renais, assistir aos enfermos de doenças renais e demais patologias associadas a obter recurso indispensáveis a seus tratamentos, criar equipes de orientação e assistência social e interdisciplinar nas áreas de psicologia, nutrição e fisioterapia, desenvolver programas de readaptação ao mercado de trabalho e colaborar para o desenvolvimento da ciência dialítica e dos transplantes no Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto, e para continuar realizando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a Associação Catarinense dos Renais Crônicos usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida. Assim, submeto aos senhores Deputados o presente projeto de lei, por entendê-lo de relevante interesse social.

Deputado Patrício Destro

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI nº 0133.2/2015**

Declara de utilidade pública o Instituto Solidus, de Joinville.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Solidus, com sede no Município de Joinville.

Art. 2º À entidade de que trata o art. 1º desta Lei ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Patrício Destro

*Lido no Expediente*

*Sessão de 29/04/15*

**JUSTIFICATIVA**

O Instituto Solidus, de Joinville, tem como finalidade a promoção, o desenvolvimento e a execução de projetos sociais, com base nos preceitos constitucionais dos valores sociais e da dignidade humana, visando assim à redução da desigualdade social, independentemente de origem, raça, sexo, cor, idade e religião.

O Instituto tem como missão a geração e difusão de conhecimento, prestando serviços especializados e promovendo-os em inovações e melhorias da qualidade de vida, não só na cidade de Joinville, mas em toda região sul do País.

Diante do exposto, espero contar com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação da presente proposição, por entender que o Instituto Solidus é uma instituição de grande importância para a comunidade.

Deputado Patrício Destro

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI 0134.3/2015**

Obriga às concessionárias de serviços públicos de água e luz a disponibilizarem, nas faturas de consumo, informações sobre débitos vencidos e mecanismos para sua quitação.

Art. 1º As concessionárias de água e luz ficam obrigadas a disponibilizar ao consumidor, por meio das faturas de cobrança de consumo mensal, os débitos vencidos não quitados referentes à prestação de serviços, quando existentes, de forma precisa, clara e ostensiva.

Parágrafo único. Ao informar o débito existente, a concessionária deve disponibilizar ao consumidor o mecanismo para sua quitação, com documento apto para tanto, incluindo código de barras, o qual deve estar anexo à fatura correspondente ao mês vigente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

*Lido no Expediente*

*Sessão de 29/04/15*

**JUSTIFICATIVA**

Senhores deputados compete ao Parlamento Estadual legislar de forma concorrente no que tange ao direito dos consumidores desta forma cabe salientar que acesso ao fornecimento de água e de energia elétrica são essenciais para vida digna de cada cidadão. A suspensão do fornecimento destes serviços em decorrência da inadimplência, mesmo que passível de debates e interpretações jurídicas diversas é uma prerrogativa exercida pelas concessionárias. No entanto muitos catarinenses, em decorrência de extravio esquecimento ou outra intempérie veem-se privados do acesso a estes serviços, mesmo estando com a fatura do mês vigente adimplida. A ignorância de dívidas anteriores além da suspensão do fornecimento do serviço resulta, na inclusão do consumidor no cadastro de inadimplentes e no pagamento de taxas significativamente onerosas para religação do serviço. Por isso, faz-se necessário a reimpressão da

fatura com o respectivo código de barras junto à nova fatura, sem impor ao consumidor recorrer aos endereços físicos e eletrônicos das concessionárias.

O Projeto de Lei que ora apresentamos tem por finalidade deixar o consumidor alerta quanto aos seus débitos frente às concessionárias de serviços públicos, de forma a evitar transtornos em relação ao corte de tais serviços.

É importante também salientar que a Lei, uma vez aprovada, fará com que as concessionárias disponibilizem os meios pelos quais o consumidor poderá quitar o seu débito.

Dessa forma, por ter a consciência de que tal Projeto é fundamental para resguardar o consumidor, bem como oferecer respostas positivas para as concessionárias, conclamo os Senhores Deputados e Deputadas pela aprovação do mesmo.

Ismael dos Santos

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI PL./0135.4/2015**

Altera o inciso II e acrescenta parágrafo ao art. 4º, da Lei nº 16.068, de 31 de julho de 2013 e dá outras providências.

Art. 1º O inciso II, do art. 4º, da Lei 16.068, de 31 de julho de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º .....  
I - .....  
II - deixar de cumprir a finalidade da doação no prazo de 5

(cinco) anos; e

III - .....”

Art. 2º Fica inserido § 1º, ao art. 4º, da Lei 16.068, de 31 de julho de 2013, com a seguinte redação, renumerando-se o parágrafo único para § 2º?

“§ 1º No caso de entidades educacionais, culturais ou de fins sociais, declarada de utilidade pública, o município poderá ceder parte do imóvel.”

Art. 3º O prazo disposto no inciso II, do art. 4º, da Lei 16.068, de 31 de julho de 2013, é contado a partir da vigência da presente Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões,

Deputado Aldo Schneider

*Lido no Expediente*

*Sessão de 29/04/15*

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposta de Lei que levamos à consideração deste Parlamento tem por objetivo alterar o inciso II e acrescentar parágrafo ao artigo 4º da Lei nº 16.068 de 31 de julho de 2013, renumerando-se o atual parágrafo único para parágrafo segundo, e dá outras providências.

A referida Lei vem ementada autorizando a doação de imóvel no Município de Rio do Sul, identificado como o imóvel com área de 2.655,00 m² (dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, matriculado sob o nº 7.610 no Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Sul e cadastrado sob o nº 01742 no Sistema de Gestão Patrimonial da Secretaria de Estado da Administração, destinado a construção de edificação para receber órgão público municipal.

Com efeito, o mérito da presente doação foi devidamente analisado por conta da então iniciativa governamental e da tramitação da proposição por este Poder Legislativo, cuja matéria não é revisitada neste momento. No entanto, em face de particularidades, enseja a reavaliação de critérios outrora estabelecidos, com o objetivo de melhor possibilitar o atendimento do interesse público que se presta por intermédio da sua execução.

Ocorre que a municipalidade, por intermédio da redação original, recebeu a incumbência de cumprir a finalidade posta no prazo de até 02 (dois) anos, lustro relativamente pequeno em face das dificuldades encontradas pelas administrações municipais do nosso Estado. De outro lado, após a edição da Lei em tela, o município de Rio do Sul passou por intempéries que, pelas particularidades, aumentaram as dificuldades de atendimento do mencionado prazo. Nesse sentido, a proposta visa estabelecer marco de 05 (cinco) anos para o cumprimento da referida regra.

Ainda, para possibilitar o melhor aproveitamento da doação, a iniciativa visa possibilitar às entidades educacionais, culturais ou de fins sociais, declaradas de utilidade pública, de receberem a cedência de parte do imóvel pelo município. A espécie, no entanto, retrata mantidas todas as obrigações iniciais, além de se tratar de mera cedência de parcela do imóvel, sem modificar as responsabilidades originalmente previstas pela norma e pelas demais disposições legais e constitucionais inerentes. Visa, em face da amplitude das necessidades municipais, no caso de haver condições, conceder melhor e mais proveitosa utilização do bem em evidência.

Como ilustração, existe interesse formalizado pela Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, mantenedora do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI, com sede na cidade de Rio do Sul, em ampliar e qualificar ainda mais as políticas públicas de saúde no município de Rio do Sul e região do Alto Vale do Itajaí. Consigna a entidade, com propriedade, que o município de Rio do Sul é cidade pólo da região do Alto Vale do Itajaí, que compreende 28 (vinte e oito) municípios e é urgente a implantação de curso de Medicina. Ainda, a possível cessão do imóvel para a Fundação UNIDAVI representaria grande avanço, possibilitando a edificação do Complexo de Saúde.

Ante o exposto, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento a aprovação do presente Projeto de Lei.

Deputado Aldo Schneider

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI nº 0136.5/2015

Proíbe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula das escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibido o uso de aparelhos eletrônicos portáteis nas salas de aula das escolas públicas e privadas do Estado de Santa Catarina.

§ 1º A utilização dos aparelhos mencionados no *caput* deste artigo será permitida para o desenvolvimento de atividades didático pedagógicas e devidamente autorizada pelos docentes ou corpo gestor.

§ 2º Quando a aula for aplicada fora das dependências da sala de aula, aplica-se o princípio desta Lei.

Art. 2º As escolas deverão afixar cartazes em local visível nas salas de aula, divulgando aos alunos a proibição a que se refere a presente Lei e os benefícios da proibição para o processo de ensino e aprendizagem.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias a partir de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Lei nº 14.363, de 25 de janeiro de 2008.

Sala das Sessões,  
Deputado Antonio Aguiar  
Líder da Bancada do PMDB

*Lido no Expediente*

*Sessão de 30/04/16*

#### JUSTIFICATIVA

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 205, determina que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Inicialmente, verifica-se que conforme o artigo 24, incisos IX e XV, da Constituição Federal, competem aos Estados legislar sobre assuntos referentes à educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação, bem como proteção à infância e à juventude.

Este projeto tem como escopo aperfeiçoar a Lei n. 14.363, de 2008, ao estender a proibição, não somente do telefone celular, mas também de outros aparelhos eletrônicos portáteis usados quase diariamente pela grande maioria de nossos jovens, tendo em vista a evolução dos equipamentos, bem como o acesso por banda larga a redes sociais.

Educadores relatam que crianças e adolescentes usam os aparelhos eletrônicos portáteis em todos os ambientes escolares, tais como, salas de aula, biblioteca. Lugares em que o silêncio e a atenção são necessários, e muitos alunos não conseguem deixar os *games* desligados, tamanho é o apego e a atenção dispensada para o aparelho, sem se darem conta de que é extremamente prejudicial para o bom aprendizado.

Logo, percebe-se que esta medida é de grande importância para o sistema educacional, uma vez que é necessária a proibição para acabar com a prática do uso dos aparelhos eletrônicos portáteis durante o ensino, o que evitará a dispersão dos alunos aos estudos, comprometendo o desenvolvimento e a concentração. Proibir é educar! A lei contribuirá, ainda, para a organização da utilização das ferramentas tecnológicas no ambiente escolar.

Ressalte-se que a lei não proibirá que os aparelhos sejam levados para as escolas, mas sim o uso em sala de aula, durante o horário escolar.

Essas, portanto, são as razões pelas quais apresento esta proposição, contando com o apoio dos ilustres Pares desta Casa Legislativa para a sua aprovação.

Deputado Antonio Aguiar

Líder da Bancada do PMDB

\*\*\* X X X \*\*\*

#### PROJETO DE LEI nº 0137.6/2015

Altera a Lei nº 9.675, de 1994, que dispõe sobre o Conselho Penitenciário do Estado.

Art. 1º A Lei nº 9.675, 03 de agosto de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º O Corpo deliberativo será constituído por nove membros, denominados conselheiros, sendo:

I - dois representantes escolhidos entre professores e profissionais da área do direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas;

II - um representante do Ministério Público Federal;

III - um representante do Ministério Público Estadual;

IV - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Santa Catarina; e

V - dois representantes da comunidade, com formação jurídica.

VI - um representante da Defensoria Pública do Estado;

VII - um representante da Defensoria Pública da União;”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em

Deputado Dalmo Claro

*Lido no Expediente*

*Sessão de 30/04/15*

#### JUSTIFICATIVA

A esfera de atuação do Conselho Penitenciário Estadual enquanto órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena está prevista no artigo 61 da lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, denominada Lei das Execuções Penais. Em âmbito estadual, a regulamentação do referido conselho deu-se por meio da Lei nº 9.675 de 03 de agosto de 1994, que disciplina a composição e formas de nomeação dos conselheiros. Cumpre ressaltar que a atuação dos conselhos estaduais é prevista pela Constituição Estadual de Santa Catarina, que os define como instrumentos de gestão democrática das ações da administração pública nos campos administrativo, social e econômico.

A Defensoria Pública passou a figurar como órgão de execução penal a partir da Lei Federal nº 12.313 de 2010, sendo que sua atuação junto ao Conselho Penitenciário está prevista no artigo 18, inciso VIII da Lei Complementar nº 80 de 12 de janeiro de 1994, que garante a participação com direito de voz e votos nas decisões ao Defensor Público Federal. Outrossim, o mesmo diploma legal estabelece como função da Defensoria a atuação nos estabelecimentos policiais, penitenciários e de internação de adolescentes, visando assegurar às pessoas o exercício pleno de seus direitos e garantias fundamentais. No que concerne à Defensoria Pública Estadual, também está garantida a participação do Defensor nos conselhos estaduais afetos às suas funções institucionais, no inciso XVII, do artigo 4º da Lei Complementar nº 575 de 02 de agosto de 2012.

A proposta prevê a ampliação da composição do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina, para que os representantes da Defensoria Pública Estadual e Defensoria Pública da União tenham regulamentada a sua atuação já garantida pelas respectivas leis orgânicas e de execução penal, visto que, atualmente o conselho é formado por representantes escolhidos entre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas; um representante do Ministério Público Federal; um representante do Ministério Público Estadual; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil e dois representantes da comunidade, com formação jurídica.

A relevância da matéria também se justifica pela condição atribuída à Defensoria Pública, que atua como função essencial à justiça responsável pela assistência jurídica integral e gratuita aos necessitados, cujo conceito alberga grande parte da população carcerária.

A atuação constante na defesa dos reeducandos certamente irá contribuir para o enriquecimento das discussões e exercício das funções do conselho penitenciário estadual, bem como da regular execução da pena e da medida de segurança em nosso Estado.

Por essas razões, apresentamos o presente projeto de lei.

Deputado Dalmo Claro

\*\*\* X X X \*\*\*